

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DAIANE BOELHOUWER MENEZES

A RETÓRICA DA INTRANSIGÊNCIA BRASILEIRA:
UMA ANÁLISE DO DISCURSO DA OPOSIÇÃO
DURANTE O PRIMEIRO GOVERNO LULA

Porto Alegre
2008

DAIANE BOELHOUWER MENEZES

**A RETÓRICA DA INTRANSIGÊNCIA BRASILEIRA:
UMA ANÁLISE DO DISCURSO DA OPOSIÇÃO
DURANTE O PRIMEIRO GOVERNO LULA**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de mestre, pelo Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Dra. Marcia Ribeiro Dias

Porto Alegre
2008

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M543r Menezes, Daiane Boelhouver

A retórica da intransigência brasileira: uma análise do discurso da oposição durante o primeiro governo Lula / Daiane Boelhouver Menezes. – Porto Alegre, 2008.

103 f.

Diss. (Mestrado) – Faculdade de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. PUCRS, 2008.

Orientador: Dra. Marcia Ribeiro Dias

1. Silva, Luiz Inácio Lula da - Política e Governo. 2. Partidos Políticos - Brasil. I. Título.

CDD : 320.981

Bibliotecário Responsável
Ginamara Lima Jacques Pinto
CRB 10/1204

DAIANE BOELHOUWER MENEZES

**A RETÓRICA DA INTRANSIGÊNCIA BRASILEIRA:
UMA ANÁLISE DO DISCURSO DA OPOSIÇÃO
DURANTE O PRIMEIRO GOVERNO LULA**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de mestre, pelo Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em ____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Céli Jardim Pinto – UFRGS

Prof. Dr. Luis Gustavo Mello Grohmann – UFRGS

Profa. Dra. Marcia Ribeiro Dias – PUCRS

Aos meus pais, ouro de mina.

AGRADECIMENTOS

Esta, sem dúvida, é uma parte muito importante de uma dissertação. O momento de dizer formalmente “muito obrigada” para todas as pessoas e as instituições sem as quais não chegaríamos ao final do mestrado.

Este trabalho não teria sido possível sem o apoio financeiro, no primeiro semestre, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e, nos semestres seguintes, do CNPq. Também não teria sido possível sem o interesse da coordenação do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUCRS.

Um agradecimento especial a Marcia Ribeiro Dias, minha orientadora, pelas preciosas indicações bibliográficas, pelos indispensáveis comentários e sugestões, pela atenção e incentivo, e por, ainda no começo do trabalho, ter conseguido terminar com boa parte da minha angústia com quatro palavras: “problema encontrado, problema solucionado”.

Meus agradecimentos também aos professores do PGCS Emil Albert Sobottka, Léo Peixoto Rodrigues e Ricardo Mariano, pelo que me ensinaram, mas principalmente pelo estímulo dado nas conversas de corredor. Aos colegas do mestrado, que dividiram comigo os momentos de insegurança e de alegria pelas realizações alcançadas, em particular, à Bruna Fetter, ao Elias François e ao Márcio Hoff. À secretária do PCGS, Rosane Andrade, pela paciência e pela torcida.

Agradeço ainda, às professoras Céli Pinto e Maria Helena Weber, que me ensinaram muito em suas aulas e que muito contribuíram para essa dissertação com as sugestões e comentários feitos na banca de qualificação.

Aos amigos que foram tão importantes para a manutenção de um grau mínimo de serenidade durante os momentos mais difíceis. Meus agradecimentos especiais também à minha extraordinária família: ao meu pai e meu irmão, por sempre acreditarem que eu posso, independente do grau da dificuldade, à minha mãe pela paciência enorme e pelo cuidado com todas as outras coisas para que eu pudesse me dedicar só ao mestrado, à minha irmã, Alice, pelo apoio incondicional e o exemplo, o que com certeza muda mais o mundo do que os discursos, à minha irmã, Naida, por estar sempre ali para mim, seja como família ou como amiga.

Mesmo achando que para alguns pode ser insuficiente, na falta de outras palavras, “muito obrigada”.

A análise monográfica, sobretudo na política, corre maiores riscos porque mostra sempre, em parte, o que os iniciados já sabem, mas sem o saberem verdadeiramente, dando-lhes, posteriormente, a impressão de que sempre souberam disso.

Patrick Champagne

RESUMO

Esta dissertação realiza uma análise do discurso dos dois principais partidos de direita e, pela primeira vez, de oposição no âmbito federal – o Partido da Frente Liberal (PFL) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) –, durante a 52ª Legislatura da Câmara dos Deputados (1º/02/2003 a 1º/02/2007), ou seja, durante o primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva. O corpus de pesquisa foi composto pelos pronunciamentos proferidos em plenário pelos deputados federais líderes desses dois partidos, pois sabendo a indicação da liderança do partido, há fidelidade partidária na Câmara dos Deputados suficiente para poder prever em mais de 90% dos casos o resultado das votações. A análise deste corpus baseia-se nos conceitos da Escola Francesa de Análise de Discurso. A pesquisa busca saber quais das teses propostas por Albert Hirschman foram mais utilizadas pela oposição durante o primeiro mandato de Lula. A tese da *perversidade* sustenta que ações para melhorar a ordem econômica, social ou política só pioram a situação que se deseja remediar. A tese da *futilidade* defende que as mudanças são sempre ilusórias, já que as estruturas da sociedade permanecerão as mesmas. A tese da *ameaça* argumenta que o custo de determinada ação é muito alto, porque coloca em perigo outra realização anterior. A hipótese, baseada na conclusão de André Singer de que é característica da direita brasileira a aversão a qualquer tipo de mudança que ocorra via contestação da ordem e do direito de repressão do Estado no que diz respeito aos movimentos sociais, era que a tese da ameaça referente à ligação do governo com os movimentos sociais fosse a mais representativa. O número de pronunciamentos que utilizam o argumento da ameaça vinda da mobilização social confirma a hipótese, pois se trata do maior percentual, respondendo por 33,93% da retórica da intransigência brasileira. Além disso, ficou claro que o PFL foi opositor mais contundente e deu preferência ao argumento da ameaça, enquanto o PSDB utilizou-se mais da tese da futilidade e dos efeitos perversos.

Palavras-chave: Oposição. Direita. Esquerda. Partidos políticos. Governo Lula.

ABSTRACT

This dissertation presents an analysis of the speech of the two main right parties and, for the first time, opposition parties in the federal field – the Party of the Liberal Front (PFL) and the Party of Brazilian Social Democracy (PSDB) – during the 52nd Legislature (1st /02/2003 to 1st /02/2007), or during the first government of Luis Inácio Lula da Silva. The research was composed of the pronouncements made by the federal deputies leaders of the two parties, because knowing the indication of the leadership of the party, we have party loyalty enough to be able to foresee in more than 90% of cases the result of the vote. The analysis of this corpus is based on the concepts of the French School of Analysis of Speech. The research seeks to know which of the theses proposed by Albert Hirschman were more used by the opposition during the first Lula government. The thesis of perversity argues that actions to improve the economic, social or political order only worsen the situation that you want to heal. The thesis of futility argues that the changes are always illusory, because the structures of society remain the same. The argument of the threat argues that the cost of an action is too high, because it puts in danger another preceding achievement. The hypothesis, based on the conclusion of André Singer that among the main features of the Brazilian right is the aversion to any kind of change that occurs by opposing the order and the right of the State repression with regard to social movements, was that the thesis of the threat from the connection of the government with the social movements was the most representative. The number of pronouncements using the argument of the threat coming from the social mobilization confirms the hypothesis, because it is the largest percentage, accounting for 33.93% of the rhetoric of the Brazilian intransigence. Besides, it is clear that PFL was the hardest opponent and chose the thesis of threat, while PSDB preferred the futility and the perversity argument.

Key words: Opposition. Right. Left. Political Parties. Lula Government.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	OPOSIÇÃO DE DIREITA: TEORIA, HISTÓRIA E METODOLOGIA.....	13
2.1	A RETÓRICA DA INTRANSIGÊNCIA.....	13
2.2	DIREITA E ESQUERDA	16
2.3	UM HISTÓRICO DA POLÍTICA BRASILEIRA.....	19
2.4	A TESE DA AMEAÇA NA ELEIÇÃO DE 2002.....	26
2.5	A CRISE DOS PARTIDOS	30
2.6	LEGISLATIVO E EXECUTIVO.....	35
2.7	OS PARTIDOS DE OPOSIÇÃO.....	38
2.8	O GOVERNO LULA E AS TEORIAS SOBRE O VOTO.....	40
2.9	METODOLOGIA E CONSTITUIÇÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	43
3	O DISCURSO DE DESQUALIFICAÇÃO DO ADVERSÁRIO	51
3.1	A MUDANÇA DO PT E AS DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO	52
3.2	O “MODO PETISTA” DE GOVERNAR	63
4	A RETÓRICA DA INTRANSIGÊNCIA BRASILEIRA	70
4.1	A TESE DOS EFEITOS PERVERSOS.....	71
4.2	A TESE DA FUTILIDADE	74
4.3	A TESE DA AMEAÇA ÀS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	77
4.3.1	<i>As ameaças à liberdade de expressão e aos meios de comunicação.....</i>	<i>78</i>
4.3.2	<i>Ameaça dos movimentos sociais à democracia.....</i>	<i>82</i>
5	CONCLUSÕES.....	91
	REFERÊNCIAS	97
	ANEXO A	103

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação realiza uma análise do discurso da oposição durante o primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006). Analisamos os pronunciamentos dos dois principais partidos de direita e, pela primeira vez, de oposição no âmbito federal – o Partido da Frente Liberal (PFL)¹ e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). A pesquisa busca saber quais das três teses propostas por Albert Hirschman foram mais utilizadas pela oposição durante esse mandato de Lula.

Do título do livro de Hirschman tomamos emprestada a expressão “retórica da intransigência” para designar o discurso da direita. Assim como Hirschman (1992, p.15), aqui utilizamos a palavra “retórica” como sinônimo de “argumento”, e damos ênfase “às posturas e manobras políticas mais importantes e provavelmente mais utilizadas por aqueles que têm como objetivo desalojar e derrubar as políticas e os movimentos de idéias ‘progressistas’”. Esta idéia aproxima-se do conceito de discurso utilizado pela Escola Francesa de Análise de Discurso e assumido por essa pesquisa, segundo a qual discurso é um conjunto de enunciados que se apóia no que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura determinada (MAINGUENEAU, 1997). A conjuntura é composta pela eleição e governo de Luís Inácio Lula da Silva, um operário metalúrgico migrante, eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT), partido que, diferente dos outros partidos brasileiros, foi criado “de baixo para cima”, a partir da conjunção de movimentos sociais, sindicatos e intelectuais, tendo inicialmente uma participação marginal de políticos profissionais.

A posição dada é a da oposição, representada pelo PFL e PSDB, partidos que desde a redemocratização sempre estiveram presentes no governo federal do país e estavam deixando pela primeira vez o poder. O que foi dito por eles, utilizando uma das três teses de Hirschman, é o que chamamos de “retórica da intransigência brasileira”.

A tese da *perversidade* sustenta que ações para melhorar a ordem econômica, social ou política só pioram a situação que se deseja remediar. A tese da *futilidade* defende que as mudanças são sempre ilusórias, já que as estruturas profundas da sociedade permanecerão as mesmas. A tese da *ameaça* argumenta que o custo de determinada ação é muito alto, porque coloca em perigo outra realização anterior mais importante.

¹ O PFL, atualmente, virou Democratas (DEM). No entanto, como no período analisado por essa dissertação ele ainda chamava-se PFL, optou-se por manter o antigo nome do partido.

André Singer (2002) diz que é característica da direita brasileira a aversão à contestação da ordem e do direito do Estado de reprimir os movimentos sociais. Por esta característica imaginávamos que a tese da ameaça estivesse presente nas críticas da relação do governo com os movimentos sociais. O MST seria o alvo preferencial da direita, pois os sem-terra, ao se mobilizarem invadindo fazendas ameaçariam a propriedade privada, o que para a direita está acima da função social da terra e das garantias constitucionais fundamentais, como os direitos sociais (educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e assistência aos desamparados).

No segundo capítulo desta dissertação estão expostas de maneira detalhada as teses de Albert Hirschman e suas respectivas utilizações em relação à Revolução Francesa, à universalização do voto e ao Estado de bem-estar social. Realizamos uma discussão sobre a esquerda e a direita no mundo e no Brasil, com suas respectivas trajetórias, características e discursos. Falamos, especificamente, das eleições brasileiras de 2002.

Discutimos, ainda, neste segundo capítulo, a crise dos partidos políticos e os partidos de oposição. Também são abordados o Executivo e o Legislativo, o funcionamento desses poderes, suas relações e a imagem que possuem.

A discussão sobre o Legislativo serve para embasar a escolha do corpus de pesquisa, que foi composto pelos pronunciamentos proferidos em plenário pelos deputados federais líderes do PFL e do PSDB – pois sabendo a indicação da liderança do partido, há fidelidade partidária na Câmara dos Deputados suficiente para poder prever em mais de 90% dos casos o resultado das votações – durante a 52ª Legislatura da Câmara dos Deputados, que iniciou em 1º/02/2003 e encerrou em 1º/02/2007.

Além disso, são feitas considerações sobre o governo Lula e sua reeleição, utilizando algumas teorias que tentam explicar o voto e pesquisas empíricas sobre o caso brasileiro.

O último subitem do capítulo dois apresenta a classificação feita dos pronunciamentos das lideranças do PFL e PSDB e aponta as razões pelas quais parte dos pronunciamentos foi excluída da análise. Apresentamos alguns conceitos da Escola Francesa de Análise de Discurso, como enunciado e formação discursiva, com os quais os pronunciamentos serão analisados. Para finalizar o capítulo, chegamos à operacionalização da análise, realizada com o auxílio de um programa chamado NVivo, que analisa dados de forma quantitativa e qualitativa.

O terceiro capítulo traz “discurso de desqualificação do adversário”, feito pelo PSDB e PFL, sobre os casos de corrupção, a mudança ocorrida com o PT após tornar-se governo, e o “modo petista de governar”. Trata-se de um tipo de discurso genuinamente político, pois tenta

desconstruir e deslegitimar o governo. No discurso da oposição, os enunciados mais recorrentes que tentam desqualificar o adversário são sobre os seguintes temas: as denúncias de corrupção (o caso Waldomiro Diniz/ José Dirceu; a CPMI dos Correios/ o “mensalão”; a CPI dos Bingos/ o caso Palocci); a mudança de posicionamento e opinião do PT e, às vezes, também dos seus aliados históricos, em diversas questões a partir do momento em que passou a ser governo, incluída aí também a questão ética; o “modo petista de governar” relativo à administração da estrutura do Estado, que segundo a oposição é aparelhada e partidarizada, e à incapacidade de lidar com posturas, acontecimentos e leis adversas, o que levaria o governo a tomar atitudes inconstitucionais, classificadas pela oposição de autoritárias.

No quarto capítulo encontram-se os pronunciamentos que utilizam o argumento da ameaça, dos efeitos perversos ou da futilidade no discurso da oposição na Câmara dos Deputados. Na retórica da intransigência brasileira, a tese da ameaça é o argumento mais usado. Ela é utilizada para se referir aos movimentos sociais, que poderiam desestabilizar as instituições, e também no que diz respeito à liberdade de expressão e dos meios de comunicação em geral, ameaçadas por atitudes do governo, como a que foi tomada em resposta à crítica feita por um jornalista do New York Times ao Presidente, e pelas propostas de criação do Conselho Federal de Jornalismo e da Agência Nacional de Cinema e Audio-Visual (Ancinav). Os argumentos dos efeitos perversos e da futilidade mais utilizados fazem referência aos programas sociais do governo, especialmente, ao Fome Zero e, seu sucessor, o Bolsa Família. Além desses programas, a tese da perversidade trata do Universidade para Todos, e o argumento da futilidade, do Farmácia Popular e do Primeiro Emprego.

No último capítulo retomamos a hipótese levantada de que a tese da ameaça referente aos movimentos sociais, no caso brasileiro, seria a mais representativa, baseada na constatação de André Singer de que entre as características da direita brasileira está a aversão a qualquer tipo de mudança que ocorra via contestação da ordem ou do direito do Estado de repressão aos movimentos sociais. Concluímos que PFL e PSDB ficaram muito longe de serem assimilados pelo governo, fazendo uma oposição maior do que a considerada razoável por Pasquino (1998) para as democracias contemporâneas. O número de pronunciamentos da oposição na Câmara dos Deputados que utilizam o argumento da ameaça vinda da mobilização social confirma a nossa hipótese, pois se trata do maior percentual, respondendo por 33,93% da retórica da intransigência brasileira. Além disso, o discurso da oposição se concentra na defesa dos programas sociais do governo anterior, sustentando que o maior programa do governo Lula nada mais era do que a unificação dos programas sociais criados durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso. No entanto, ao contrário do que ocorria

anteriormente, no governo Lula esses programas seriam mal gerenciados. Concluimos ainda que, embora votem juntos na maior parte das vezes, a retórica utilizada por um partido e pelo outro é diferente. O PFL é o opositor mais contundente do governo Lula e opta por utilizar mais frequentemente a tese da ameaça. Enquanto isso, o PSDB utiliza-se mais do argumento da futilidade e dos efeitos perversos.

Segue a discussão teórica e metodológica da qual partimos para posterior análise do discurso da oposição.

2 OPOSIÇÃO DE DIREITA: TEORIA, HISTÓRIA E METODOLOGIA

2.1 A retórica da intransigência

Albert Hirschman identificou três tipos de retóricas conservadoras que foram utilizados ao longo da história: a tese da *perversidade*, que sustenta que ações para melhorar a ordem econômica, social ou política só servem para “exacerbar a situação que se deseja remediar” (HIRSCHMAN, 1992, p.14), a tese da *futilidade*, que defende que as mudanças são sempre ilusórias, já que as estruturas profundas da sociedade permanecem intactas, e a tese da *ameaça*, que argumenta que o custo da determinada reforma é muito alto, porque coloca em perigo outra realização anterior.

Estas retóricas foram reações aos três estágios do desenvolvimento da cidadania no Ocidente, sintetizados por T. H. Marshall da seguinte forma:

o século XVIII testemunhou as grandes batalhas pela instituição da cidadania *civil* – da liberdade de palavra, pensamento e religião ao direito a uma justiça equitativa e outros aspectos das liberdades individuais ou, de maneira geral, os “Direitos Humanos” da doutrina do direito natural e das revoluções francesa e americana. Ao longo do século XIX foi o aspecto *político* da cidadania, isto é, o direito dos cidadãos a participar no exercício do poder político, que fez os maiores avanços à medida que o direito de voto ia sendo estendido a grupos cada vez maiores. Finalmente, a ascensão do Welfare State, no século XX, estendeu o conceito de cidadania às esferas *social* e *econômica*, ao reconhecer que condições mínimas de educação, saúde, bem-estar econômico e segurança são básicas para a vida de um ser civilizado, assim como para o exercício significativo dos atributos civil e político da cidadania. (Ibidem, p.11-2)

A Revolução Francesa ilustra a tese da *perversidade*, quando os ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade foram transformados na ditadura do Comitê da Salvação Pública. A participação das massas na política também foi vista através desse viés: se “o indivíduo é racional, talvez requintado e calculista; a multidão é irracional, facilmente manejável, incapaz de pesar os prós e os contras, dada a entusiasmos impensados” (LE BON² apud HIRSCHMAN, 1992, p.28). Já que eram estúpidas, as massas levariam a governos de idiotas.

Michels (1979, p.10) defende esse mesmo ponto de vista afirmando que “gigantescas aglomerações populares aprovam geralmente por aclamação, ou por votação em bloco, as resoluções que essas mesmas assembleias, divididas, por exemplo, em secções de cinquenta pessoas, recusariam aprovar”, pois

² LE BON, Gustave. **Psychologie des foules**. Paris: Félix Alcan, 1985.

Atos e palavras são menos pesados pela multidão do que pelos indivíduos ou pelos pequenos grupos que a compõem. Esse é um fato incontestável. É uma das manifestações da patologia da multidão. A multidão anula o indivíduo e, com ele, sua personalidade e seu sentimento de responsabilidade.

No que diz respeito ao Welfare State, a perspectiva dos efeitos perversos argumenta que “qualquer política pública que tenha por meta mudar resultados do mercado, tais como preços ou salários, torna-se automaticamente uma interferência nociva em processos benéficos de equilíbrio” (HIRSCHMAN, 1992, p.30). A disponibilidade da assistência agiria “como incentivo positivo à ‘preguiça’ e à ‘depravação’”, terminando por produzir mais pobreza (Ibidem, p.31).

A tese da *futilidade* sustenta que a Revolução Francesa representou muito menos uma ruptura com o passado do que fora comumente considerado. Tocqueville³ mostrou que

algumas das “conquistas” altamente alardeadas da Revolução, da centralização administrativa à disseminação da agricultura em pequena escala feita pelo proprietário, já existiam de fato antes da sua eclosão. Até os famosos “Direitos do Homem e do Cidadão” já haviam sido em parte instituídos pelo Antigo Regime. (HIRSCHMAN, 1992, p.46)

Quanto ao sufrágio universal, a tese da futilidade argumentava que “qualquer sociedade, independente da sua organização política de ‘superfície’, está sempre dividida entre governantes e governados” (MOSCA⁴ apud HIRSCHMAN, 1992, p.49). Segundo Gaetano Mosca, “a regra da dominação da minoria sobre a maioria deve ser atribuída ao fato de que a primeira é organizada e a segunda é incapaz de se organizar”. Tanto ele quanto Vilfredo Pareto consideravam “inevitável uma divisão entre uma elite organizada e governante e uma massa desorganizada e, conseqüentemente, fácil de ser controlada” (BAQUERO, 2000, p.83). Uma democracia, então, “podia ser tão ‘espoliativa’ da massa do povo quanto qualquer outro regime”, pois “o método pelo qual a classe governante ou ‘espoliadora’ é recrutada não tem nada a ver com o fato ou o grau da própria espoliação” (PARETO⁵ apud HIRSCHMAN, 1992, p.53).

Pareto acreditava que a história era “uma repetição indefinida do mesmo assunto: uma minoria tira o poder da minoria dominante e se ergue, conseqüentemente, como minoria dominante” (ZUÑIGA, 1976, p.15⁶ apud BAQUERO, 2000, p.82). Ele via as sociedades divididas em dois estratos: “a) o estrato inferior, cuja composição seria de membros da não-

³ TOCQUEVILLE, Alexis de. **L’Ancien Régime et la Révolution**. Paris, 1860.

⁴ MOSCA, Gaetano. **The ruling class**. Nova York: McGraw-Hill, 1939

_____. **The myth of the ruling class**. Ann Arbor: university of Michigan Press, 1958.

_____. **Il tramonto dello stato liberale**. Catania: Bonanno, 1971.

⁵ PARETO, Vilfredo. **Écrits sur la courbe de répartition de la richesse**. Genebra: Droz, 1965.

⁶ ZUÑIGA, Luis Rodrigues. **Elites e democracia**. Valência: Fernando Torres Editor, 1976.

elite, como uma influência mínima ou quase inexistente nos ‘negócios’ do Estado; e b) o estrato superior, que estaria dividido entre a elite governante e a elite não governante” (PARETO, 1902⁷; PERRY, 1976⁸ apud BAQUERO, 2000, p.82).

Entretanto, seria raro

que a luta entre os velhos chefes e os jovens termine com a vitória completa dos primeiros. Na maioria dos casos ela acaba não na substituição, mas na fusão das elites, em outras palavras, num amálgama de dois elementos. Esperando sua vez, e desde que lhes pareça interessante, as minorias rebeldes sabem dobrar-se às circunstâncias, afetar obediência à vontade da maioria, aceitar sem o menor escrúpulo as ordens do dia que implicam em sua própria condenação. (MICHELS, 1979, p.99)

Com relação ao Welfare State, a perspectiva da futilidade sustenta que as transferências de pagamento não chegam aos beneficiários a que se destinam: “os gastos públicos para fins tais como educação, habitação e seguridade social representam, se os considerarmos em conjunção com os impostos que os financiam, transferências dos pobres para a classe média” (HIRSCHMAN, 1992, p.59).

A tese da *ameaça*, por sua vez, foi utilizada durante o século XIX, quando foi proposta a expansão do sufrágio nos países em que os direitos e as liberdades civis estavam firmemente estabelecidos. Ela argumentava que tais direitos e liberdades seriam perdidos em virtude do avanço da democracia, pois a extensão do direito de voto aos trabalhadores e pobres levaria “à formação de uma maioria e a um governo que expropriaria os ricos, por meios diretos ou por uma taxação espoliativa – violando assim uma liberdade básica como o direito de acumular propriedade”. Além disso, seria “provável que a tentativa de espoliar os ricos levasse a uma intervenção militar ou a um governo ditatorial, com a conseqüente morte da liberdade” (Ibidem, p.83).

No caso do Welfare State, alegou-se que era provável que ele colocasse em risco “avanços anteriores no domínio dos direitos individuais” e/ou “os métodos democráticos de governo” (Ibidem, p.76). Hayek argumentou que

(1) em geral as pessoas concordam com apenas algumas poucas tarefas comuns; (2) para ser democrático, o governo deve ser consensual; (3) o governo democrático, portanto, só é possível quando o Estado limita suas atividades às poucas sobre as quais as pessoas podem concordar; (4) logo, quando o Estado desejar assumir importantes funções adicionais, verá que só pode fazê-lo pela coação, e tanto a liberdade como a democracia estarão destruídas. (HIRSCHMAN, 1992, p.96)⁹

⁷ PARETO, Vilfredo. **Les systèmes socialistes**. Paris: Marcel Giard, 1902.

⁸ PERRY, Geraint. **Political elites**. London: George & Unwin Ltda, 1976, cap.2.

⁹ HAYEK, Friedrich A. Freedom and the economy system. **Public Policy Pamphlet**. Chicago: University of Chicago Press, 1938.

_____. **The constitution of liberty**. Chicago: University of Chicago Press, 1968.

Em uma tentativa de hierarquizar essas teses, Hirschman (op.cit., p.117) considera que a alegação da perversidade pode ser proclamada a “mais popular e efetiva”.

Apesar de estas teses serem utilizadas predominantemente pela direita, “a idéia conservadora é inseparável de todas as instituições, em todos os tempos e fases da civilização. É a primeira que surge no dia seguinte ao das revoluções para firmar-lhe as conquistas” (RODRIGUES DA SILVA apud MERCADANTE, 1965, p.262). Além disso, há de se considerar que “uma política conservadora, à diferença do que entende o senso comum, é algo essencialmente diverso do que se designa por imutabilidade”. Como as sociedades estão em constate transformação e caducou “a hipótese de que a vontade humana, orientada por decisões racionais, garantiria ininterrupto progresso”, logo,

nem todas as mudanças são para melhor, sendo de crucial relevância a compreensão de que, visto o contínuo estado de mutação, a simples conservação do estado atual das coisas, isto é, a meta de mantê-las tal qual se encontram no presente, exige pronta intervenção política para que o status quo não se deteriore. governo conservador, portanto, não é aquele que evita interferir no andamento dos processos sociais, presumindo que, não intervindo, o mundo deixe de testemunhar significativa transformação. Máximo engano. Entre os processos em curso, muitos não se sustentam sem amparo governamental. (SANTOS, 2007, p.105-6)

No Brasil, em 2002, a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), para a presidência da República, correspondeu “à primeira eleição de um partido de esquerda em todo o período republicano” (DIAS; PÉREZ, 2006, p.7). Assim, parte da direita brasileira que sempre compôs o governo federal teve que se colocar na oposição e pela primeira vez podem-se observar as teses da direita no que diz respeito às mudanças propostas por um governo de centro-esquerda. Nesse contexto, propõe-se uma análise do discurso dos dois principais partidos de direita e, pela primeira vez, de oposição, o PFL e o PSDB, durante o primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), para descobrir quais das três teses de Albert Hirschman foram mais utilizadas pela oposição. Como a classificação ideológica dos partidos é sempre polêmica, segue uma discussão sobre os dois conceitos, que embasou a classificação aqui proposta.

2.2 Direita e esquerda

Ao contrário do bloco formado pelos partidos de esquerda, “a classificação dos partidos de direita e de centro pode gerar alguma polêmica” (TELLES, 2006, p.110). No entanto, a conceitualização de direita e esquerda, uma discussão sobre a crise dos partidos, e

um histórico da política brasileira permitem que os partidos sejam classificados com mais segurança.

No universo conflituoso da política, especialmente no sistema democrático, que aceita como regra fundamental a alternância de poder entre um pólo e outro, a divisão do universo entre esquerda e direita “não é uma simplificação, mas uma fiel representação da realidade” (BOBBIO, 2001, p.11). O argumento de que a distinção não é perfeita, não é válido, já que “quem trabalha com o método analítico nunca deve esquecer que a realidade é bem mais rica do que as tipologias abstratas” (Ibidem, p.33). Além disso, “entre o branco e o preto pode existir o cinza”, “mas o cinza não elimina a diferença entre o branco e o preto” (Ibidem, p.54).

Deve-se ainda considerar que direita e esquerda não são conceitos que designam conteúdos fixos, são conceitos relativos, embora estejam sempre em oposição. Estas palavras designam “diversos conteúdos conforme os tempos e as situações” (Ibidem, p.108). Pode-se usar como exemplo os três momentos históricos que Hirschman utiliza para ilustrar as teses da direita. Esta, no caso do Estado de bem-estar social, incorporou a defesa dos direitos civis e políticos, em períodos anteriores apregoados apenas pela esquerda, para tentar barrar a ampliação dos direitos sociais. Ou seja, o que era defendido pela direita na época da ampliação do sufrágio eleitoral não era o mesmo defendido quando a esquerda pregava o bem-estar social, e o mesmo serve para a esquerda.

Argumentando no mesmo sentido que Bobbio, Giddens (1996, p.284) afirma que:

não há dúvidas de que a diferença entre a esquerda e a direita – que, de toda forma, foi contestada desde o início – continuará a existir nos contextos práticos da política partidária. Aqui, seu sentido primordial, pelo menos em muitas sociedades, difere daquilo que costumava ser, visto que a direita neoliberal passou a defender o domínio dos mercados, enquanto a esquerda apóia maior previdência e provisão públicas.

A distinção entre esquerda e direita costuma ser questionada quando as ideologias políticas estão desequilibradas. Aconteceu depois da Segunda Guerra Mundial, logo após a queda do fascismo, quando a direita teve que trajar “uma nova roupagem”, tendo que “adotar alguns valores da esquerda e aceitar a estrutura básica do *welfare state*” (Idem, 1999, p.49). Alguns, nesse momento, até imaginaram que “então apenas a esquerda existia” (BOBBIO, 2001, p.150). Já na década de 1980, “as coisas se passaram ao contrário, por causa da ascendência ideológica do neoliberalismo e do colapso do comunismo” (GIDDENS, op.cit., p.49), havendo quem se destacasse então “sustentado que aquilo que desapareceu definitivamente foi a esquerda” (BOBBIO, op.cit., p.150).

Dahrendorf¹⁰ (1981, p.70 apud PASQUINO, 1998, p.97) chegou a dizer que tínhamos chegado a um consenso social-democrata, de que em política econômica

no se duda de la necesidad de desarrollo mediante el aumento de la productividad; en política social... se sitúa en premier plano la igualdad de los derechos y oportunidades, pero no de las rentas; en política... se aceptan plenamente las instituciones democráticas como instrumento de transformación; en el ámbito de los valores... la racionalidad weberiana de la ciencia y la burocracia se toma como base de la acción y la valoración.

Ao tornar-se impopular, “o lado mais fraco geralmente tenta se apossar de algumas das idéias de seus opositores e propagá-las como suas próprias opiniões” (GIDDENS, 1999, p.49). Nesse sentido, a afirmação de que Tony Blair pegou “a maior parte das idéias do thatcherismo e as reciclou como algo novo é facilmente compreensível” (Ibidem, p.50), como era a defesa do *welfare state* também pela direita depois da Segunda Guerra Mundial: “se cinquenta anos atrás todo mundo era planejador, agora ninguém mais dá essa impressão” (Ibidem, p.24). Os partidos social-democratas passaram a se preocupar com a produtividade econômica, a ampliação da participação pública na indústria foi descartada, foi reduzida a dependência em relação aos sindicatos e foram introduzidos temas ecológicos. No entanto, como o próprio Giddens afirma,

Há grandes diferenças entre social-democratas e neoliberais quanto ao futuro do *welfare state*, e essas diferenças se concentram em torno da divisão esquerda/direita. A maioria dos social-democratas quer manter o *welfare* com dispêndio elevado, ao passo que os neoliberais defendem um *welfare* de rede de segurança mínima. (Ibidem, p.56)

Em outras palavras,

por lo que se refiere a las relaciones del estado con el mercado, la alternativa no es ya entre estatización y liberalismo, sino entre distintas modalidades de dirección del ámbito estatal y directrices para el sector privado. [...] Así, en lo que referente al sector de la asistencia y la previsión social, la alternativa no es ya entre estatización y privatización, sino entre cantidad y calidad de la presencia del estado. (PASQUINO, 1998, p.98)

A direita “considera que as desigualdades entre os homens são não apenas inelimináveis (ou são elimináveis apenas com o sufocamento da liberdade) como são também úteis, na medida em que promovem a incessante luta pelo melhoramento da sociedade” (BOBBIO, 2001, p.38). Para ela, as desigualdades são “sacras e invioláveis, naturais ou inevitáveis, ao passo que a esquerda pensa que podem e devem ser reduzidas ou abolidas” (Ibidem, p.18). Dito de outra forma,

O igualitário parte da convicção de que a maior parte das desigualdades que o indignam, e que gostaria de fazer desaparecer, são sociais e, enquanto tal,

¹⁰ DAHRENDORF, R. **La libertà che cambia**. Laterza: Roma-Bari, 1981.

elimináveis; o inegalitário, ao contrário, parte da convicção oposta, de que as desigualdades são naturais e, enquanto tal, inelimináveis. (BOBBIO, op.cit., p.121)

No entanto, dizer que a esquerda é igualitária não quer dizer que para ela todos os homens devam ser iguais em tudo, do mesmo modo, dizer que a direita é inegalitária não quer dizer que ela pretenda conservar todas as desigualdades.

Os argumentos provenientes dos acontecimentos analisados por Hirschman dizem respeito, exatamente, a este confronto de visões mais igualitárias e visões mais aristocráticas.

Como esquerda e direita são “conceitos relativos”, para pensá-los relativamente ao Brasil, segue um breve histórico da política do país.

2.3 Um histórico da política brasileira

O Brasil, desde o período de formação nacional, teve uma mentalidade conservadora distinta da europeia por suas “singulares feições conciliatórias” (MERCADANTE, 1965, p.7), pois teve que conciliar a mudança nas relações externas de produção, o liberalismo econômico, com a mão-de-obra escrava nas relações internas de produção.

Frente às diversas conjunturas que se delinearão a partir de então, as forças dominantes utilizaram as mesmas estratégias políticas. Dentre elas, a que mais se sobressai é a “conciliação”. Ela não corresponde a um acordo entre atores de um peso mais ou menos igual, a fim de evitar brigas custosas, cujo único exemplo que temos durante o século XX “foi o acordo de 61 entre os setores inconformados com a posse de Goulart e os legalistas” (DEBRUN, 1983, p.51). A “conciliação”, aqui no Brasil, “sempre pressupôs o desequilíbrio, a dessimetria dos parceiros”, e serve para “cooptar e amaciar certas categorias de dominados (ou de elites dissidentes)” (Ibidem, p.15).

Outra estratégia, também hegemônica no Brasil durante o século passado, foi o “autoritarismo desmobilizador”, que simplesmente esmagava os dominados ou as elites dissidentes. Ele “caracterizou tanto o Estado Novo como o regime oriundo da Revolução de 64” (Ibidem, p.17).

O que permitiu que estas duas estratégias fossem hegemônicas foi “a magnitude do hiato histórico entre grupos dominantes e dominados”, que “sempre facilitou aos primeiros o silenciamento dos segundos, ou a cooptação de parte deles”. A estratégia da “conciliação” e do “autoritarismo desmobilizador” se alternam, alimentando uma a outra. Nos períodos de

“fraca mobilização dos dominados, a ‘Conciliação’ é suficiente. A partir de certo grau de mobilização, é necessário... lançar mão do autoritarismo desmobilizador. O êxito dessa estratégia permite por sua vez a volta à ‘Conciliação’” (DEBRUN, op.cit., p.141).

Na verdade, o uso dessas estratégias não é exclusividade brasileira. Na América Latina, os esforços para

tentar abrir espaços para outros partidos, que não os que se identificavam com a ideologia das elites, sempre enfrentavam sérios obstáculos e quase sempre acabavam se esvaziando por falta de apoio popular ou por adoção de medidas repressivas por parte do regime no poder, sempre de direita. (BAQUERO, 2000, p.103)

Devido ao processo de urbanização e modernização dos países latino-americanos, a oligarquia tradicional tornou-se inviável e teve que se tornar mais heterogênea, podendo então ser observado o que Robert A. Dahl (1965)¹¹ denomina de “pluralidade de elites”. Como resultado

as classes baixas aparentemente se tornaram menos manipuláveis e surgiu uma classe média que, por sua vez, tornou-se uma fornecedora de líderes para as massas. Entretanto, essas novas lideranças, em geral, sucumbiram aos interesses das elites tradicionais. Não houve, assim, uma mudança radical nas estruturas tradicionais de poder. A consequência concreta foi a ampliação das elites, mantendo as massas numa exclusão permanente. (BAQUERO, op.cit., p.104)

Sinteticamente, na América Latina, “o que se tem constatado é que as elites oligárquicas, quando no poder, procuram sempre resolver situações de crise de duas formas: a) eliminando os setores oposicionistas através da repressão e da violência, e b) cooptando setores para dentro do governo” (Ibidem, p.105).

Como consequência disso, “não se pode negar o peso decisivo que o legado autoritário deixou na cultura política latino-americana, fundada na forma de controle e obediência passiva”. Assim, a democracia passou “a ser vista como algo a ser concedido, uma dádiva imposta de cima para baixo, e não como uma construção que envolve a sociedade como um todo” (Ibidem, p.150).

As preocupações dos elitistas têm sido, apenas, “com a manutenção da estabilidade democrática, via preservação dos ‘procedimentos democráticos’, e a criação de uma maquinaria que traduza uma administração eficiente” (Ibidem, p.89). Na realidade,

a sobrevivência da elite, como a história tem mostrado, tem dependido, em grande parte, da sua capacidade para se ajustar às pressões de fora, inclusive admitindo, através da cooptação, elementos de outros interesses sociais, sem que isso altere sua hegemonia. (Ibidem, p.85)

¹¹ DAHL, Robert A. **Political oppositions in western democracies**. New Haven and London: Yale University Presse, 1965.

Vê-se nesta descrição da história do Brasil e da América Latina, de certa forma, uma ilustração da tese da futilidade de Hirschman, apresentada na primeira parte deste capítulo, defendida por Mosca, Parto e Michels.

Voltando ao caso brasileiro, desde 1822, com exceção dos anos 1963-1964 e de 2003 até o presente, os maiores partidos de direita integraram a coalizão governamental com peso considerável no âmbito nacional. Mas isso não quer dizer que não houve outros desafios sérios à hegemonia da direita: “Getúlio Vargas, Presidente de 1930 a 1945, surpreendeu vários conservadores ao iniciar a incorporação das classes populares urbanas no sistema político” (MAINWARING; MENENGUELLO; POWER, 2001, p.12).

Na mesma linha, João Goulart, no decorrer de seu governo (1961-1964), passou a desprezar as lideranças moderadas da classe média para se aliar “a grupos radicais de esquerda, desejosos de queimar as etapas para uma revolução socialista”. Os operários foram “chamados à revolução através de sistemáticas melhorias salariais”, que concretizadas tornavam “a classe média cada vez mais revoltada contra a queda do seu antigo *status*” (MERCADANTE, 1965, p.12). Tal situação, somada aos decretos do inquilinato e da reforma agrária foi “devorando a tradicional cordialidade de seu comportamento histórico, o sentido de seu respeito às normas do direito positivo e ao tradicionalismo político” (Ibidem, p.12-3). A reação foi o incentivo ao golpe militar e o apoio à ditadura resultante (MAINWARING; MENENGUELLO; POWER, 2001). Mercadante já imaginava que a ditadura não perduraria porque depois do “autoritarismo desmobilizador”, costuma vir a “conciliação” novamente.

Ainda durante a ditadura, na década de 70, surgiu, sob a liderança de Lula, um movimento que não foi “outorgado” de cima para baixo. Houve uma “recusa dos setores populares mais esclarecidos em servirem de escola de aplicação para concepções alheias”, o que foi constatado a partir “das reticências de Lula e outros líderes sindicais, ante as tentativas de arregimentá-los em torno de propostas articuladas por sociólogos, economistas, politicólogos” (DEBRUN, 1983, p.57).

A década de 80, no Brasil, foi um daqueles períodos em que a balança se desequilibra e um dos lados parece tão fraco que parece não existir, como demonstraram Giddens e Bobbio. Em 1987, quando se

indagou a autotransclassificação ideológica a 428 deputados federais em uma escala de 5 pontos, nenhum deles aceitou o rótulo de “direita radical” e apenas 6% se autodefiniram como moderados ou de centro-direita. O restante declarou ser de centro (37%), de centro-esquerda (52%) e de esquerda radical (5%). Com ironia, Rodrigues concluiu que “ao julgar pela autodefinição política dos deputados, o

Brasil seria um país sem direita”. (MAINWARING; MENENGUELLO; POWER, 2001, p.43)¹²

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido Democrático Social (PDS), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o PT foram criados em 1980 e obtiveram registro definitivo ainda no regime autoritário.

O PMDB compôs-se, basicamente, de lideranças do antigo MDB, a oposição consentida durante o regime militar, enquanto vigorou o bipartidarismo no Brasil, excluídas suas lideranças “de centro-direita, que migraram principalmente para o PP” (NICOLAU, 1996, p.18). Mas logo essas lideranças do PP retornaram ao seu grupo de origem, filiando-se ao PMDB. Depois disso, o partido acabou perdendo sua ala esquerda para diversos partidos, como o PC do B, o PCB, o PSB e o PSDB.

No final dos anos 80, o PSDB

foi organizado, basicamente, por parlamentares do PMDB descontentes com a posição do partido em algumas votações da Assembléia Nacional Constituinte – sobretudo aquelas que envolviam a duração do mandato do Presidente José Sarney e a escolha do sistema de governo (presidencialismo ou parlamentarismo). (Ibidem, p.24)

No primeiro momento, o desempenho político e eleitoral deste partido não respondeu às expectativas, “mas com a eleição de Fernando Henrique Cardoso à presidência, viabilizada pela projeção alcançada através do plano de estabilização monetária (‘plano real’), o partido passou a ocupar posição central no jogo político” (MOTTA, 1999, p.136).

Já o PDS “foi a legenda pela qual optaram os principais expoentes da Arena”, o outro partido do sistema bipartidário brasileiro (NICOLAU, op.cit., p.18). Esse partido “passou por um esvaziamento contínuo até o começo dos anos 90, perdendo lideranças, sobretudo para o PFL” e para pequenos partidos (Ibidem, p.21). O PFL foi, então, “fundado por lideranças do PDS que apoiaram Tancredo Neves no Colégio Eleitoral” (Ibidem, p.22). Ele

tem controlado posições importantes no Congresso e no governo, negociando seu apoio com base na força da máquina do partido. Impressionante a vocação para o poder demonstrada pelo PFL nos últimos anos. Pode-se dizer que ele está no governo desde 1964, pois seus principais próceres foram da ARENA e deram sustentação ao regime militar, e nos governos pós-redemocratização sempre houve participação ativa de “pefelistas”. (MOTTA, 1999, p.134)

O Partido Liberal (PL), também foi formado por dissidentes do PDS. Em 1995, formou-se o Partido Progressista Brasileiro (PPB)¹³, “a partir de uma série de fusões de

¹² RODRIGUES, Leôncio Martins. **Quem é quem na Constituinte**: uma análise sociopolítica dos partidos e deputados. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987, p.99.

¹³ O PPB atualmente virou somente PP (Partido Progressista).

grupos parlamentares que tiveram como principal base lideranças [igualmente] oriundas do PDS” (MOTTA, op.cit., p.153).

Quanto ao PTB, “Leonel Brizola e Ivete Vargas, dois personagens afastados da vida pública no pós-64, entraram simultaneamente com pedido de registro da legenda” (NICOLAU, 1996, p.19), mas a decisão do TSE foi dar a sigla para a ex-deputada Ivete Vargas, filha de Getúlio Vargas. Brizola e o grupo que o acompanhava organizaram, então, o PDT.

Nos principais estudos sobre o PT o que se destaca é “o fato de ser ele o primeiro partido político brasileiro criado ‘de baixo para cima’, nascido longe do Estado e formado por operários”. No momento de sua fundação, o PT contou com “lideranças sindicais, organizações marxistas e católicos progressistas”. Embora “tenha recebido a adesão de diversos parlamentares da então chamada ‘tendência popular’ do MDB, os políticos foram figuras marginais no momento inicial do partido” (Ibidem, p.20). O PT se fortificou “em diversos estados, não por um processo de adesão de lideranças advindas de outras legendas, mas por um lento processo de criação de dirigentes políticos que começaram a vida político-parlamentar no partido” (Ibidem, p.21-22).

Segundo Samuels (1997), o PT diferencia-se dos demais partidos porque pode ser considerado um partido de orientação programática, e não puramente eleitoral. Ele possui um alto nível de responsabilização política de seus representantes e de democracia intrapartidária, estruturas de recrutamento impermeáveis (ou seja, o recrutamento dos dirigentes e candidatos é feito nas camadas inferiores da militância do partido) e um formato organizacional baseado na atividade da militância. Além disso, promove o voto de legenda e possui um baixo nível de migrações de deputados.

No entanto, houve no partido “uma mudança no perfil de seus dirigentes, que passaram a vir cada vez menos do sindicalismo manual e cada vez mais das camadas médias e do funcionalismo estatal” (RODRIGUES, 1989¹⁴ apud NICOLAU, 1996, p.22).

De um modo geral, os líderes partidários não têm as massas em alta estima, acham contraproducente aos interesses do partido que “uma minoria de militantes que acompanham e estudam atentamente os problemas, se deixasse suplantar por aqueles que não tem nenhuma opinião formada a respeito do que se passa à sua volta” (MICHELS, 1979, p.91). Exemplo prático disso foi a extensão do poder de decisão aos que não participavam dos debates programáticos PT-RS, através da realização das eleições prévias para escolher o candidato ao

¹⁴ RODRIGUES, Leôncio Martins. A composição social das lideranças do PT. In: **Partidos e sindicatos**. Escritos de sociologia política. São Paulo: Ática, 1989.

governo do estado, em 1998, que foi vista pelas tendências mais à esquerda como ameaça às posições dos que acompanhavam organicamente a vida partidária e possibilidade de maior influência externa nas decisões do partido (MARQUES, 1998).

Na década de 90, ao contrário do que havia ocorrido na década anterior, a balança pendeu para a direita. Enquanto nos anos 80 o PT era visto como progressista, na década seguinte

O discurso modernizante passou a ser o do governo, realizador das reformas liberais, única via capaz de inserir o país na ordem mundial globalizada. O discurso contrário foi insistentemente apontado como ultrapassado, expressão de um pensamento extemporâneo, sendo seus defensores identificados como retrógrados. (DINIZ, 2006, p.18)

Dados referentes aos anos de 89 e 94 mostram que a principal diferença entre esquerda e direita no Brasil não é a mesma dos países centrais que, como vimos anteriormente nas definições de Bobbio, gira em torno da questão da igualdade. O eleitorado brasileiro, segundo Singer (2002, p.146), “tende a posições igualitárias independentemente do ponto do espectro em que se situe”, ainda que a esquerda, como era de se esperar, “seja *mais* igualitária do que a direita”. Nesta sociedade, marcada por uma profunda desigualdade de renda,

parece compreensível que vastas porções do eleitorado – elas próprias desvalidas – sejam simpáticas a medidas de cunho igualitarista, independentemente da posição ideológica em que se situem. Devido ao tremendo impacto da desigualdade sobre o conjunto da sociedade, pode-se dizer que o igualitarismo tornou-se uma espécie de ideologia nacional. (Ibidem, p.147)

Também não é o contraste mudança/conservação que divide esquerda e direita no país, pois “como no Brasil ‘todos’ são a favor da igualdade, ‘todos’ são também a favor das mudanças que a propiciem”. A grande divisão entre uma e outra se dá em torno da “questão da ordem”, em outras palavras, do “*como mudar*”, se “dentro da ordem ou contra a ordem, resultando em instabilidade” (Ibidem, p.149). Ou seja, o público que se coloca à direita “quer reforçar a autoridade do Estado e apóia o seu direito a reprimir os movimentos sociais” (Ibidem, p.153); o público que se coloca à esquerda, por sua vez, “está ligado à idéia de uma mudança a partir da mobilização social, e por isso contesta a autoridade repressiva do Estado sobre os movimentos sociais” (Ibidem, p.150).

O apego à autoridade e à ordem por parte dos eleitores de direita talvez ocorra em função da sua crença de que “um Estado forte (ditadura, governo militar, etc.) pode realizar com mais facilidade as mudanças igualitárias almejadas” (Ibidem, p.155). Na realidade, este perfil do eleitorado brasileiro apontado por Singer vai bem ao encontro do Debrun (1983) falava sobre as características da direita brasileira, que quando se sente ameaçada responde com o “autoritarismo desmobilizador”, ou seja, aumentar o poder de repressão do Estado,

desmobilizando os movimentos sociais. Então, por suas características específicas, é possível que a tese mais utilizada pela direita brasileira não seja a tese dos efeitos perversos, como Hirschman imaginara, mas a tese da ameaça, a tese de que a mobilização dos movimentos sociais ameaça instituições consideradas muito importantes.

Na prática, atualmente, a direita é favorável ao enxugamento do Estado, à redução dos gastos públicos, à privatização, ao capital estrangeiro, e contrária à inovação de leis ambientalistas, à reforma agrária e ao aumento dos direitos trabalhistas, ou seja, a direita é contrária às questões que costumam mobilizar e organizar parte da população.

Os partidos de direita “conferiram o mais consistente apoio às reformas econômicas do Presidente Fernando Henrique Cardoso” (MAINWARING; MENENGUELLO; POWER, 2001, p.34), eleito em 1994 e reeleito em 1998, que foram “similares às iniciativas de Collor no sentido da promoção da privatização e enxugamento do Estado” (Ibidem, p.53).

O discurso que venceu, tanto as eleições de 1989 quanto as de 1994 e 1998, foi o da estabilidade. Collor, por exemplo, junto com ataques pessoais a Lula, adotou um discurso no qual a esquerda era “acusada de pretender confiscar as poupanças individuais e dividir as casas com mais de dois ou três quartos” (SINGER, 2002, p.64). Fernando Henrique Cardoso (FHC), por sua vez, “foi vitorioso porque construiu uma *ordem* em oposição ao discurso de aprofundamento do caos apresentado pelo PT” (PINTO, 1986, p.158¹⁵ apud SINGER, 2002, p.108, grifo nosso). Ou seja, Collor e FHC utilizaram-se da tese da ameaça à estabilidade e à ordem em suas campanhas.

O neoliberalismo, então, “tornou-se a bandeira unificada da agenda política de direita” e ganhou respeito e ampla aceitação. Se no final da década de 80 somente “40% dos deputados federais se autotransformavam como liberais econômicos puros”, no final da década de 90, essa a proporção no Congresso havia subido 56% (MAINWARING; MENENGUELLO; POWER, 2001, p.36). No PSDB, por exemplo, a porcentagem dobrou, passando de 30,6% para 62,5%, enquanto que no PFL o número subiu de 62,4% para 70,0%.

Para o PFL, a identificação “com um Presidente popular (pelo menos até 1999), reformista e ‘moderno’”, foi útil para “refazer sua imagem negativa anterior de autoritário e patrimonialista” (Ibidem, p.96). O PSDB, por sua vez, em dez anos passou de um partido “reconhecidamente social-democrata” para “um partido de centro-direita” (Ibidem, p.97), trajetória para a direita que manteve depois de 1999. Ou, dito de outro modo, houve

¹⁵ PINTO, Céli Regina Jardim. Uma ordem no caos: o discurso político na eleição presidencial de 1994. In: PINTO, Céli Regina; GUERRERO, Hugo (orgs.). **América Latina, o desafio da democracia nos anos 90**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Associação de Universidades Grupo Montevideo, 1996.

uma mudança na orientação programática do PSDB ao longo do tempo. No instante da fundação o partido tinha um perfil mais próximo à esquerda, mas no início dos anos 90 e principalmente com a ascensão de Fernando Henrique Cardoso foi incorporando posturas liberais. (MOTTA, 1999, p.136)

Estabelecendo uma relação entre o PT e o PSDB, pode-se dizer que “o partido que aplica, ou tende a fazê-lo, a social-democracia não quer nesta reconhecer-se, enquanto o partido que a reivindica não aplica adequadamente” (ROSENFELD, 2002, p.58). Essas confusões entre os nomes dos partidos e o que eles defendem só aumentaram após o PFL ter passado a se chamar “Democratas”.

A estratégia neoliberal, no entanto, começou a desgastar-se “pouco tempo depois da reeleição de FHC, cujo segundo mandato (1999-2002) transcorreria sob crescente perda de popularidade”. Isto foi resultado da

percepção de que as políticas neoliberais tiveram um alto custo social, gerando efeitos perversos de grande impacto, como os altos índices de desemprego, a redução do mercado formal de trabalho (eliminação de cerca de dois milhões de empregos formais na indústria) e a destruição do já precário sistema de proteção social ligado ao padrão anterior. (DINIZ, 2006, p.16)

FHC conseguiu terminar com a hiperinflação e teve alguns progressos na área social, como “a diminuição do analfabetismo e da mortalidade infantil, incremento da distribuição de terras para camponeses e comunidades remanescentes de quilombolas”. No entanto,

a taxa média de crescimento da economia brasileira no período de governo FHC foi uma das piores da história, em torno de 2,4% do PIB (Produto Interno Bruto). Pior que a taxa média da denominada “década perdida”, os anos 1980, que girou em torno de 3,2% do PIB. (PETIT, 2006, p.184)

Soma-se a isso o fato de que a distribuição da riqueza e da renda per capita permaneceu praticamente inalterada e houve incremento da violência urbana e permanência das desigualdades socioeconômicas estaduais e regionais.

Esta foi, muito sinteticamente, a trajetória dos partidos e dos governos brasileiros até as eleições de 2002.

2.4 A tese da ameaça na eleição de 2002

O principal argumento usado contra Lula, na campanha eleitoral de 2002, novamente, foi a tese da ameaça. Foi dito que “Lula e o PT poderiam levar o país ao caos econômico e social, ou, como mínimo, a uma crise econômica e política similar à Argentina e Venezuela” (PETIT, 2006, p.184). Neste momento,

o Brasil perdia 30 bilhões das suas reservas em dólares, o investimento estrangeiro caía 45% no segundo semestre de 2002, em relação ao mesmo período de 2001, as linhas de crédito internacionais eram cortadas, o valor da moeda nacional perdia progressivamente seu valor e a ameaça do retorno à hiperinflação assustava a todo mundo. O chamado “risco-Brasil” (medido pelo banco de investimentos J.P. Morgan, com o objetivo de avaliar a capacidade de um país de honrar as suas dívidas), que em 1997 era de apenas 400 pontos, se elevava a 2.400, contribuindo a afastar aos investidores internacionais do país, “assustados” também pelas crises políticas e/ou econômicas da Argentina, Venezuela e Colômbia. (PETIT, op.cit., p.185)

A tese da ameaça fica muito bem ilustrada na fala de Regina Duarte, no programa político de José Serra:

Estou com medo. Faz tempo que eu não tinha esse sentimento. Porque sinto que o Brasil nessa eleição corre o risco de perder toda a estabilidade que já foi conquistada. Eu sei que muita coisa poderia ser feita. Mas também tem muita coisa que boa que já foi realizada. Não dá para ir tudo para a lata do lixo. Nós temos dois candidatos à presidência. Um eu conheço, é o Serra. É o homem dos genéricos, do combate à AIDS. O outro, eu achava que conhecia, mas hoje eu não conheço mais. Tudo o que ele dizia, mudou muito¹⁶. Isso dá medo na gente. Outra coisa que dá medo é a volta da inflação desenfreada. Lembra? 80% ao mês. O futuro Presidente vai ter que enfrentar a pressão na política nacional e internacional. E vem muita pressão por aí. É por isso que eu vou votar no Serra. Ele me dá segurança.¹⁷

Assim, “era imprescindível (re)construir a imagem pública de Lula de tal modo que ela ajudasse a superar o medo, inclusive de votar e correr um risco com Lula, e possibilitasse a vitória da esperança” (RUBIM, 2003, p.53). Mas a “construção da imagem” não foi um mero produto de marketing, como Duda Mendonça, responsável pela campanha política de Lula nas eleições de 2002 reconheceu, ao dizer: “Na verdade, o Lula mudou porque o PT mudou” (Ibidem, p.54).

A trajetória do PT apontava na direção da estabilização. Enquanto no seu período de construção, o partido não conseguia decidir-se entre o enfrentamento de classes e ruptura da institucionalidade vigente, ou a democratização dessa institucionalidade através do reconhecimento da alteridade e da interlocução de classes, com o passar dos anos, a segunda concepção ganhou mais espaço em função da maior presença do partido no cenário político do país e da crise mundial do projeto socialista (CÉSAR, 2002).

A tendência revolucionária do partido, minoritária, apregoaria “o rompimento da ordem constitucional, o desrespeito à propriedade privada, a desobediência às decisões judiciais que contrariam seus interesses, a quebra de contratos internacionais”, já a tendência reformista seguiria “posições contrárias às citadas e procura pautar a sua conduta pelo respeito às regras da democracia representativa” (ROSENFELD, 2002, p.45-6).

¹⁶ Já percebe-se aqui um discurso que foi muito utilizado pela oposição durante o primeiro governo Lula sobre a mudança das propostas e da postura do PT, como se verá no capítulo seguinte.

¹⁷ Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=EeH3uUqF5b4>>. Acesso em: 03/07/2007

Ao mesmo tempo em que se distanciava da temática socialista, o PT passou a assumir “publicamente um ideário mais próximo da social-democracia europeia” (DINIZ, 2006, p.19). Os incentivos eleitorais também agiram “no sentido de estimular o partido a caminhar para o centro, moderando suas posições políticas”. A moderação do discurso “contribuiu para transformar os líderes petistas e o próprio partido num interlocutor mais confiável” (Ibidem, p.20). Assim, o PT estaria “inevitavelmente mais incorporado à vida republicana, aceitando as suas regras e agindo conforme elas” (ROSENFELD, 2002, p.56)

Nas eleições de 2002, o PT adotou “um programa economicamente desenvolvimentista e com grande apelo nacionalista” (PETIT, 2006, p.181), e

uma postura moderada acenando uma lúcida e ordenada transição para o novo modelo, sem ruptura dos contratos e compromissos internacionais. Importante nesta trajetória foi a busca de confiabilidade junto às instituições financeiras internacionais e, internamente, a conquista da confiança do setor privado. (DINIZ, 2006, p.25)

Ao decidir aliar-se ao Partido Liberal (PL), convidando o então senador mineiro, José Alencar, empresário, dono da Coteminas – o maior complexo têxtil do país – para o cargo de Vice-presidente da chapa, o PT apostava na diminuição dos “tradicionais índices de rejeição eleitoral que tinha Lula entre os empresários, os donos dos principais meios de comunicação de massa e fiéis das Igrejas evangélicas” (PETIT, op.cit., p.183).

A *Carta ao Povo Brasileiro*, publicada em 22 de junho de 2002, também foi importante ao dar “destaque aos compromissos com a preservação da estabilidade econômica, responsabilidade fiscal e respeito aos contratos firmados com os credores internacionais” (Ibidem, p.26). Somou-se à promessa de que o futuro governo manteria sob controle a inflação sob controle, não pretendia voltar atrás nas privatizações já realizadas e honraria os acordos assinados com o FMI, entre eles, a austeridade fiscal e o pagamento da dívida externa. Esta mudança de postura foi vista com desconfiança, já que anteriormente Lula havia defendido um plebiscito contra o pagamento da dívida externa. Essas modificações traduziriam uma “oscilação entre reforma do capitalismo e atitudes que podem conduzir ao seu rompimento”, ou entre o reconhecimento da república e a busca de sua subversão (ROSENFELD, 2002, p.53).

No entanto, essa oscilação, como podemos ver ao acompanhar a trajetória do partido, se dá cada vez mais no sentido das reformas. Esse movimento se encaixa no argumento de Michels a respeito dos grandes partidos. Quando o sentimento de responsabilidade, do qual

falava Weber (2005)¹⁸, desperta, o partido “reage com toda a autoridade de que dispõe contra as correntes revolucionárias”, que operam segundo a ética da convicção, que até então “havia encarado com indulgência” (MICHELS, 1979, p.227). Esta situação pode ser ilustrada com a expulsão de quatro parlamentares petistas do partido, ocorrida no final do primeiro ano do governo Lula, em função de discordarem, entre outras questões, da reforma da previdência proposta pelo Executivo.

Em nome da responsabilidade repudia-se, por exemplo, a greve geral, e se renega as audácias do passado. Isso faz com que o partido torne-se um partido conservador, “que continua (o efeito sobrevivendo à causa) a utilizar a terminologia revolucionária, mas que na prática não desempenhará outro papel senão o de um partido de oposição constitucional” (Ibidem, p.229). Então, seu ódio é “dirigido não mais contra o adversário de sua ‘concepção’, mas aos temíveis rivais, aqueles que almejam o mesmo objetivo: o poder” (Ibidem, p.230).

O caminho do PT para o centro, no entanto,

não deve obscurecer que os discursos e a orientação macroeconômica do governo Lula se alimentam, em contraposição ao neoliberalismo, nas teses keynesianas e desenvolvimentistas e parecem, sobretudo, serem coincidentes com as orientações da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal), quando recomendam que os países da região devem adotar uma agenda positiva diante o atual processo de globalização, contribuindo para uma melhor inserção dos países latino-americanos nesse processo. (PETIT, 2006, p.216)

O governo Lula não esconde “a vontade de fortalecer o papel do Estado nos rumos da economia e do conjunto da sociedade brasileira em oposição às teses do ‘Estado mínimo’” (Ibidem, p.216).

Lula angariou apoio de outros partidos de direita, que optaram por não fazer oposição ao governo eleito, já que

a combinação entre o sistema de governo presidencialista, onde as eleições para os poderes Executivo e Legislativo se dão de forma independente, com um sistema partidário altamente fragmentário configura um modelo de presidencialismo de coalizão. Nesse modelo de presidencialismo, a governabilidade depende da formação de uma maioria no Congresso que, em geral, é composta por um amplo número de partidos, visto que as bancadas partidárias não são muito numerosas. (DIAS; PÉREZ, 2006, p.9)

Tal situação dá margem para a utilização de critérios muito variados para a negociação do apoio parlamentar, podendo, inclusive, “degenerar-se em fisiologismo e corrupção” (Ibidem, p.9). Exemplos de partidos fisiologistas que se integraram à coalizão governamental,

¹⁸ O contrário da ética da responsabilidade é a ética da convicção, que se utilizando da ética absoluta, não se preocupa com o problema das conseqüências, sentindo-se apenas “responsável” pela chama da doutrina pura, para que esta não se extinga (WEBER, 2005).

embora tivessem muito pouca afinidade com as propostas do governo Lula, são o Partido Progressista (PP) e o PTB.

Existem também os partidos-dobradiça, que “alternando coalizões de centro-esquerda e centro-direita”, “testemunham uma rara longevidade governamental” (SEILER, 2000, p.148). No Brasil, temos o PMDB, que se localizando ao centro, ora participa de governos com partidos da direita (nos governos FHC), ora participa de governos com partidos da esquerda (nos governos Lula). O fato é que

a presença de um partido-dobradiça ou de um partido-pivô reduz a alternância a uma semi-alternância entre centro-direita e centro-esquerda. Essa situação pode traduzir um imobilismo, como na Itália, ou constituir um fator de estabilidade que permite a um país beneficiar-se das vantagens da alternância limitando seus riscos. (Ibidem, p.148-9)

Além do perigo do imobilismo gerado pela presença desse tipo de partido, o modelo de presidencialismo de coalizão,

requer um trabalho constante da presidência no sentido de negociar e recompor o pacto governativo, além de exigir que seja garantida a implementação de “políticas substantivas”. Dessa forma, o sistema é frágil diante de polarizações intensas, quando, na luta política, predomina a deslegitimação dos adversários. (GROHMANN, 2003, p.14)

Mas a polarização é uma das características da própria política, em que “cada discurso busca construir a sua visão de mundo em oposição à visão de mundo do inimigo. O antagonismo se constrói, e isto é fundamental, pelo esvaziamento do significado do discurso do outro” (PINTO, 1989, p.55). Dessa forma, um discurso comum às oposições costuma ser o que procura a deslegitimação do governo.

Após constatarem-se modificações e deslocamentos ideológicos nos partidos brasileiros, focalizado no período da redemocratização, propõe-se uma discussão sobre a crise que os partidos políticos estariam vivendo.

2.5 A crise dos partidos

No modelo representativo parlamentar do final do século XVIII, “os candidatos vitoriosos eram pessoas que inspiravam confiança nos eleitores, em virtude de uma rede de relações locais, de sua notoriedade social”, ou seja, a relação de confiança tinha “um caráter essencialmente pessoal” (MANIN, 1995, p.17). Por causa da não-submissão dos

representantes à vontade dos eleitores, o Parlamento seria “um local de deliberação no sentido pleno da palavra” (MANIN, op.cit., p.19).

Já na democracia de partido, que ocorreu em função da extensão do direito de voto a partir da segunda metade do século XIX, os cidadãos deixaram de votar em alguém que conheciam pessoalmente e passaram a votar no candidato de um partido. As qualidades dos representantes não eram mais “o prestígio social e a notoriedade local, mas o ativismo e a capacidade de organização” (Ibidem, p.20). Assim, os representantes deixaram de ser tão livres para deliberar, pois dependiam do partido que os elegeu e tinham que respeitar a disciplina partidária. Dentro do Parlamento, depois de determinada a posição do partido, os deputados não podiam “mudar de opinião em função dos debates”, de modo que as atividades no Parlamento apenas conferiam “um selo de validade legal a decisões tomadas em outros lugares”, na negociação dos líderes dos partidos entre eles e com “grupos de interesse, como sindicatos e associações empresarias” (Ibidem, p.24).

O fenômeno da estabilidade eleitoral típico da democracia de partidos era uma prova de que as preferências partidárias eram transferidas de uma geração para a outra e que as clivagens eleitorais refletiam as divisões de classe. Aqui, até as manifestações da opinião pública eram organizadas pelo partido, através da imprensa partidária, o que fazia com que os cidadãos fossem pouco expostos a pontos de vista contrários, reforçando, assim, a estabilidade das opiniões políticas.

Entretanto, “a associação entre partidos e classes, característica dos partidos de massas do início do século, foi progressivamente perdendo o sentido na medida em que as fronteiras entre as classes se tornaram cada vez mais indefinidas” (ALBUQUERQUE; DIAS, 2002, p.312). O tipo de representação vigente nos dias atuais seria a democracia de público, em que “os resultados eleitorais tendem a variar significativamente de uma eleição para a outra, ainda que se mantenham inalteradas as condições socioeconômicas e culturais dos eleitores” (MANIN, op.cit, p.25). Nesse caso, “a personalidade dos candidatos parece ser um dos fatores essenciais na explicação dessas variações”. Através dos meios de comunicação, “os candidatos se comunicam diretamente com seus eleitores”, “dispensando a mediação de uma rede de relações partidárias” (Ibidem, p.25-6). Ou seja, eventos políticos, como comícios, debates, inaugurações, “passaram a ser planejados como *eventos para a TV*. O contato direto foi substituído pelo contato *mediado* pela *mídia* eletrônica” (LIMA, 2006, p.58, grifo do autor).

No entanto, o resultado final da “construção entre a imagem desejada (pela política) e a imagem percebida (pelos espectadores)” é pouco controlável (WEBER, 2004, p.261). O

peso de cada uma das esferas (política, comunicacional e econômica) varia de acordo com a organização da sociedade civil, a legitimidade e as regras das instituições, o contexto em que está inserida esta sociedade, etc.

No caso brasileiro, as características históricas específicas do seu sistema midiático potencializariam o papel da mídia no processo político, pois não há restrições “efetivas à propriedade cruzada, isto é, à possibilidade de que um mesmo grupo empresarial controle jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão em um mesmo mercado” (LIMA, 2006, p.60). Assim, consolidou-se “um sistema de mídia concentrado” e “controlado por grupos familiares vinculados às elites políticas regionais e locais”.

Considerando que “o poder de influência da mídia na formação de opinião política de uma sociedade começa e termina nas regras que regulam o mercado de informação”, ou seja, nas normas de concessão e no acesso aos meios de comunicação (FIGUEIREDO, 2000, p.46), poderíamos esperar um poder de influência considerável no que diz respeito aos meios de comunicação brasileiros.

Quem formaria a nova elite, nessa chamada “democracia de público”, no lugar dos ativistas e líderes de partido, seria o “comunicador”. Dessa maneira, a ênfase seria na “individualidade dos políticos em detrimento das plataformas políticas. Como o âmbito das atividades do governo aumentou consideravelmente nas últimas décadas, tornou-se mais difícil para os políticos fazer promessas muito detalhadas” (MANIN, 1995, p.26). Por isso, é sensato que “os candidatos realcem suas qualidades e aptidões pessoais para tomar decisões adequadas, em vez de ficarem com as mãos atadas por promessas muito detalhadas” (Ibidem, p.27).

As “imagens” dos candidatos ou dos partidos “são representações políticas muito simplificadas e esquematizadas”. A própria “utilização de representações simplificadas também é um meio de resolver o problema dos custos da informação política”, o que não ocorria na democracia de partido, porque a decisão dos eleitores se definiria por “um sentimento de identidade de classe” (Ibidem, p.31). Enquanto na democracia de partidos, como afirma Downs (1999), “os partidos políticos reduziram os custos da obtenção de informação política pelos cidadãos a partir do momento em que processavam a referida informação e orientavam sua atuação por um conjunto básico de princípios ideológicos” (ALBUQUERQUE; DIAS, 2002, p.312), Popkin (1994)¹⁹, na democracia de público,

¹⁹ POPKIN, Samuel. **The Reasoning Voter**: Communication and Persuasion in Presidential Campaigns., 2ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

identifica a campanha eleitoral como a principal fonte de atalho cognitivo, ou seja, aquilo que “poupa os eleitores da necessidade de obter informações mais complexas e detalhadas” (ALBUQUERQUE; DIAS, op.cit., p.317).

Manin (1995, p.7) lembra que “em determinado ponto do tempo e em um dado país, as modalidades de representação política por ele apresentadas podem coexistir e se fundir umas nas outras, mas, dependendo do tempo e do lugar, uma forma ou outra predomina”. Assim, “enquanto a personalização parece uma exceção e um fenômeno recente das democracias avançadas, em países como o Brasil ela sempre se constituiu em uma das regras do comportamento eleitoral” (BORBA, 2005, p.163). Os partidos políticos brasileiros passaram por tantos sobressaltos que não foi possível uma sedimentação partidária que configurasse uma democracia de partido. Além do autoritarismo desmobilizador, também a lógica da conciliação, que busca a unidade e vai de encontro à idéia de partidos, foi largamente utilizada na história do Brasil, favorecendo o personalismo. Isso pode ser deduzido da pesquisa de Reis e Castro (2001, p.32), realizada ao final de 1991 e ao longo de 1992, em que 73,7% dos entrevistados concordaram totalmente com a seguinte afirmação: “Em vez de partidos políticos, o que a gente precisa é um grande movimento de unidade nacional dirigido por um homem honesto e decidido”. Existe, então, um discurso popular de ampla aceitação no Brasil pós-redemocratização que entende a democracia não como

uma competição, com regras justas, pela alocação dos recursos comuns, mas de modo mais substantivo, como responsável pelo bem-estar de “todos”. Trata-se de um enquadramento que privilegia o discurso personalista, salvacionista, da política nacional e que... tem grande repercussão junto ao cidadão comum. (ALDÉ, 2001, p.40)

Enquanto no Brasil, a preferência partidária costuma ser maior entre os eleitores de mais alta escolaridade,

o aumento considerável, nas últimas quatro décadas, do nível educacional de americanos e europeus, além da vertiginosa ampliação do acesso à informação via meios de comunicação, fizeram com que as novas gerações aumentassem sua capacidade de lidar com a complexidade das questões políticas, sem a necessidade de utilizar as identidades partidárias como “atalhos” na tomada de decisão eleitoral. (CARREIRÃO; KINZO, 2004, p.135)

Também ao contrário das democracias avançadas, onde uma menor participação em atividades partidárias tem sido considerada como consequência natural “da resolução dos problemas na dimensão material (saúde, educação, emprego e transporte coletivo, entre outros)”, e a competição ideológica “tem dado lugar a uma competição de caráter gerencial-administrativo da coisa pública”, na América Latina, “a não resolução dos problemas sociais materiais mais imediatos tem acirrado a polarização ideológica no espectro esquerda/direita” (BAQUERO, 2000, p.37).

No subcontinente latino-americano quando, finalmente, partidos de oposição chegam ao poder, eles “experimentam o mesmo desgaste dos partidos tradicionais, em virtude da escassez de recursos para sanar os problemas sociais” (Ibidem, p.142). Mas há de se considerar que “ao longo da história, os partidos social-democratas só chegaram ao poder, e nele se mantiveram, quando aceitaram o princípio da conciliação”. Ou seja, “ao formar uma coalizão, o partido se coloca deliberadamente numa situação de não poder realizar todos seus projetos” (MICHELS, 1979, p.19).

Além das mudanças estruturais que explicam o declínio dos partidos (o que causa apatia, cinismo político e volatilidade eleitoral), como a expansão da educação, o maior alcance dos meios de comunicação de massa, o crescimento dos valores pós-materiais, a proliferação das novas formas de participação, etc., existem causas propriamente políticas. Entre elas estão “a extensão da competição partidária e o conteúdo dos conflitos ideológicos, a evolução dos novos partidos, mudanças na liderança política, e o escopo da política”. Desse modo, “um declínio na polarização levaria a um enfraquecimento dos laços partidários no eleitorado”, e um aumento no número de partidos deve levar a um declínio na identificação partidária, já que “as adesões aos novos partidos, comparado com os apoiadores dos partidos antigos estabelecidos, têm menos tempo para desenvolver fortes ligações psicológicas” (SCHMITT; HOLMBERG, 1995, p.110, tradução nossa). Dito de outra forma: “sistemas partidários estáveis tendem a coincidir com partidarismo estável, enquanto que um aumento no número de partidos parlamentares tende a coincidir com o declínio do partidarismo” (Ibidem, p.111).

Apesar dessa tendência existente, o declínio dos partidos se dá de maneira diferente em cada país, não é um processo uniforme: “a perda dos laços partidários parece acontecer em fases mais do que como um processo temporal constante” (SÄRLVIK; CREWE, 1983²⁰ apud SCHMITT; HOLMBERG, 1995, p.108, tradução nossa). Inclusive, nota-se “um modesto crescimento de partidarismo nas novas democracias do sul da Europa” (SCHMITT; HOLMBERG, op.cit, p.109, tradução nossa). No caso brasileiro, de 1989 até 2001, a identificação partidária com o PT entre os eleitores brasileiros, por exemplo, “aumentou quase quatro vezes em um período de 12 anos, chegando em 2001 a 21% da preferência nacional” (ALBUQUERQUE; DIAS, 2002, p.320).

No entanto, se considerarmos os principais partidos (PT, PMDB, PFL, PSDB, PPB), de 1989 a 2002

²⁰ SÄRLVIK, B.; CREWE, I. **Decade of Dealignment**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

as variações nos percentuais não apontam uma tendência de crescimento das preferências, o que se esperaria como resultado da continuada experiência de competição partidário-eleitoral. De fato, o que ocorre são oscilações que não chegam a delinear uma tendência unívoca (ascendente ou descendente), oscilações que podem ser decorrentes de fatores de ordem conjuntural. (CARREIRÃO; KINZO, 2004, p.142)

Se não existe um aumento de preferências partidárias no Brasil, tampouco podemos dizer que os partidos brasileiros passam por uma grande crise, pois não há mudança significativa nos indicadores de preferência partidária.

Segue uma discussão sobre o comportamento dos partidos dentro do Legislativo, as relações entre Legislativo e Executivo e a imagem que esses poderes possuem na sociedade.

2.6 Legislativo e Executivo

O corpus dessa pesquisa é composto pelos pronunciamentos proferidos em plenário pelos deputados federais líderes do PFL e do PSDB durante a 52ª Legislatura da Câmara dos Deputados, que iniciou em 1º/02/2003 e encerrou em 1º/02/2007. A opção por analisar apenas o discurso das lideranças desses partidos se deu porque, entre 1989 e 1994, no Brasil, “em média 89% do plenário votaram de maneira disciplinada”, e sabendo-se da posição assumida pelos líderes podíamos “prever com acerto o resultado da votação em 93,7% dos casos” (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999, p.88-9). Esses dados foram atualizados pelas votações que ocorreram entre 1995 e 1998, mas, muito embora haja algumas mudanças no índice de fidelidade partidária de alguns partidos, a média geral ficou praticamente a mesma: 89,5% (NICOLAU, 2000).

Então, apesar da proclamação “incapacidade dos partidos políticos brasileiros para estruturar e canalizar as preferências do eleitorado e para construir raízes sólidas e profundas na sociedade civil” (FIGUEIREDO; LIMONGI, op.cit, p.27), e dos incentivos ao individualismo dados pela legislação eleitoral brasileira, “os regimentos internos da Câmara dos Deputados e do Senado conferem amplos poderes aos líderes partidários para agir em nome dos interesses de seus partidos”. Além dos regimentos internos, a transferência de poderes ao Executivo, iniciada com o golpe de 1964 e ratificada pela Constituição de 1988, criou “um forte estímulo para a organização dos deputados federais em partidos parlamentares – o que, por sua vez, aumenta a disciplina e a previsibilidade dos legisladores em plenário” (SANTOS, 2002, p.239). Em outras palavras,

O controle do Executivo sobre a iniciativa em assuntos distributivos retirou um instrumento fundamental para que os congressistas mantivessem ou ampliassem sua influência política. Dado esse monopólio, a única fonte de distribuição de benefícios é o próprio Executivo, o que significa que o Presidente ganha enorme poder de barganha *vis-à-vis* os legisladores individuais. Nesse caso, a cooperação com partidos parlamentares é a melhor estratégia para os parlamentares fortalecerem seu poder de barganha diante do chefe do Executivo. (Ibidem, p.246)

Assim, com os parlamentares coordenando coletivamente a ação, “apesar de o Legislativo acumular mais força para a barganha, o Executivo ganha com a racionalização da ação coletiva no Legislativo”, já que “não caberá a ele realizar a coordenação das individualidades dentro do Legislativo” (GROHMANN, 2003, p.20).

No que diz respeito à posição da Câmara dos Deputados frente ao Executivo, de modo geral, ela é fragilizada. Mas isso não foi sempre assim. Diferentemente do período atual, a Câmara entre 1946 e 1964, “era uma instituição capaz de redefinir a agenda proposta pelo Executivo”, que “iniciava propostas e se contrapunha às do Presidente de forma eficaz” (SANTOS, 2000, p.110). Ocorre que “a Constituição de 1988 manteve as inovações constitucionais introduzidas pelos militares com vistas a garantir a preponderância legislativa do Executivo” (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999, p.20). Sua capacidade de editar “medidas provisórias, o pedido de urgência e as vantagens estratégicas de que dispõe na apreciação do orçamento e de créditos suplementares garantem ao Presidente a capacidade de ditar como, quando e o que entrará na agenda do Poder Legislativo” (Ibidem, p.67).

A taxa de aprovação das matérias introduzidas pelo Executivo, de 1989 a 1998 foi elevada: “78% dos projetos de lei enviados pelo Executivo foram aprovados pelo Congresso” (Ibidem, p.102). Já no que diz respeito ao Legislativo, a taxa de rejeição é bem mais alta, do que se conclui que “o Congresso, em suas decisões de plenário, rejeita muito mais os seus próprios projetos” (Ibidem, p.54). Além disso, um significativo número de projetos de iniciativa do Legislativo aprovados pelas duas casas são vetados pelo Executivo. Em função de seus poderes Legislativos, o Executivo “comanda o processo Legislativo, minando assim o próprio fortalecimento do Congresso como poder autônomo. O resultado é a atrofia do próprio Legislativo e a predominância do Executivo” (Ibidem, p.41).

O Poder Legislativo é “o alvo predileto do criticismo da imprensa”. Sua cobertura essencialmente negativa não faria “uma distinção entre o desempenho medíocre de alguns membros dessas instituições e a importância da mesma para o regime democrático” (PORTO, 1996, p. 55). O Jornal Nacional, da Rede Globo, costumava apontar o Legislativo como “o poder mais corrupto [...] No caso do Poder Executivo, ele também é criticado, mas a imagem

do Presidente da República é sempre preservada” (FABRÍCIO; MACIEL, 1994²¹ apud PORTO, 1996, p.55), o que, em algum grau, aconteceu com o Presidente Lula durante seu primeiro governo. Isto talvez porque “o Presidente é um personagem básico na apresentação personalizada da política promovida pela TV” (HALLIN, 1994, p.103²² apud PORTO, 1996, p.56).

Avaliando dez instituições brasileiras, uma pesquisa do IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística), realizada entre 7 e 11 de fevereiro de 2004, antes das primeiras denúncias de corrupção no governo, mostra que o Poder Legislativo ficou em último, com somente 35% de avaliação positiva. Em primeiro ficou a Igreja Católica (74%), Forças Armadas (73%), Imprensa (72%), Ministério Público (58%), Advogados (56%), Igreja Evangélica (56%), Polícia (51%), Poder Judiciário (48%), Poder Executivo (40%)²³.

Em 2005, pesquisa semelhante realizada pelo mesmo instituto, entre os dias 18 e 28 de agosto, depois que vieram à tona boa parte das denúncias de corrupção de que foi acusado o governo, mas tratando de confiança e não de avaliação positiva ou negativa, aponta que 90% dos brasileiros *não* confiam nos políticos, 88% nos partidos políticos, 81% na Câmara dos Deputados e 76% no Senado Federal. Já entre as instituições em que os brasileiros mais confiam estão médicos (81%), igreja católica (71%) e forças armadas (69%), jornais (63%), engenheiros (61%), televisão (57%), rádio (56%), igrejas evangélicas (53%), sindicato dos trabalhadores (51%). Já o Senado aparece com 20% de confiança e a Câmara com 15%, e os políticos em geral com 8%.

Por fim, outra pesquisa do IBOPE realizada entre 23 e 25 de janeiro de 2007, mostra um quadro igualmente negativo no que diz respeito aos políticos brasileiros, pois entre as cinco principais características dadas pelos cidadãos aos parlamentares estão, com uma média de 47% das respostas dos entrevistados, que são desonestos, insensíveis aos interesses da população, mentirosos, oportunistas e preguiçosos. Somente após essas cinco características negativas, começam a aparecer características positivas, mas com 8% ou menos das respostas²⁴.

²¹ FABRÍCIO, Gustavo; MACIEL, Evilin. A Construção do “cenário de representação política” no Jornal Nacional. **I Encontro Nacional de estudos sobre Comunicação e Política**. Salvador/BA, 1994.

²² HALLIN, Daniel. **We keep America on top of the word: television journalism and the public sphere**. London and New York: Routledge, 1994.

²³ Disponível em:

<http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=6&proj=PortalIBOPE&pub=T&db=caldb&comp=pesquisa_leitura&nivel=null&docid=ED4E4C8BC714DFA783256EA2006146AD>. Acesso em: 11/12/2007.

²⁴ Disponível em:

<<http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=6&proj=PortalIBOPE&pub=T&db=cal>

Embora seja negativa a imagem que possuem os partidos políticos, a Câmara de Deputados, o Senado Federal, as assembléias legislativas e as câmaras municipais,

no âmbito do que lhes é possível e encomendado fazer, os órgãos de representação da população brasileira, entre eles os partidos, estão obtendo desempenho normal (descontando o medíocre início do presente século), se comparados aos partidos e instituições representativas dos países avançados. (SANTOS, 2007, p.115)

O que ocorre é que estas instituições são julgadas com excessivo rigor “na suposição de que não sejam assim no resto do mundo ou, ainda, segundo uma concepção idealizada de como deviam funcionar”. Problemática mesmo seria a deficiente presença reguladora, fiscalizadora e ordenadora do Estado, que não assegura “o cumprimento da Constituição em todos os rincões do país” (Ibidem, p.115), o que dificulta que cada um faça sua parte de maneira mais eficiente.

2.7 Os partidos de oposição

A escolha do PSDB junto ao PFL, como partido de direita e de oposição, é justificada por suas trajetórias conjuntas durante os dois governos de FHC, cujos índices de encaminhamentos de votação semelhantes feitos pelos líderes partidários desses dois partidos passaram “de 42,5% no governo Collor para 92,1% no governo Fernando Henrique” (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999, p.113). Já no primeiro governo Lula, a votação das lideranças do partido, quando ambos os líderes estiveram presentes e nenhum deles optou pela obstrução, foi igual em 85,1% dos casos²⁵, como se vê na página a seguir.

Tabela 1 - Votações conjuntas e diferentes pelos líderes do PSDB e PFL

PFL/PSDB	Votações conjuntas	Votações diferentes	Total
----------	--------------------	---------------------	-------

db&comp=pesquisa_leitura&nivel=null&docid=231435FA04039599832572740067461C>. Acesso em: 11/12/2007.

²⁵ Os documentos que registram as votações foram extraídos do site da Câmara dos Deputados: <http://www2.camara.gov.br/plenario/votacao>. Constam na tabela apenas os meses em que houve votações.

Mar/03	4	0	4
Abr/03	7	2	9
Mai/03	5	0	5
Jun/03	5	1	6
Jul/03	4	0	4
Ago/03	6	5	1
Set/03	13	1	1
Out/03	1	2	3
Nov/03	3	0	3
Dez/03	3	0	3
Fev/04	1	0	1
Mar/04	2	0	2
Mai/04	3	0	3
Jun/04	3	0	3
Jul/04	1	0	1
Ago/04	3	0	3
Out/04	0	1	1
Nov/04	1	0	1
Dez/04	2	2	4
Fev/05	1	0	1
Mar/05	8	1	9
Mai/05	1	0	1
Jun/05	9	0	9
Jul/05	2	1	3
Out/05	4	0	4
Nov/05	2	2	4
Dez/05	4	0	4
Jan/06	10	5	1
Fev/06	6	2	8
Abr/06	5	0	5
Mai/06	4	1	5
Jun/06	4	0	4
Jul/06	1	0	1
Ago/06	2	0	2
Set/06	2	0	2
Nov/06	12	0	1
Dez/06	4	0	4
Total	148 (85,1%)	26 (14,9%)	174

Fonte: Dados do Portal da Câmara dos Deputados, tabela construída pela autora.

Pasquino (1998, p.35) fala de dois tipos de oposições: as que se comportam como tais, geralmente presentes em democracias majoritárias, e oposições que são assimiladas pelo governo, ou seja, aquelas que costumam existir em democracias consensuais²⁶. Existe, no entanto, além do modelo de democracia, também a questão conjuntural,

uma liderança do Legislativo pode preferir cooperar com o Executivo, quando se trata de maximizar cargos e políticas, ou pode não cooperar, se sua maximização preferencial for a reeleição e o Executivo estiver com problemas de representação junto à sociedade. (GROHMANN, 2003, p.09)

Ou, além de ter em vista a questão eleitoral, “o Legislativo pode jogar obtendo ganhos... na polarização, na defesa de seu papel e de seu poder constitucional, etc.” (GROHMANN, op.cit., p.61).

²⁶ Conforme definições de LIJPHART, 2003.

Embora Pasquino (1998, p.63) diga que “ninguna oposición parlamentaria puede ni debe ser jamás antagónica por completo [...] ninguna oposición democrática vota contra el gobierno en el cien por cien de los casos, ni siquiera en el cincuenta por ciento de ellos, los porcentajes varían entre el 40 y el 20 por ciento”, no Brasil, de um total de 243 votações nominais ocorridas entre 2003 e 2006, em 50,2% delas as lideranças da oposição (PFL e PSDB) presentes votaram contra o líder do governo²⁷, um número superior ao que Pasquino considera o máximo razoável. Desse modo, podemos dizer que a oposição no país não costuma ser assimilada pelo governo, excetuando-se, claro, aqueles partidos com tendência ao fisiologismo.

2.8 O governo Lula e as teorias sobre o voto

Segundo Lima (2006, p.35)²⁸, mesmo antes

da revelação pública das cenas de corrupção nos Correios, em maio de 2005, o “enquadramento” da cobertura que a grande mídia fez, tanto do governo Lula como do Partido dos Trabalhadores (PT) e de seus membros, expressava uma “presunção de culpa” que, ao longo dos meses seguintes, foi se consolidando por meio de uma narrativa própria e pela omissão e/ou pela saliência de fatos importantes. (LIMA, op.cit., p.14)

Em outras palavras, a “presunção de culpa” é a postura adotada pela grande mídia de considerar *pizza* as decisões a favor de qualquer acusado e aceitar como, em princípio, verdadeira qualquer denúncia.

Aldé, Mendes e Figueiredo (2007), analisando somente o ano eleitoral de 2006, nos jornais O Globo, a Folha de S. Paulo, O Estado de São Paulo e o Jornal do Brasil, concluem que “o clima editorial brasileiro é desfavorável para o Presidente e candidato Lula”. A cobertura jornalística concedeu “pouco espaço à agenda do governo” e mostrou-se

crítica das políticas federais em várias frentes e com forte ênfase na questão da corrupção. Além disso, o uso do cargo de Presidente para cumprir agenda de candidato foi enfaticamente denunciado pelos jornais, que atribuíram insistentemente, intenção eleitoral aos anúncios e discursos realizados pelo Presidente.

²⁷ Os documentos que registram as votações foram extraídos do site da Câmara dos Deputados: <http://www2.camara.gov.br/plenario/votacao>. Em 41,6% das votações PFL e PSDB votaram a favor do governo e em 8,2% um líder votou contra e outro a favor.

²⁸ Lima analisou as revistas semanais *Veja* e *Exame*, do grupo Abril; a revista *Carta Capital*; o jornal *O Globo*, a revista *Época* e os telejornais “*Bom Dia Brasil* e “*Jornal Nacional*” do grupo Globo; os jornais de referência nacional *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil* e os jornais regionais *Correio Brasiliense*, *Estado de Minas* e *Zero Hora*.

Além disso, “o posicionamento político dos jornais em termos de programa de governo é bastante claro na avaliação constante negativa dos gastos públicos do governo federal, da política externa, dos programas sociais e de outras frentes de atuação” (ALDÉ; MENDES; FIGUEIREDO, op.cit., p.79).

Se os empresários e profissionais da notícia deixam de ser atores públicos e se tornam políticos quando “seus controladores e editores definem qual linha ou orientação política básica deve ser apontada ou rechaçada”, “dão mais espaço para alguns atores políticos e menos para outros”, “enquadram como positiva ou negativa certas linhas específicas de cobertura do processo político” (FIGUEIREDO, 2000, p.46), de acordo com as informações apresentadas acima, podemos dizer que a mídia também assumiu uma postura política e fez oposição ao governo.

No entanto, isto não quer dizer que os meios de comunicação conseguem sempre reproduzir seu enquadramento na sociedade, como mostra a própria reeleição do Presidente Lula, pois além da mídia, das propagandas governamentais e dos partidos, muitos cidadãos fornecem e recebem dados políticos sob a forma de “conversas, grupos de discussão, discursos, etc.”. Pesquisas empíricas indicam que “essa fonte é, provavelmente, a mais importante politicamente, mesmo em nações tecnologicamente avançadas como os Estados Unidos” (DOWNS, 1999, 241). Esse tipo de fonte, para parte da população, pode ser muito mais confiável, já que os próprios meios de comunicação costumam ser guiados pelos interesses das classes altas, “é mais provável que os cidadãos de baixa renda recebam dados selecionados por princípios [de triagem de informação] que se chocam com os seus próprios do que os grupos de mais alta renda” (Ibidem, p.234).

Deixando de lado a cobertura midiática, temos de concreto que em 2006, o Bolsa Família beneficiava “cerca de 11,1 milhões de famílias, com transferência de renda de até R\$ 107,00 por pessoa” (WEISSHEIMER, 2006, p.33), e exigia, em contrapartida, a frequência escolar e a vacinação das crianças, proibindo o trabalho infantil. Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de 2004, “apontaram uma redução da quantidade de famílias em estado de miséria” (Ibidem, p.40). O IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), neste mesmo ano, demonstrou que “o Bolsa Família foi responsável por um terço da queda da desigualdade no Brasil entre os anos de 2001 e 2004. O mercado de trabalho teria sido o responsável pelos outros dois terços de queda na desigualdade” (WEISSHEIMER, op.cit., p.82). Já uma pesquisa de avaliação do Bolsa Família, realizada pelo Núcleo de Pesquisas Sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF) para o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, concluiu que “as famílias beneficiárias apontam

para um melhor tratamento no local de morada e um conseqüente aumento do crédito no comércio” (Ibidem, p.101), o que indica, “ainda que de forma indireta, possibilidades de aumento da inserção destas famílias em redes locais de sociabilidade” (Ibidem, p.102).

A geografia dos votos mostra que Lula ganhou as eleições nas regiões mais pobres do país, onde anteriormente perdia. A votação de Lula, de 2006 em relação a 2002, cresceu nos estados mais pobres e diminuiu nos mais ricos. Na região nordeste teve maior votação nos seus nove estados. No norte do país, cresceu em três, diminuiu em três, e permaneceu praticamente a mesma no sétimo estado da região. Na região sul teve menor votação nos seus três estados. No sudeste, diminuiu em SP, RJ e MG, apenas tendo crescido no ES. Na região centro-oeste teve também menor votação nos três estados e no DF²⁹.

Sendo nossos partidos tão recentes, é difícil tentar explicar o voto brasileiro com a teoria psicológica, pois a socialização política dos eleitores não costuma se dar direcionada a alguma preferência partidária. Se a personalidade, os valores e os hábitos são considerados estáveis e duradouros, “a motivação pode mudar dramaticamente em curto prazo” (CONVERSE, 1975, p.94³⁰ apud FIGUEIREDO, 1991, p.26). Assim, indivíduos com baixa identificação partidária estariam “mais ‘abertos’ para as influências das forças momentâneas” (FIGUEIREDO, 1991, p.37).

Se a média das preferências partidárias brasileiras entre 1989 e 2002 é 46% (CARREIRÃO; KINZO, 2004), ou seja, se mais da metade da população são eleitores flutuantes, o que é característico da democracia de público, é razoável pensar que a situação decisória em que o eleitor está envolvido, tenha mais peso, como sugere a tradição racionalista. Nessa linha, sobre o caso brasileiro, Carreirão (2000)³¹ diz que entre os eleitores de baixa escolaridade, que constituem a maioria do eleitorado, tem mais importância do que a identificação ideológica, o desempenho do governo e as características pessoais do candidato (BORBA, 2005, p.160).

Os investigadores da teoria economicista partem de uma observação histórica simples: “se a economia vai bem, os governantes ganham mais votos; se, contrariamente, a economia vai mal, a oposição se beneficia” (FIGUEIREDO, 1991, p.68). O eleitor compara o que ele gostaria que estivesse acontecendo com o que está acontecendo e avalia o desempenho dos governantes, de modo que a natureza do voto é vista aqui como essencialmente retrospectiva.

²⁹ Ver anexo A.

³⁰ CONVERSE, Philip E. Public opinion and voting behavior. In: GREENSTEIN, Fred I.; POLSBY, Nelson W. **Handbook of political science**. vol. 4. Princeton: Addison-Wesley Publishing Company

³¹ CARREIRÃO, Y. de S. A decisão do voto nas eleições presidenciais no Brasil (1989 a 1998): a importância do voto por avaliação de desempenho. Tese de doutorado em Ciência Política, USP, São Paulo, 2000.

Quando o eleitor avalia quais dos candidatos têm mais condições de oferecer políticas que atendam aos seus interesses, faz uma avaliação prospectiva destes. As fontes de inspiração das decisões eleitorais seriam: “a situação social do indivíduo, o estado social do seu grupo de referência e, no limite, o estado social da sociedade como um todo” (Ibidem, p.88). A opção entre maximizar interesses de curto ou longo prazo não seria

uma questão puramente intelectual, de ter ou não alto nível de conceituação política ou consciência de classe: a opção eleitoral entre o curto e o longo prazo está estreitamente condicionada pela elasticidade dos recursos individuais inerentes a cada posição na escala social. (Ibidem, p.92)

Dessa maneira, “a flutuação na direção do voto é função da capacidade dos partidos em suprir os diversos segmentos sociais com políticas que atendam primeiramente às demandas de curto prazo e, secundariamente, os projetos políticos de longo prazo”. Ou seja, primeiro os partidos e seus candidatos precisam “mostrar serviço” (Ibidem, p.93).

Aproximando-se de uma explicação sociológica, os indicadores de classe segregariam em grupos as pessoas com experiências com inflação, desemprego, crescimento real da renda, integração, seguridade social etc. semelhantes, de modo que não é a identificação subjetiva de classe que influenciaria as atitudes políticas, mas suas experiências pessoais naqueles mundos (Ibidem, p.93). Talvez essa seja uma explicação para o fato de Lula ter vencido nos estados mais pobres, onde as pessoas tiveram experiências semelhantes no que diz respeito, especialmente, ao crescimento da renda. No entanto, esta corrente desconsidera os projetos dos eleitores, que podem ser contrários ao governo ainda que considerem que este teve um bom desempenho.

Análises antropológicas da política sustentam que “o imaginário individual e do grupo se constitui de maneira a recortar tanto na política, como em outras esferas do social, aquilo que é vivenciado, que faz parte da experiência cotidiana” (MAGALHÃES, 1998, p.78³² apud RADMANN, 2001, p.89). Esta valorização do cotidiano, somada ao fato de que “a identificação entre política e corrupção faz parte do senso comum sobre a política brasileira” (PINTO, 1994, p.98), talvez tenha feito com que as denúncias de corrupção não abalassem suficientemente o governo de forma a resultar em uma derrota eleitoral.

2.9 Metodologia e constituição das categorias de análise

³² MAGALHÃES, Nara Maria Emanuelli. **O povo sabe votar: uma visão antropológica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

Os enunciados são as unidades mínimas com que trabalha a Análise de Discurso da Escola Francesa. Diferentemente de uma frase e uma proposição, que podem ser reconhecidas enquanto tais ainda que retiradas de seus sistemas de referência, o enunciado

delineia um campo enunciativo onde tem lugar e status [...] não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente: mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo. (FOUCAULT, 2004, p.111-2)

Para esclarecer melhor, Foucault (Ibidem, p.116) dá o seguinte exemplo:

A afirmação de que a terra é redonda ou de que as espécies evoluem não constitui o mesmo enunciado antes e depois de Copérnico, antes e depois de Darwin; não é que, para formulações tão simples, o sentido das palavras tenha mudado; o que se modificou foi a relação dessas afirmações com outras proposições, suas condições de utilização e de reinvestimento, o campo da experiência, de verificações possíveis, de problemas a ser resolvidos, ao qual podemos remetê-las.

Os enunciados podem ser agrupados em formações discursivas. Uma formação discursiva é “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma época dada e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa” (Ibidem, p.133). Em outras palavras, trata-se do “que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma alocução, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa, etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura determinada” (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX³³ apud MAINGUENEAU, 1997, p.22).

Os enunciados do PFL e do PSDB, então, partem de uma mesma formação discursiva porque refletem o que pode e o que deve ser dito a partir da posição que estes partidos ocupam na sociedade brasileira, de maiores partidos de oposição, na conjuntura específica do período analisado, ou seja, o primeiro governo Lula.

Pode-se dizer que “é suficiente que certas regularidades estabeleçam posições diferenciais para estarmos aptos a falar numa formação discursiva” (LACLAU; MOUFFE, 1985, p.109³⁴ apud MENDONÇA; RODRIGUES, 2006, p.93). Uma regularidade no discurso dos partidos de direita brasileiros é o discurso que defende a ordem, contrário a qualquer tipo de mudança que possa vir com desestabilização social.

Depois de conceituar enunciado e formação discursiva, pode-se definir discurso como “um conjunto de enunciados que se apóia na mesma formação discursiva; [...] é constituído de

³³ HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul; PÊCHEUX, Michel. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. In: **Langages**, n.24, 1971, p.102

³⁴ LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony & socialist strategy**: towards a radical democratic politics. London: Verso, 1985.

um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência” (FOUCAULT, 2004, p.132-3).

Não será levado em consideração qual deputado proferiu determinado pronunciamento, pois segundo a Escola Francesa de Análise de Discurso, o que importa não é quem diz, mas a partir de que lugar fala: “não se trata de examinar um corpus como se tivesse sido produzido por um determinado sujeito, mas de considerar sua enunciação como o correlato de uma certa posição sócio-histórica na qual os enunciadores se revelam substituíveis” (MAINGUENEAU, 1997, p.14). Os indivíduos, nessa abordagem, não manipulam suas enunciações de acordo com um sentido por eles pretendido porque são dominados por imposições discursivas. Por isso, este tipo de análise de discurso não consiste em procurar as intenções dos indivíduos ao formular determinado enunciado, nem em analisar as relações entre um indivíduo e o que ele disse, mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo o indivíduo para que este seja sujeito de determinado enunciado. Assim, os discursos “não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis pré-estabelecidos” (FOUCAULT, 2002, p.39).

Dentro da Câmara dos Deputados, por exemplo, há o “lugar” do presidente da Câmara, do vice-presidente e dos demais componentes da Mesa Diretora, há o “lugar” dos líderes dos partidos, dos vice-líderes e dos demais deputados. A centralização dos trabalhos Legislativos ocorrida após 1988, deu mais poder para as lideranças partidárias, através do colégio de líderes, do controle das emendas em plenário e do encaminhamento de voto (SANTOS, 2002). Além disso, as forças descentralizadoras contidas na Câmara dos Deputados, como as comissões (permanentes, mistas ou temporárias), acabam “neutralizadas pela ação dos partidos e seus líderes” (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999, p.29), o que torna o “lugar” dos líderes ainda mais importante.

A prática discursiva é capaz de significar de múltiplas formas uma única prática não-discursiva. A cena de um policial batendo em um homem, por exemplo, pode receber uma série de significações através do discurso da lei, da marginalidade, da violência policial, do direito do cidadão, cada um significando a mesma cena de maneira diferente (PINTO, 1989).

Existe, portanto, uma “reversibilidade essencial entre as duas faces, social e textual, do discurso” (MAINGUENEAU, 1997, p.56). A face textual é a formação discursiva, e a face social é a comunidade discursiva, isto é, o grupo no interior do qual são produzidos os textos que dependem da formação discursiva. Em outras palavras, a representação do mundo e a organização dos homens são o direito e o avesso de uma mesma atividade, “uma doutrina

revolucionária edifica-se ao edificar as organizações que lhe dão suporte prático, a formação de uma doutrina religiosa funde-se com a formação da comunidade hierárquica dos fiéis” (DEBRAY apud MAINGUENEAU, 1997, p.59-60)³⁵. Com relação ao objeto de estudo deste trabalho, isto quer dizer que não existe o discurso de um partido separadamente do que os seus políticos representam no plano da organização social, o que já foi tratado por essa dissertação.

O tipo de discurso aqui analisado é o discurso político, “aquele que reivindica o poder público (o Estado) através da construção de uma visão de mundo que se apresenta como a visão dos interesses gerais da sociedade” (PINTO, 1989, p.51), e que “vive de sua capacidade de interpelar, pois seu êxito depende de sua capacidade de constituir sujeitos com a mesma visão de mundo” (Ibidem, p.52). Para explicar esta questão da interpelação ou do assujeitamento dos indivíduos, Pinto dá o seguinte exemplo: A tem poder sobre B quando B modifica seu comportamento em função da presença de A. Se essa modificação de comportamento não se dá por causa de uma provável sanção negativa que A pode exercer sobre B, mas porque B se identifica completamente com A e toma o discurso de A para si, A interpela B e B passa a ser sujeito do discurso de A. Então, “o discurso só exerce poder pela identificação, pela adesão espontânea” (Ibidem, p.36).

Um discurso institucionaliza-se quando consegue “encontrar seu lugar na pluralidade discursiva” (Ibidem, p.39), e exerce uma relação de dominância quando se naturaliza, ou seja, quando perde “as conexões que mantinham com as condições sociais de produção [...] e se travestem de ‘verdade’ e ‘bom senso’” (PINTO, 1999, p.41-42).

Essa noção de hegemonia “pressupõe um caráter aberto e incompleto do social. Uma posição hegemônica é, portanto, uma posição precária e contingente” (MENDONÇA, 2003, p.65). Ou seja,

Os antagonismos sociais e o deslocamento impedem o fechamento de toda estrutura. [...] A sociedade não se apresenta, em consequência, como uma ordem objetiva e harmoniosa, mas como um conjunto de forças divergentes em conflito, impedindo a formação de identidades plenas. A constituição e a manutenção de uma identidade dependem, então, do resultado de uma luta que não é garantida por nenhuma lei *a priori* nem necessária da história. (GIACAGLIA, 2006, p.107)

Numa situação de hegemonia, os “objetivos inicialmente tidos como de um grupo particular, portanto objetivos particulares, passam a ser identificados como objetivos gerais de uma determinada formação discursiva ou até mesmo de um determinado campo discursivo” (MENDONÇA, 2003, p.66).

³⁵ DEBRAY, Régis. **Critique de la raison politique**. Paris: Gallimard, 1981. p.158-9.

O discurso do PFL e PSDB, além de ser institucionalizado, em alguns temas aproxima-se do “bom-senso”, faz parte do discurso hegemônico, ou seja, aquele que é amplamente assimilado pela “opinião pública” brasileira. Em várias questões, o discurso da oposição, como veremos adiante, se mostra afinado com o discurso da grande mídia, ambos reivindicando para si a representação da “opinião pública”, como, por exemplo, a contrariedade ao projeto de criação do Conselho Federal de Jornalismo e da Ancinav (LIMA, 2006), ou a criminalização dos movimentos sociais, como o Movimento dos Sem Terra (BERGER, 1998).

Para a operacionalização do que foi dito acima, devemos estar atentos a dois tipos de ilusão: 1) *a ilusão referencial*, também chamada de esquecimento enunciativo, que “nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não por outras”, que “estabelece uma relação ‘natural’ entre a palavra e a coisa”; 2) *a ilusão ou esquecimento ideológico*, que nos faz ter “a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos pré-existentes” (ORLANDI, 2001, p.35).

A soma dos pronunciamentos das lideranças do PFL e PSDB durante a 52ª Legislatura da Câmara dos Deputados é de 1507. Por tratar-se de um volume muito grande de arquivos obtidos no site da Câmara dos Deputados³⁶, foi utilizado para analisá-los um programa chamado NVivo. Este programa faz parte dos CAQDAS (Computer-aided qualitative data analysis software), que são programas de computador que auxiliam na análise de dados quantitativos e qualitativos. O NVivo “contém ferramentas informacionais para gerenciar documentos; criar idéias sobre os mesmos; gerenciar categorias de entendimento; formular questões sobre as informações e construir e testar teorias sobre o corpus das informações” (SANTOS, 2001, p.132). O uso desse tipo de programa “torna-se imprescindível para a pesquisa sociológica devido à grande economia de recursos e tempo, mas também pela possibilidade de gerar análises mais ricas e profundas” (TEIXEIRA; BECKER, 2001, p.94).

Sua lógica de funcionamento está fundamentada “no princípio da codificação de texto” (Ibidem, p.95), ou seja, os textos todos têm que ser lidos e codificados. São duas as ferramentas mais importantes para isso: os “nós” e os “atributos”. O atributo é criado pelo próprio pesquisador e diz respeito a todo um documento. Nesta pesquisa, à medida que os pronunciamentos eram lidos íamos preenchendo o atributo “assunto” com palavras relacionadas aos textos. Numa segunda etapa, agrupamos todas essas palavras em cinco

³⁶ <http://www2.camara.gov.br/plenario/discursos>.

categorias, ou seja, em cinco atributos, que são os seguintes: procedimentos, desqualificação do adversário, discurso comum à oposição, retórica da intransigência e outros. Assim, podemos, por exemplo, explorar o atributo “desqualificação do adversário” e ver os pronunciamentos que tratam das denúncias de corrupção dentro do governo e do “modo petista de governar”, segundo a oposição, na íntegra.

Os “nós”, por sua vez, são trechos do texto codificados pelo pesquisador. Depois de constatado que 56 pronunciamentos apresentam alguma das teses propostas por Hirschman, criamos os nós: “ameaça MST” e “ameaça aos meios de comunicação”, apenas com os enunciados do discurso da oposição que tratam de possíveis ameaças às instituições, no caso, referentes à propriedade privada e o Estado de Direito em relação aos movimentos sociais e à liberdade de expressão e da mídia frente ao Executivo; “perversidade”, especificamente com os enunciados que dizem respeito aos efeitos perversos dos programas sociais do governo Lula; e “futilidade”, nó com os enunciados que utilizam argumento da futilidade relacionado também aos programas sociais. Dessa forma, ao explorar o nó “perversidade”, por exemplo, encontramos apenas os trechos dos pronunciamentos que falam especificamente sobre isso, e não o pronunciamento inteiro.

Como foi anteriormente mencionado, o total de pronunciamentos proferidos pelas lideranças do PFL e PSDB foi 1507. O total de pronunciamentos das lideranças do PFL foi 1050, sendo 711 proferidos por José Carlos Aleluia (PFL/BA), entre 01/02/2003 e 02/02/2005, e 339 feitos por Rodrigo Maia (PFL/RJ), entre 03/02/2005 e 01/2/2007. O total de pronunciamentos das lideranças do PSDB foi 457. O PSDB teve três líderes diferentes, sendo que Jutahy Magalhães Junior (PSDB/BA) iniciou e terminou a 52ª Legislatura como líder do partido. No período de 01/02/2003 a 16/02/2004 fez 109 pronunciamentos, e no período de 15/02/2006 a 01/02/2007, 56. Custódio Antônio de Mattos (PSDB/MG), líder do partido de 17/02/2004 a 15/02/2005, fez 46 pronunciamentos, e Alberto Goldman (PSDB/SP), entre 16/02/2005 e 14/02/2006, 246.

Desses 1507 pronunciamentos, 874 (ou 58%) foram eliminados por tratarem exclusivamente de “procedimentos”, ou seja, requerimentos de retirada de matéria da pauta da Ordem do Dia, de inversão da pauta, de votação nominal, de encerramento de discussão, de adiamento de discussão, de urgência na tramitação de determinada matéria, de suspensão de sessão, além de propostas de procedimentos para as discussões, orientações de votação da bancada, anúncios de obstrução do partido, referências à questão do quorum, ao uso da palavra, discussões acerca do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, formulações de questões de ordem, pedido de acesso a documentos, menção de rompimento de acordo, tudo

isto fazendo referência a alguma matéria sem falar, no entanto, propriamente sobre o assunto. Também foram incorporados nessa categoria congratulações a deputados por razões diversas, manifestações de solidariedade a outros políticos ou ainda homenagem a pessoas ou instituições por datas festivas. Critério semelhante foi utilizado por Jairo Nicolau (2000), que excluiu os requerimentos por decidirem sobre o processo de deliberação, mas não sobre a natureza das matérias.

Dos 633 pronunciamentos restantes, em 108 (17,06%) encontramos o que qualificamos de “críticas difusas”. Nestes pronunciamentos, vários assuntos são tocados sem que, no entanto, nenhum dos temas mencionados seja devidamente desenvolvido.

No agrupamento “o discurso comum das oposições brasileiras”, encontramos 203 pronunciamentos (30,07%) com o discurso comum feito pela esquerda ou pela direita quando estão na oposição. Como diz Rosenfield (2002, p.173) “seria interessante que o Brasil tivesse um partido político que lutasse pela redução das cargas fiscal e tributária, e não apenas quando na oposição”. Geralmente a oposição, no Brasil, é contra o aumento da carga tributária, o orçamento apresentado pelo governo, a política de juros altos, contra a edição excessiva de medidas provisórias e a favor de um aumento ainda maior dos salários. Cento e oito pronunciamentos falam sobre o aumento da carga tributária, as questões orçamentárias ou sobre a política econômica em geral (juros, déficit primário, etc.). O fato de o Executivo legislar através de Medidas Provisórias e de alguma forma desrespeitar o Congresso Nacional, é um discurso comum à oposição desde a redemocratização e está presente em 35 pronunciamentos durante o primeiro governo Lula. Houve, ainda, 34 pronunciamentos relativos à previdência e sua reforma, e o aumento do salário mínimo ou a data em que o aumento iria começar a vigorar foi tema de 26 pronunciamentos da oposição.

Em 121 pronunciamentos (19,12%) encontramos o que chamaremos de “discurso de desqualificação do adversário”, composto por pronunciamentos que versam sobre as denúncias de corrupção e a mudança do PT (89 pronunciamentos) e o “modo petista” de governar que, segundo a oposição, é baseado no aparelhamento e partidarização do Estado, no autoritarismo e descumprimento da Constituição (32 pronunciamentos).

As teses de Hirschman foram encontradas em 56 pronunciamentos (ou 8,85%). Desses, dez dizem respeito à tese da perversidade, 11 ao argumento da futilidade e 36 à tese ameaça às instituições democráticas³⁷. Assim sendo, a tese ameaça representa 64,28% da

³⁷ A soma dá 57 pronunciamentos porque um deles utiliza tanto a tese da perversidade quanto a da futilidade.

retórica da intransigência da oposição, a da futilidade 19,64% e a dos efeitos perversos 17,86%³⁸.

Na categoria “outros” há 145 pronunciamentos (23,91%), sobre questões que não se encaixam nas teses de Hirschman nem nas outras categorias criadas. Em algumas dessas questões a oposição não diverge do governo, em outras diverge em questões muito pontuais. Os assuntos mais recorrentes dentre esses pronunciamentos foram questões salariais relativas aos servidores públicos, questões sobre a estrutura do Estado, as relações internacionais, o setor elétrico, etc.

Nos capítulos seguintes, focalizaremos a análise no discurso de desqualificação do adversário e na “retórica da intransigência brasileira”, que soam 177 pronunciamentos. Destes, 101 são do PFL e 76 do PSDB. No discurso de desqualificação do adversário temos 63 pronunciamentos do PFL e 58 do PSDB. Na “retórica da intransigência brasileira”, 38 do PFL e 18 do PSDB. No primeiro caso o número de pronunciamentos é mais equilibrado, no segundo, não. Assim, o predomínio do PFL em alguma das teses tem que ser relativizado de acordo com esses dados.

Segue o capítulo que fala do “discurso da desqualificação do adversário”, composto, na nossa classificação, pelos pronunciamentos que falam da mudança do PT quando passou a ser governo, das denúncias de corrupção e do “modo petista” governar, segundo a oposição.

³⁸ O resultado dá mais do que 100% pela mesma razão da nota acima.

3 O DISCURSO DE DESQUALIFICAÇÃO DO ADVERSÁRIO

Como tínhamos mencionado, 121 pronunciamentos foram classificados como “discurso de desqualificação do adversário”. É importante levar este discurso em consideração na análise do que chamamos de “retórica da intransigência brasileira” na Câmara dos Deputados porque faz parte de algo que é próprio da política, ou seja, o fato de que o antagonismo se constrói pelo esvaziamento do significado do discurso do outro (PINTO, 1989), e nos mostra os outros tipos de enunciados que fazem parte da formação discursiva da oposição. A tentativa de esvaziar o significado do discurso do governo liderado pelo PT se dá através das seguintes regularidades no discurso do PSDB e do PFL: a corrupção no governo (se contrapondo ao discurso do PT e de seus aliados históricos de defesa da ética), a mudança de postura ou de opinião dos partidos que sempre foram de oposição e passaram então a ser governo (com outras modificações que não as relacionadas com as questões éticas), aparelhamento / partidarização do Estado (em oposição ao discurso que condenava o fisiologismo), o autoritarismo / descumprimento da Constituição (se contrapondo ao discurso democrático).

Esses pronunciamentos algumas vezes utilizam ironia. A ironia, segundo Kenner, “mina o sentido declarado, removendo a segurança semântica de ‘um significante: um significado’ e revelando a natureza inclusiva complexa, relacional e diferencial da criação de sentido irônico” (HUTCHEON, 2000, p.30). Ou seja, “remove a certeza de que as palavras signifiquem apenas o que elas dizem” (Ibidem, p.32). Politicamente falando, é extremamente difícil de atacar o ironista “precisamente porque é virtualmente impossível fixar seu texto de maneira convincente” (MOI, 1985, p.40³⁹ apud HUTCHEON, 2000, p.35).

As dimensões semântica e sintática da ironia “não podem ser consideradas separadamente dos aspectos social, histórico e cultural de seus contextos de emprego ou atribuição” (HUTCHEON, 2000, p.36). Todos pertencemos a muitas comunidades de discurso que têm “suas próprias convenções restritivas (Hagen) mas também *capacitadoras*”, devido a “contextos experienciais e discursivos diferentes” (Ibidem, p.37), ou seja, a língua que nos permite também nos amarra. Assim, “quanto mais o contexto é compartilhado, em

³⁹ MOI, T. *Sexual/ Textual Politics*. London/New York : Methuen, 1985.

menos quantidade e menos óbvios são os marcadores necessários para sinalizar – ou atribuir – ironia” (HUTCHEON, op.cit., p.38).

A ironia mostra que “não criamos significados fora de situações particulares”, a “produção de significado – irônico ou não – é uma atividade social” (Ibidem, p.90). Só se pode “ter certeza de que uma declaração foi intencionalmente irônica”, com “um conhecimento detalhado das referências pessoais, lingüísticas, culturais e sociais do falante e do seu público” (GAUNT, 1989, p.25⁴⁰ apud HUTCHEON, 2000, p.169), por isso a importância da discussão acima sobre a história desses partidos políticos, assim como a discussão do funcionamento interno da Câmara e do lugar que ocupam seus líderes.

Ao mesmo tempo em que pode usar discursos dominantes e “tornar relativas a autoridade e a estabilidade (Terdiman)” desses discursos, a ironia pode também “ser vista como cumplicidade” (HUTCHEON, op.cit., p.54), tudo isto dependendo de quem interpreta a ironia.

3.1 A mudança do PT e as denúncias de corrupção

Foram feitos oito pronunciamentos sobre a mudança de opinião ou de postura do PT e, às vezes, também de seus aliados históricos, e 81 sobre as denúncias de corrupção, totalizando 89 pronunciamentos. No entanto, vários dos que trataram das denúncias de corrupção, também falaram da mudança que o PT sofreu, pois até então uma das principais bandeiras do partido era, justamente, a ética na política.

Em 2003, cinco pronunciamentos relativos à primeira questão foram realizados. Ironicamente, o PT é parabenizado:

Parabenizo a esquerda do Brasil por essa decisão. [...] estamos votando a retirada da limitação da taxa de juros em 12% ao ano. E isso é muito importante. Durante anos ouvimos, em todos os rincões deste País, em todas as praças, discursos de que jamais admitiriam o que está acontecendo agora. Parabenizo, portanto, o PT, o PCdoB e o PSB por essa mudança de posição tão importante para o nosso País (Jutahy Júnior, PSDB, 02/04/2003).

Ou, então, é dito que o Brasil todo esperava do “PT uma postura ao menos assemelhada à do passado”:

eu ouvia vocês e imaginava que, quando estivessem no governo, o salário mínimo teria aumento real. Acreditava que ao menos recomporiam o salário do servidor público. Mas não, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Acabamos de aprovar um

⁴⁰ GAUNT, S. **Troubadors and irony**. New York/London: Cambridge University Press.

reajuste de apenas 1% ao servidor público. E sabem por quê? Porque um dos Ministros do Supremo declarou que, no seu entendimento, a Constituição Federal obriga o governo a reajustar anualmente o salário do servidor público. Então, com medo de que os servidores recorressem ao Supremo, o governo concedeu um aumento de apenas 1%. (José Carlos Aleluia, PFL, 10/06/2003)

É lembrado que na campanha eleitoral, o PT e seus aliados diziam que a reforma da Previdência era uma proposta “neoliberal, a serviço do Fundo Monetário Internacional”, que era desnecessária, que bastava “buscar os fraudadores”. Ainda acrescentavam que a reforma “era algo desejado por quem quisesse o prejuízo dos mais simples, dos mais humildes, dos aposentados, dos velhos e dos pensionistas”. A oposição diz que aquela reforma não representava o avanço desejado, mas que era um avanço importante. Entretanto, “nas futuras campanhas eleitorais, o discurso falacioso e mistificador” não teria mais acolhida (Jutahy Júnior, PSDB, 05/08/2003).

Em 2004 começaram as denúncias de corrupção no governo. A trajetória semântica da palavra “corrupção” mostra que ela nem sempre esteve associada ao sentido monetário, embora atualmente, em geral, seja utilizada com esse sentido:

Nos escritos de Maquiavel, que tomou o termo de Políbios, *corruzione* significava deterioração da qualidade de governo, não importando por que razão possa ocorrer. O termo era ainda usado com o seu sentido abrangente na Inglaterra do século XVIII, apesar de ter se tornado também identificado com suborno na época. Mais tarde o sentido monetário afastou o não-monetário quase que completamente. (HIRSCHMAN, 2002, p.61)

Neste ano houve 11 pronunciamentos sobre a denúncia de envolvimento do Secretário de Assuntos Parlamentares da Casa Civil da Presidência da República, Waldomiro Diniz, em negociações com contraventores para o financiamento de campanhas eleitorais do PT. Falou-se da conveniência do afastamento do Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, já que Waldomiro era “homem da absoluta confiança do Ministro”, “absolutamente vinculado à estrutura do PT”, de modo que a denúncia atingia “o núcleo da estrutura do Poder no Brasil”, fatos inimagináveis “para um partido que sempre se caracterizou como o paladino da ética e da moralidade”. Waldomiro era

responsável, junto ao Congresso Nacional, entre Parlamentares e Senadores, por definir as prioridades das emendas parlamentares... Essa pessoa, que negociava com os bicheiros, que cobrava propina, que achacava, que intermediava negócios escusos, foi responsável, na Casa Civil, por definir o que se empenhava com bilhões de reais do Orçamento. [...] É o Subchefe da Casa Civil e do homem considerado o primeiro-ministro do Brasil. (Jutahy Júnior, PSDB, 13/02/2004).

Waldomiro teria sido “flagrado em negociação com representante do crime organizado no ano de 2002”. Ele estaria “sob suspeição desde 2001”, “acusado de participar de um esquema de desvio de recursos da verba publicitária da Loterj”. Ou seja, “alguém sob suspeita

de corrupção e de ter negociado com donos de bingos era o principal interlocutor do Poder Executivo no Congresso”. É considerada “inadmissível” a permanência de Waldomiro no cargo que “estava negociando a legislação dos bingos” (Jutahy Júnior, PSDB, 16/02/2004).

Falando sobre o PT, é dito que “procurou mostrar à Nação que era muito mais do que um partido; era uma congregação religiosa e casta”. E, naquele momento, a televisão exibia um funcionário importante do governo pedindo “dinheiro a um bicheiro para a campanha do PT”. É dito que o governo não podia criar uma “operação abafa”, colocando “o lixo debaixo do tapete”. Encerra lembrando que

o Presidente da República, por 2 anos seguidos, enviou a este Congresso proposta no sentido de que queria legalizar os bingos. [...] a verdade é que um homem importante da República estava tratando desse assunto relevante para enriquecimento pessoal e para receber propinas com o intuito de financiar candidatos do PT. (José Carlos Aleluia, PFL, 02/03/2004)

A oposição cita o fato de Dirceu ter dividido “teto com o pivô do atual escândalo que liga o PT à contravenção”, além de “instalá-lo no Palácio do Planalto como seu auxiliar direto nas negociações com a base parlamentar do governo”. Diz que o governo do “PT que, durante toda a sua existência, utilizou o instrumento das Comissões Parlamentares de Inquérito como sua principal arma política”, agora se nega a permitir a instalação da CPI (Custódio Mattos, PSDB, 10/03/2004).

É dito que Waldomiro “roubou em nome do governo, e a fita mostra que ele roubou para o PT. Não foi só para ele. Ele pediu dinheiro para a campanha do PT”. O povo brasileiro esperava do governo Lula “a restauração da ética, o pleno emprego, a justiça social. No entanto, teria sido um governo que, no começo, não deu emprego nem restaurou a ética”. Encerra falando que o “governo Lula tem de limpar o seu nome, para poder prosseguir nos 4 anos que o povo lhe deu” (José Carlos Aleluia, PFL, 23/03/2004).

A sindicância que o Palácio do Planalto abriu para investigar as ações de Waldomiro não teria ouvido pessoas importantes e analisado suas ligações telefônicas. A oposição diz que “ninguém poderia imaginar que o governo Lula, do PT, fosse tentar amordaçar o Ministério Público Federal”, “tentando colocar cabresto nos procuradores da República, inibindo o seu trabalho”, porque os procuradores “não são nomeados pelo Presidente” (Idem, 31/03/2004).

Em 2005 há 44 pronunciamentos relativos à CPMI dos Correios e ao chamado “mensalão”, seis relativos às denúncias envolvendo o Ministro da Fazenda Antônio Palocci e um ainda sobre Waldomiro. Este último, falava que a CPI do caso Waldomiro estava “engavetada”, e que era “muito importante que o PT, que sempre primou pela transparência,

pela investigação”, começasse “a respeitar seu eleitorado e a sociedade” e colaborasse com as investigações (Rodrigo Maia, PFL, 16/03/2005).

Sobre a CPMI dos Correios ou o chamado “mensalão”, há, no total, 52 pronunciamentos, sendo o tema mais recorrente nos pronunciamentos da oposição aqui analisados. Ela foi instalada dia 15 de junho de 2005 com o objetivo de investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Comissões mistas são integradas por Deputados e Senadores. No que diz respeito a sua instalação, segundo a oposição, o não-esclarecimento do fato, denunciado pelo Deputado Roberto Jefferson, poderia levar ao enfraquecimento da já abalada democracia (Idem, 18/05/2005).

Note-se que aqui a oposição utiliza um argumento que, segundo Hirschman (1992), é mais comumente utilizado pela esquerda. Trata-se da *tese do perigo iminente* que argumenta a partir de uma preocupação maior com os *perigos da inação* do que da ação, ou seja, defende que “se há algo que pode colocar em risco a governabilidade do País é a tentativa do governo de retirar um requerimento de instalação de CPMI” (Alberto Goldman, PSDB, 25/05/2005).

O governo teria feito uma ameaça ao afirmar que se fosse levada adiante uma CPI mista para investigar os Correios, os partidos da base “estariam dispostos a instalar a CPI da Privatização”. A oposição diz que daria apoio para “qualquer CPI que pretenda averiguar eventuais irregularidades havidas em qualquer governo”, e que desde meados do ano anterior, a CPI relativa ao setor elétrico estava “pronta para ser instalada”, sem obstáculos criados por ela. É dito ainda que o governo estava “correndo atrás de Deputados” para que retirassem suas assinaturas, o que afetava “a dignidade de qualquer um” (Idem, 19/05/2005).

Neste pronunciamento e em outros similares, a oposição faz exatamente o que diz Pasquino (1998, p.35): “La oposición tiene el deber de contender con el gobierno demostrando ser un gobierno alternativo”. A oposição argumenta que ela, sim, teria disposição de investigar os casos de corrupção, diferentemente do governo de então. No que diz respeito à CPI da Privatização do Setor Elétrico, ela de fato foi instalado em 04 de maio de 2005, mas não houve eleição dos membros da mesa diretora e foi encerrada por decurso de prazo. Note-se, no entanto, que esse discurso a favor de investigações e CPIs também é um discurso das oposições, sejam elas de esquerda ou de direita, sendo recorrente nestes pronunciamentos analisados, inclusive, a acusação ao PT de que este era a favor de CPIs quando na oposição, e quando governo, deixou de sê-lo. Em outras palavras, o discurso de que quem está no governo não possui legitimidade é um discurso comum às oposições do país.

É lembrada “aquela triste imagem”: “Três mil reais no bolso! Esta é a imagem que o PT vai carregar para o resto da vida... É a história do PT indo para o lixo, tendo de acobertar, retirar Parlamentar de Comissão e tentar medidas protelatórias para a não-instalação da CPI”. Sobre a retirada das assinaturas para a CPMI, diz que os Deputados são “diariamente desmoralizados pelo Poder Executivo, que quer enfraquecer o Parlamento”. Caracteriza como “chantagem” do governo a CPI das privatizações do setor elétrico, pois o governo não queria realmente esta CPI. E continua: “Quem diria que o projeto de sustentação da Base Parlamentar do governo do PT fosse fisiológica! Tanto criticaram isso no passado”. Encerra dizendo: “Não entendo por que esses Deputados todos que tanto defenderam investigação para tudo quanto é lado agora esquecem seu passado e querem encobrir algo e obstruir a criação da CPI dos Correios” (Rodrigo Maia, PFL, 01/06/2005).

É dito que era óbvio que a estatal estava sendo usada “para a arrecadação ilegal de recursos para um partido político”, “para financiar políticos do Parlamento”. Ninguém teria dito que “o Presidente Lula cometeu algum crime de responsabilidade”, mas era preciso investigar “porque não podemos ter um Presidente da República que possa ter abafado ou sido conivente com qualquer tipo de mesada” (Idem, 06/06/2005).

A oposição alegou que não queria “o impedimento do Presidente”, embora achasse que no momento tinha razão para isso, e encerra o pronunciamento falando: “o Presidente não pode mais conviver com episódios que não só mancham a sua história, mas podem colocar em risco o seu próprio governo” (Alberto Goldman, PSDB, 06/06/2005).

O governo teria tentado evitar as assinaturas, retirá-las e ainda entrou com recurso, mas a pressão da opinião pública teria feito com que tivesse que aceitar a CPI. No entanto, a base aliada “emplacou o presidente, o vice-presidente e o relator e tem maioria na CPI”. É dito que “nem na ditadura assistimos a isso”. Quanto ao andamento das investigações, a Polícia Federal serviria “ao poder que está aí” (Idem, 15/06/2005).

No que diz respeito ao Presidente, este pensava ainda estar “num palanque eleitoral, no tempo de oposição, sem assumir as responsabilidades por aquilo que está passando”. O problema nascia no Palácio do Planalto, pois este “não soube armar alianças de forma decente e digna” (Idem, 22/06/2005).

Depois de lançar a idéia de fazer uma CPI para investigar as privatizações, o governo investiu na possibilidade de fazer uma CPI para investigar a suposta compra de votos na votação da Emenda Constitucional que permitiu a reeleição.

É dito que os “inexperientes” membros do PT esbarraram “nas próprias deficiências” e fizeram “uma aliança nefasta para eles, para os partidos e para o País. Uma aliança sem

princípios, sem conceitos, sem projetos, sem programas”. O PT estaria sendo levado, pelas contingências, “a encobrir atos indignos de Parlamentares”, tentando instalar uma CPI específica do mensalão, apesar de já existir uma CPI mista do Congresso Nacional. Prossegue dizendo que quem estava “fazendo a blindagem” eram “os homens e as mulheres decentes do PT, que lutaram a vida inteira contra a corrupção”. A oposição diz que votaria a favor da CPI para investigar a chamada compra de votos, acreditando que se a base do governo descobrisse que houve compra de votos, apresentaria

emenda constitucional para acabar com a reeleição, porque se, naquele momento, ela foi fraudada, nada mais justo, correto e ético que acabar com essa fraude e apresentar uma emenda constitucional que elimine a fraude, de maneira que não haja mais reeleição para os próximos mandatos. (Alberto Goldman, PSDB, 29/06/2005)

Aqui nota-se novamente o uso de ironia.

É lembrado, também, que este dia era o dia da instalação da CPI dos Bingos, e que “se houve mensalão no Congresso Nacional, o Sr. Waldomiro Diniz foi o seu primeiro operador”. O governo teria revogado uma medida provisória “para que o Congresso votasse a criação de mais uma CPI chapa-branca, no sentido de obstruir a CPI Mista”. É enfatizado, novamente, que “se houve corrupção ativa, foi no Executivo, se houve corrupção passiva, foi no Parlamento” (Rodrigo Maia, PFL, 29/06/2005).

Como o PT já podia ter feito a investigação da suposta compra de votos na votação relativa à reeleição, a introdução dessa discussão naquele momento foi considerada “uma tentativa de intimidação”. A oposição queria separar este fato do mensalão, pois “era outra conotação e outra época”, e dizia que a investigação do mensalão numa CPI só Câmara dos Deputados seria “mais grave do que uma CPI chapa-branca” (Alberto Goldman, PSDB, 30/06/2005).

É citada a fala do Líder do PMDB na Câmara, dizendo que discutiu com Marcos Valério “a nomeação de seus partidários para cargos”, sendo que Marcos Valério não teve cargo ou atribuição no governo do Presidente Lula para negociar cargos. Marcos Valério teria sido, somente, “avalista de um empréstimo ao PT”, no entanto, parecia que “mesmo não sendo membro do governo, tinha muito mais força que muitos Ministros” (Rodrigo Maia, PFL, 05/07/2005).

O Presidente da República estaria atuando para criar a “CPI da Blindagem”. A oposição classifica como “de espantar” o fato de o Líder do PMDB ter se reunido com Marcos Valério, que “retira a cada semana milhares de reais de um banco – e ninguém sabe ainda para onde está levando esse dinheiro, para quem dá, ou quem concede – para decidir

quem vai ocupar cargos públicos”, pois Marcos Valério, nada mais era do que um publicitário que avalizava e pagava despesas do PT (Alberto Goldman, PSDB, 05/07/2005).

Um pronunciamento fala sobre a relação entre a empresa do filho do Presidente, a Gamecorp, e a TELEMAR, “que, como concessionária pública, se não pode doar recursos para campanhas políticas, também não pode financiar parentes de políticos no exercício do poder”. Quanto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que alocou recursos para a Gamecorp, estaria moralmente e “legalmente impedido” de fazê-lo (Rodrigo Maia, PFL, 13/07/2005).

É citado um ex-Ministro de Portugal que afirmou que recebeu Marcos Valério “na qualidade de consultor do Presidente do Brasil”. O Presidente Lula teria dito que nada sabia a respeito. Segundo a oposição, a única coisa que o Presidente “sabe fazer é paródia de frases futebolísticas”, não se preocupando com o povo “a não ser para usá-lo indevidamente em seu próprio interesse de se manter no poder” (Alberto Goldman, PSDB, 03/08/2005).

Chega a falar em “crime de prevaricação por parte do Presidente da República” no caso TELEMAR e argumenta que

Se partidos que não fizeram parte da aliança que elegeu o Presidente da República receberam recursos ilegais do governo para pagar dívidas de campanha... então eles deram ao governo algo em troca. E digo que foi sustentação política nesta Casa. Trata-se de crime praticado pelo Presidente da República. (Rodrigo Maia, PFL, 30/08/2005).

A oposição resume, assim, a “República do Mensalão”:

acordos eleitorais montados à custa de grossa dinheirama; aquisição de apoios Parlamentares pagos na boca do caixa de bancos; troca-troca partidário estimulado a partir do Palácio do Planalto; dinheiro escondido em malas e cuecas; trânsito desinibido de dólares pelo exterior para pagar as contas de Lula e do PT.

E completa: “Se o sistema usado para eleger Lula foi ilegal e viciado, pior tem sido o uso que vem sendo feito do aparato estatal pelo partido hoje no poder. Vale dizer: não bastasse o caixa 2, o PT criou o caixa 3”, para garantir a manutenção e perpetuação do partido no poder (Alberto Goldman, PSDB, 04/10/2005).

O Relator da CPI dos Correios teria detectado “11 notas frias de serviços que não foram prestados: dez da Amazônia Celular e uma da Visanet, no valor de aproximadamente 6 milhões de reais”, e ironiza de novo que o Presidente Lula “afirma não acreditar em nada do que aconteceu, que não viu nada” (Rodrigo Maia, PFL, 09/11/2005).

O ex-Ministro Anderson Adauto teria afirmado que “em sua campanha a Prefeito de Uberaba, recebeu dinheiro de caixa dois, que caixa dois é normal”, e que “poderia ter obtido os recursos através de fornecedores do Ministério dos Transportes”. Então, a oposição afirma: “A responsabilidade do Presidente Lula é indiscutível. Como é que o Presidente da República

pôde ter indicado para Ministro um desqualificado?”. Até o Presidente teria dito, em Paris, que “isso todo mundo faz” (Alberto Goldman, PSDB, 09/11/2005).

Em 29 de agosto de 2005 foi instalada a CPI dos Bingos, na qual a principal figura foi Antônio Palocci, então Ministro da Fazenda. A votação do seu relatório final se deu em 20 de junho de 2006. As Comissões Parlamentares de Inquérito possuem caráter temporário e são criadas a requerimento de pelo menos um terço do total de membros da Casa, destinadas a investigar fato de relevante interesse para a vida pública e para a ordem constitucional, legal, econômica ou social do País. Elas têm poderes de investigação equiparados aos das autoridades judiciais. Esta CPI foi exclusiva do Senado, e tinha o objetivo de investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado. Há 16 pronunciamentos sobre essa CPI. No ano de 2005, seis.

Palocci teria mentido ao dizer que “na sua gestão como Prefeito não houve licitação vencida pela empresa Leão Leão”. A oposição também apontou a incoerência do fato de Palocci ter criticado a atuação o Ministério Público, a “mesma arma que o PT tanto usou quando era oposição” (Rodrigo Maia, PFL, 22/08/2005).

É reiterado que o Ministro mentiu “para derrubar a acusação de que recebia, intermediava e repassava propina de empresários para a caixinha do PT”. A relação entre Palocci e a Leão & Leão é qualificada como “uma relação de pai para filho”, pois 9 contratos assinados teriam tido a licitação dispensada. O valor pago por tonelada de lixo quando Palocci administrou o Ribeirão Preto teria sido muito mais alto do que o das outras administrações. O pronunciamento é encerrado dizendo que órgãos subordinados ao Ministério da Fazenda “já se revelaram foco do propinoduto operado por Marcos Valério” (Alberto Goldman, PSDB, 23/08/2005).

O Presidente teria mentido ao dizer “que nunca existiram tantas CPIs e que ele sempre foi favorável a todas elas”. É lembrado o episódio das retiradas de assinaturas para instalar a CPMI dos Correios, e que a instalação da CPI dos Bingos teve que ser garantida no Supremo Tribunal Federal. É dito que o Ministro da Fazenda, ao não quer discutir sobre instituições e autarquias “envolvidas em esquema de corrupção”, estaria “cometendo crime de responsabilidade” (Rodrigo Maia, PFL, 08/11/2005).

Segundo a oposição em Ribeirão Preto havia “mensalinho” – “uma distribuição irregular de recursos”, cuja origem está “em contratos públicos pelos quais as empresas, para serem contratadas, pagam uma propina”. A oposição diz, ainda, que “em muitas

administrações petistas em grandes cidades isso aconteceu”, o que caracteriza “roubo do dinheiro público para levar um partido ao poder e mantê-lo lá enquanto for possível” (Alberto Goldman, PSDB, 16/11/2005).

É dito que o esquema montado por Palocci em Ribeirão Preto já era “público e notório”, e “de certa forma se transferiu para Brasília: alguns ficaram dentro do governo, outros, fazendo lobby” (Rodrigo Maia, PFL, 30/11/2005).

No ano de 2006, há 16 pronunciamentos com denúncias de corrupção, 12 falam das acusações contra Palocci e quatro sobre o relatório da CPMI dos Correios. Neste ano, a oposição volta a falar de mudanças de opinião do PT em três pronunciamentos, relativos a outras questões que não as de ética. É lembrado que o PT criticava o governo anterior porque o dinheiro das privatizações “estava sendo usado para abater a dívida pública”. No entanto, naquele momento, a maior notícia que Lula dava ao País era “que ele utilizou 15 bilhões de dólares – que estavam em caixa – para abater a dívida com o Fundo Monetário Internacional” (Albert Goldman, PSDB, 18/01/2006).

A oposição, ironicamente, diz que não consegue entender porque a base do governo não queria votar de acordo com o veto do Presidente Lula ao reajuste dos aposentados:

Será que é em função do que o PT dizia no passado? O Partido dos Trabalhadores dizia que não havia déficit na Previdência Social, que essa história de que a Previdência não tinha dinheiro para pagar os aposentados era fruto de um governo neoliberal que queria prejudicar os aposentados [...] inúmeros Deputados do PT [...] prometeram que, na hora em que chegassem ao governo, o reajuste do salário mínimo seria equivalente para todos os aposentados e que dobrariam o valor do salário mínimo. Nos 3 primeiros anos, praticamente não houve reajuste real algum para o salário mínimo. No último ano, houve um aumento significativo, mas nem de longe chega ao que o Presidente Lula prometeu. (Jutahy Júnior, PSDB, 11/07/2006)

Os pronunciamentos relativos ao relatório da CPMI dos Correios, dizem que “inúmeros Parlamentares e partidos políticos foram corrompidos, cooptados com o escuso dinheiro para compra de apoio parlamentar e partidário”, que

ficou provada a existência do mensalão, a forma mais espúria, indecente, corrupta de conquistar base de apoio parlamentar. Não foi por acaso que o mensalão fez com que a base de apoio do governo se ampliasse e a estrutura do PT estivesse toda ela envolvida nesse episódio. Cassamos o Ministro José Dirceu... O Ministro Gushiken foi indiciado, como foi indiciada toda a estrutura do PT: Genoíno, Delúbio, Sílvio Pereira. Representantes do Parlamento, da estrutura do poder, de mando, e da hierarquia principal do Partido dos Trabalhadores também estão envolvidos. Vários perderam mandato, outros estão sendo julgados.

Apelam, ainda, à base do governo para que não utilizasse “instrumento de poder já utilizado para tentar transformar esse relatório... em pizza”. E conclui dizendo que “por detrás de todas essas ações, estava um único e grande beneficiado, um único e grande omissor: o Presidente Lula” (Idem, PSDB, 30/03/2006).

A oposição diz que o PT “fazia um discurso radical na linha da ética” e que no momento “o discurso que faz é aquele de colocar todos na mesma panela”. E segue dizendo que se forem a fundo chegariam também “ao crime de responsabilidade por omissão do Presidente Lula em relação ao ex-Ministro Palocci”, pois Lula “sabia oficialmente da violação do sigilo do caseiro” (Rodrigo Maia, PFL, 04/04/2006), tratado mais detalhadamente nos pronunciamentos a seguir.

O MP teria caracterizado os fatos “como organização criminosa a serviço da manutenção de um projeto de poder”, e “denunciou praticamente toda a cúpula do governo”, identificando o Ministro José Dirceu como “chefe dessa quadrilha”. Nunca teria se imaginado uma desmoralização destas em um governo representado por um partido “que desejava conquistar o poder para dar uma demonstração de ética e honestidade”. É afirmado que se utilizou “dinheiro público e privado para fins de se constituir um pólo de poder para manutenção exclusivamente do PT”. O partido teria utilizado a “organização do Estado brasileiro para destruir” o depoimento do caseiro. É citada a manchete “Procurador denuncia 40 e põe Dirceu como chefe de quadrilha”, com o seguinte comentário: “Os 40 ladrões já estão aqui, só falta dizer quem é o Ali Babá” (Jutahy Júnior, PSDB, 12/04/2006).

O esquema de corrupção montado pelo PT seria para beneficiar o Presidente da República. De forma indireta, estaria “claro que o Procurador incriminou o Presidente Lula”, já que o PT só teria “motivos para tentar permanecer no poder para beneficiar o Presidente”, pois “todos os outros cargos dependem do Presidente, uma vez que por ele são nomeados” (Rodrigo Maia, PFL, 12/04/2006).

No caso da CPI dos Bingos, um delegado teria dito já existir prova suficiente para o indiciamento de Palocci. O caseiro teria desmentido “a versão do Ministro em relação à sua freqüente presença naquela casa alugada por seus amigos de Ribeirão Preto”, “apontando fatos graves relativos à distribuição inclusive de recursos” (Idem, 14/03/2006).

É lembrado que pesavam “sobre o mais importante Ministro do governo Lula e seus assessores mais próximos” as acusações de

lavagem de dinheiro; extorsão; tráfico de influência e corrupção em órgãos públicos diretamente e por parte de seus assessores próximos; corrupção em Ribeirão Preto e repasse irregular de dinheiro para o PT; recebimento de propina na renovação do contrato entre a Caixa Econômica Federal e a GTech; distribuição de dinheiro em mansão em Brasília por assessores próximos.

Além das denúncias de que empresa Leão Leão “teria sido a maior financiadora oficial da campanha do então Prefeito Palocci, em 2000”. A ex-chefe de obras da Prefeitura de Ribeirão Preto teria confirmado que “adulterava as planilhas de medição para permitir o

superfaturamento dos serviços e que parte do dinheiro pago a mais para as empresas retornava como doação”, entregue ao ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares. O caseiro Francenildo Costa teria afirmado que Palocci esteve “entre 10 e 20 vezes” na casa, e que “presenciou distribuição de grandes quantias de dinheiro”. O pronunciamento é concluído assim: “se este governo tivesse um padrão moral e ético, consciência, responsabilidade... Palocci não poderia ser mais Ministro” (Jutahy Júnior, PSDB, 15/03/2006).

É dito que tentaram “desacreditar Francenildo, com base num extrato bancário conseguido com quebra de sigilo”, “de forma ilegal”, rompendo-se “o direito elementar de todo cidadão brasileiro de ter sua vida preservada”. Tratava-se “de ação de governo e de um partido que tem uma visão direcionada para a manutenção do poder e que não tem escrúpulo algum” (Idem, 20/03/2006).

A quebra de sigilo teria obrigado o caseiro “a tornar pública sua relação familiar”. O caseiro pensou que ao entrar no “programa de proteção à testemunha”, “estariam preservadas a sua intimidade e a sua integridade, mas teve seu sigilo quebrado de forma ilegal, no momento em que estava sob proteção do Estado brasileiro”. O governo, para preservar seus interesses, seria capaz “até mesmo descumprir a lei e a Constituição” (Idem, 21/03/2006).

A oposição acusa o Presidente de omissão, de não mostrar qualquer indignação. Diz que “não é correta a relação entre uma concessionária pública que recebe dinheiro de um fundo de pensão com o filho do Presidente”, que recebeu “5 milhões da Telemar para formar sociedade, e depois mais 5 milhões em publicidade”. Havia uma lista de denúncias e o Presidente entenderia que tudo era “denuncismo”, “exagero” (Rodrigo Maia, PFL, 22/03/2006).

É comunicada a ação de crime de responsabilidade movida contra Palocci, o que impedia que continuasse “no exercício do Ministério da Fazenda”, devido às mentiras em seu depoimento e à “quebra, de forma absurda, ilegal e imoral, do sigilo bancário do caseiro Francenildo”, o que seria mais uma demonstração que a forma de ser do PT é “ter o poder como instrumento único em seu próprio benefício partidário”. A PF tratava “a testemunha – alguém que prestou relevantes serviços à Nação por meio de seu depoimento – como suspeito”, e utilizava “instrumentos de poder, próprio de um Estado policial” para isso. Lula não teria feito o que “qualquer Presidente com um mínimo de senso moral e ético faria: afastar esse Ministro” (Jutahy Júnior, PSDB, 23/03/2006).

A violação do sigilo bancário do caseiro teria tido “a participação, ou pelo menos a concordância, do Presidente” e que, talvez, muitas pessoas “tenham sido de certa forma caladas pela máquina e pela força do governo” (Rodrigo Maia, PFL, 28/03/2006).

Os próximos pronunciamentos falam do envolvimento do Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que estaria “a serviço do ex-Ministro Antonio Palocci”, sendo responsável por constranger “de forma clara, irresponsável, ilegal e antidemocrática o caseiro” (Rodrigo Maia, PFL, 06/04/2006).

Palocci teria procurado “a ABIN, os órgãos da Polícia Federal, assessores do Ministério da Justiça” e

funcionários da Caixa Econômica Federal vinculados a Antonio Palocci teriam tentado prestar um serviço ao Ministro, algo típico de governos que têm visão partidária, a exemplo deste. Militantes partidários tentaram servir ao Ministro porque instrumentalizaram o governo brasileiro com máquina administrativa vinculada ao Partido dos Trabalhadores.

Com isso, a oposição conclui que a ação do PT e “a concepção do seu governo não são baseadas nas garantias individuais, na democracia, na liberdade” (Jutahy Júnior, PSDB, 06/04/2006).

É dito que o PT “sempre tentou tratar a questão da Gamecorp como um excesso da Oposição, que quer investigar a família do Presidente”. Mas essa empresa do filho de Lula teria feito contratos com a TELEMAR, uma concessionária pública. Além disso, a avaliação é que o Ministro Márcio Thomaz Bastos não teria “mais condições de permanecer no Ministério da Justiça” (Rodrigo Maia, PFL, 10/04/2006).

No último pronunciamento sobre o caso é dito que o Ministro da Justiça vinha atuando “muito mais como advogado do que como Ministro”. A crise teria “carimbo e participação direta do aparelho do Estado, do Ministério da Justiça” (Idem, 25/04/2006).

O PFL fez mais discursos relativos à corrupção do que o PSDB. Note-se que em alguns dos pronunciamentos sobre as denúncias de corrupção, além de abordar a questão da mudança do PT, também foram abordados os temas do subitem que segue: aparelhamento e a partidarização do Estado, o autoritarismo do governo e o descumprimento da Constituição. Optamos por deixar estes enunciados junto das denúncias de corrupção para não deslocá-los do seu contexto.

3.2 O “modo petista” de governar

Em 32 pronunciamentos a oposição tenta mostrar como se dá o “modo petista” de governar, segundo sua visão. Destes, 17 pronunciamentos foram feitos sobre o modo de

administrar a estrutura do Estado e 15 se dedicam a caracterizar o governo como autoritário ou a dizer que este não cumpria a Constituição.

É dito que o Presidente fez um “discurso agressivo, arrogante, fundamentalista e machista” frente a uma entrevista do Ex-presidente Fernando Henrique, e que a oposição não podia aceitar o “pensamento único”, a “impossibilidade da crítica”, como estaria se observando no Brasil de então. Lula precisaria “aprender muito e ter a capacidade de ouvir críticas”. A atitude de Lula não teria contribuído “para o engrandecimento e o fortalecimento das nossas instituições políticas e democráticas” (Jutahy Júnior, PSDB, 18/06/2003). Sobre o pronunciamento do Ministro José Dirceu sobre o mesmo assunto, é dito que “a incapacidade de ouvir críticas é componente perigoso de procedimentos antidemocráticos que, em momentos de crise, costumam desembocar no autoritarismo” (Idem, 28/10/2003).

No que diz respeito à democracia, Barrington Moore Júnior (1975, p.478) encara seu desenvolvimento como uma luta longa e incompleta no sentido de: “1) controlar governantes arbitrários; 2) substituir leis arbitrárias por leis justas e racionais; e 3) conseguir que a população participe na elaboração das leis”. Seguindo esses critérios, a dificuldade do governo de lidar com críticas e o discurso que constrói para rebatê-las apontada pela oposição não seria algo “antidemocrático”.

A oposição qualifica de “prática stalinista” a tentativa de “modificar, depois dos fatos ocorridos, o que não mais interessa ser publicado” em um livro lançado pelo governo. Diz que:

A Lei Orgânica da Assistência Social foi sancionada pelo Presidente Itamar Franco, com a assinatura do então Ministro do Bem-Estar Social, na época este Deputado. Mas o nome do Presidente Itamar Franco e do Ministro Jutahy Junior simplesmente não aparecem no texto da lei.

Isso mostraria a “clara tentativa de ludibriar a opinião pública do Brasil”, parecendo que “tudo simplesmente foi feito por este governo”. E ainda, “com uma visão stalinista e centralizadora”, o livro fazia publicidade do governo. A oposição qualifica a publicação de “absurda”, já que, apesar de paga com dinheiro público, subtraía “da população o direito de saber quem de fato é o responsável pela política pública de assistência social” (Jutahy Júnior, PSDB, 09/12/2003).

Segundo Arendt (1989, p.346), no regime de Stálin “eram tratados como mentiras todos os fatos que não concordassem, ou pudessem discordar, com a ficção oficial, fossem dados sobre as colheitas de trigo, a criminalidade ou as reais ocorrências de atividades ‘contra-revolucionárias’”. Se estamos falando de stalinismo, segundo a autora, estamos falando de totalitarismo, que

tende essencialmente à politização de todas as esferas da existência humana, incluindo a escola, a arte, a produção da ciência, o lazer, a família, a religião e a sexualidade. Alimenta-se do apelo ao ativismo político e à mobilização revolucionária permanentes do homem comum, que as mediações institucionais da democracia representativa refreiam e sublimam. E faz desaparecer a distinção entre a esfera privada e a esfera pública. (TAVARES, 2000, p.41)

Se é evidente a falta intencional dos nomes dos responsáveis pela lei na publicação do governo, esta falta, no entanto, não parece destinada à politização dos homens comuns.

É dito que o PT estaria colocando “em marcha mais uma vez a sua estratégia de confundir a opinião pública, em vez de esclarecê-la”. A Direção Nacional do partido teria acusado o PSDB de estar por trás de uma “tentativa desestabilizadora e antidemocrática” contra o governo Lula. O PT não se contentaria, ou não conseguiria

ser apenas governo. Teima em cumprir também o papel de Oposição. Por isso, denuncia golpes e anuncia que vai combatê-los; vê fantasmas; cria inimigos imaginários; e se mobiliza para guerrear contra eles. Seria apenas esquizofrenia, não fosse séria ameaça à estabilidade do País.

O PT estaria dizendo que as instituições democráticas estariam “em perigo” e que o PSDB estaria “entre as forças que colocam as instituições democráticas em perigo”, ou seja, as forças “golpistas”. Se o PT estivesse pensando assim, deveria “averiguar as suspeitas”, pois havia “instrumentos institucionais para isso”, de modo que não seria “preciso sublevar as massas, como apregoou o ainda Ministro da Casa Civil” (Alberto Goldman, PSDB, 20/06/2005).

Já este pronunciamento fala em sublevação das massas, o que pode ser interpretado como politização, embora essas massas a que se referia José Dirceu, provavelmente não se tratavam de nada mais do que os movimentos sociais e as organizações que historicamente apoiaram o PT.

É denunciada “a drástica redução de recursos para a saúde”, “num flagrante descumprimento da Emenda Constitucional n. 29, que garante a destinação de recursos mínimos para a área de saúde”. A aprovação da Emenda Constitucional teria contado com “o apoio unânime da então bancada oposicionista – hoje de sustentação ao governo que viola seu principal dispositivo” (Jutahy Júnior, PSDB, 09/10/2003).

Sobre a MP que permitiria contratação temporária, é dito que o projeto era “eivado de inconstitucionalidades” e voltava “a ferir decisão do Supremo Tribunal Federal”, que decidiu ser “inconstitucional a contratação de servidores provisórios para exercerem atividades permanentes” (José Carlos Aleluia, PFL, 27/01/2004).

Com relação à intervenção federal nos hospitais no RJ, o STF considerou o decreto presidencial inconstitucional, o que era muito importante para que o governo Federal voltasse

“a respeitar aquela Federação e principalmente a democracia no País” (Rodrigo Maia, PFL, 20/04/2005).

No que diz respeito à questão da constitucionalidade, segundo Tavares (2000, p.27-8), a democracia constitucional

é essencialmente um método, consensual e destituído de qualquer conteúdo finalístico, de tomar decisões públicas – isto é, decisões que, assumidas por todos os membros da comunidade política, diretamente ou através de seus representantes, obrigam em comum e universalmente a todos, quer lhes tenham sido favoráveis quer lhes tenham sido contrários – e, ao mesmo tempo, um valor em si mesma, pois a adesão à excelência do método é independente dos cursos de decisão e da ação que ele torna possíveis e não pode ser instrumentalmente subordinada ou condicionada à consecução de qualquer objetivo particular.

No constitucionalismo, o exercício das funções e do poder é distribuído entre agências governamentais que cooperam e limitam-se reciprocamente, de modo que,

a soberania não pertence a qualquer indivíduo, organização, partido ou segmento social, nem mesmo ao povo ou aos seus representantes, mas à Constituição, às leis, e às instituições, nesta hierarquia, as quais, consensualmente reconhecidas pela comunidade política, definem obrigações e direitos, individuais e sociais, asseguram predictibilidade ao convívio coletivo e limitam o exercício de todas as formas, públicas e privadas, de poder (Ibidem, p.30).

Nesse sentido, o descumprimento de uma emenda constitucional ou um decreto presidencial inconstitucional são fatos graves e se remetem a um governo arbitrário. Assim, estas críticas da oposição encontram fundamento.

Fazendo relação entre a questão da constitucionalidade e da partidização do Estado, temos o pronunciamento que fala da MP que permitiria contratação temporária, e a classifica como uma “flagrante inconstitucionalidade”, porque a contratação temporária só é permitida “nos casos de trabalho temporário”. O PT estaria querendo “pôr a estrelinha nos servidores públicos e fugir do concurso” (José Carlos Aleluia, PFL, 21/01/2004).

A oposição dizia-se preocupada com a percepção de que o governo pretendia “transformar suas instituições em aparelhos partidários”. O exemplo dado é o do “desmonte da PETROBRAS”, na qual teriam ocorrido nomeações “para cargos de baixo escalão com base na simples existência, no currículo, de participação sindical”. São citadas declarações atribuídas ao Ministro Celso Amorim em relação à PETROBRAS e a empresas públicas, de que estariam se “transformando em ninhos do Partido dos Trabalhadores e de seus aliados”. O Ministro estaria demonstrando querer “curvar o Itamaraty ao gosto do governo”, engajá-lo “na orientação política do governo”. Seria esta a primeira vez que um Ministro pretendia “subordinar a Casa ao gosto partidário e aos desejos do Presidente”. Já que “todos que ingressam na diplomacia são homens de Estado”, eles “não podem trabalhar segundo a

vontade do Presidente. Eles têm de defender os interesses do Estado”. É dito que “nem nos piores momentos da ditadura no Brasil se tratou o Itamaraty com tanto desprezo, nem se procurou subordinar a instituição à ideologia do governo”. O PT entenderia que “não há Estado”, ou que “este é o governo e o Presidente” (José Carlos Aleluia, PFL, 22/07/2003).

É dito que o governo anterior nunca “partidarizou” a Fazenda, mas o Ministério da Fazenda estaria tentando “fazê-lo, colocando o aparelho do PT dentro da Receita”, transformando a Receita “em um bunker, em um aparelho do PT e do governo”. Diz que dessa maneira os cidadãos e as empresas brasileiras teriam “sua vida tratada como instrumento partidário” (Idem, 15/10/2003).

Estes argumentos parecem configurar o que Arendt (1989, p.469) qualifica de sistemas unipartidários, cujo objetivo

não é apenas apoderar-se da administração do governo, mas, sim, através do preenchimento de todos os postos com membros do partido, atingir uma completa amálgama de Estado e partido... O sistema é “total” somente no sentido negativo, isto é, o partido governante não tolera outros partidos nem oposição, nem admite liberdade de opinião política. [...] o poder do partido reside num monopólio garantido pelo Estado, e o partido já não possui um centro de poder próprio.

No entanto, tal partidarização do Estado brasileiro denunciada pela oposição passou longe de não tolerar outros partidos ou a oposição e de não admitir liberdade de opinião política, ainda que a oposição mantenha a mesma linha de argumentação para falar da suposta ameaça que a liberdade de expressão e os meios de comunicação em geral estariam sofrendo, seja em função dos conselhos fiscalizadores ou das agências regulatórias. Estas questões serão tratadas no capítulo seguinte, que trata da “retórica da intransigência brasileira” e da tese da ameaça.

O governo não entenderia “bem o que é uma República”, já que um Deputado do PT falou que “os recursos do Tesouro são do governo e não da sociedade”. O governo não seguiria “a tradição republicana de tratamento impessoal no Orçamento”, pois estaria aplicando-o “para atender ao gosto e ao desejo dos amigos”, tentando “influir no resultado das eleições municipais”. Seria “um governo pessoal, um governo dos amigos, um governo dos filiados” (José Carlos Aleluia, PFL, 06/07/2004).

A oposição cita um editorial de jornal com o título “O governo tenta abrir brecha condenável na lei eleitoral”. O editorial diz que na última semana teria ocorrido “uma corrida para as liberações – de recursos de Tesouro Nacional para influir nas eleições Municipais”, que não se devia “a uma súbita melhoria de eficiência da administração nem às necessidades prementes de investimentos na infra-estrutura”. Era uma “liberação ilegal de verbas”, “contra

determinação da legislação eleitoral”. A PETROBRAS, em determinada cidade, teria promovido “batizado de boneca”, feito “reforma na praia e nos parques”, o que seria “uma afronta ao cidadão brasileiro, proprietário da PETROBRAS”. A oposição reforça que o nome da empresa petroleira não é “PTBRAS”, diz que tinha até a “camiseta de campanha de um candidato do PT, com patrocínio da PETROBRAS” (José Carlos Aleluia, PFL, 06/07/2004).

O governo teria agido deliberadamente “com o objetivo de usar o poder econômico dos recursos do Orçamento da União, das empresas estatais e de todos os instrumentos sob seu controle para influir no processo eleitoral”. Além disso, o Presidente é acusado de emitir MPs “com o objetivo de promover resultados favoráveis para seus candidatos”. Por exemplo, a Câmara dos Deputados já havia

praticamente selado acordo relativo ao Programa Universidade para Todos, acordo que envolvia todos os partidos, inclusive os de oposição. Mas, na ânsia de transformar essa possível conquista num instrumento eleitoral, o Presidente Lula editou medida provisória.

O País estaria vivendo “o maior aparelhamento da máquina pública de que se tem notícia”. A oposição conta o episódio de um Senador que “ao descer em uma cidade onde não ia fazer política, foi interpelado por paramilitares que afirmaram estar o Senador apoiando financeiramente a campanha de um candidato que ele não sabia sequer que era candidato”. Teria havido uma “inspeção violenta, ilegal e arbitrária do PT no seu avião”. Nada teria sido encontrado e a Polícia Federal teria sido “usada como instrumento político”. Cita também dois municípios para os quais, “contrariando a Lei Eleitoral”, teriam sido “liberados recursos federais às vésperas das eleições na tentativa... de mudar o processo eleitoral”. Diz que se trata de “ação truculenta, ilegal, antiética e desmedida do governo Lula contra a democracia” (Idem, 06/10/2004).

Note-se que nestes últimos pronunciamentos, do ano eleitoral de 2004, são utilizadas conjuntamente a acusação de partidarização do Estado e de descumprimento das leis, mostrando como a primeira de certa forma facilita o segundo.

A oposição diz ainda que há “assalto ao aparelho de Estado”, o que teria sido previsto por ela desde o primeiro dia do governo, “quando foi feito o loteamento dos cargos nas empresas estatais e nos setores mais importantes da administração pública”. Fala do episódio ocorrido com a empresa Daslu, “uma tentativa de desviar o foco das atenções” desses fatos. A operação teria sido realizada “com todo o espalhamento possível”, “o que mostra que se tratava de uma ação política predeterminada” realizada pela Polícia Federal (Alberto Goldman, PSDB, 13/07/2005).

É dito ainda que a Controladoria-Geral da União estava “transformando-se em instrumento policial de pressão política sobre adversários do governo Federal”, que em vez de buscar nos Correios, no Instituto de Resseguros do Brasil, nos fundos de pensão, ou nas empresas estatais as responsabilidades pelo desvio de “recursos a partir das operações fraudulentas que executam”, apenas atuava “sistematicamente sobre os Prefeitos” (Alberto Goldman, PSDB, 21/07/2005).

Os “atos criminosos cometidos pelo governo do Presidente Lula” teriam sido “tentar desqualificar, desmoralizar o caseiro Francenildo, ao ordenar a quebra de seu sigilo bancário”. A oposição diz que “há uma instrumentalização do Estado para servir a um partido político”. Fala dos funcionários do Ministro da Fazenda e da Caixa Econômica Federal, que “lá estão por critérios partidários”, e que tornam

tão fácil quebrar sigilo bancário: telefonaram para alguém que já era do PT, que falou com outro que era do PT, que falou com outro que era do PT e, para surpresa de todos, no Palácio do Planalto, lugar em que se escondeu depois de praticar seus crimes, o ex-Ministro da Fazenda recebeu da mão do ex-presidente da Caixa Econômica Federal o extrato bancário do Francenildo.

O resultado seria “um Estado a serviço do PT”. O ex-ministro Antonio Palocci teria usado “o aparelho do Estado para intimidar as instituições brasileiras, numa demonstração de desprezo a elas, aos direitos individuais, à liberdade, à democracia, tão arduamente conquistada pelo povo brasileiro” (Jutahy Magalhães Junior, PSDB, 28/03/2006).

Ou seja, o PT, com o controle que teria sobre a Polícia Federal, a Controladoria Geral da União, da Caixa Econômica Federal, a Petrobras, utilizaria estes órgãos com a finalidade de servir ao partido, o que retoma a concepção de sistemas unipartidários de Arendt (1989).

Nesses pronunciamentos pudemos ver a desconstrução do PT feita pelos seus adversários. O PT afirmava que era um partido ético, a oposição investiu em um alto número de pronunciamentos sobre denúncias de corrupção. O PT dizia ser um partido democrático, sustentado essa idéia no número de tendências internas que possui, no fato de ter eleições prévias de seus candidatos, e até em algumas das suas experiências com governos Executivos municipais e estaduais, como o orçamento participativo. A oposição tentou argumentar que o PT não sabia ouvir críticas, que distorcia a verdade, que não cumpria leis e a Constituição. Além disso, a oposição também tentou construir a imagem do PT como um partido que impõe a sua ideologia à máquina estatal.

A seguir trataremos dos pronunciamentos que classificamos como “retórica da intransigência brasileira”.

4 A RETÓRICA DA INTRANSIGÊNCIA BRASILEIRA

As teses aqui utilizadas são tipos ideais, formuladas para dar conta de grandes eventos históricos que contribuíram para que boa parte dos países fosse cada vez mais democrática. Por serem tipos ideais, ainda por cima aplicados a um espaço de tempo curto, podemos encontrar zonas de interseção difíceis de serem classificadas. Do mesmo modo que podemos dizer que a classificação entre direita e esquerda não é perfeita e que existem outras distinções igualmente válidas, também essa classificação dos pronunciamentos nas teses de Hirschman não é perfeita nem a única possível, sendo a realidade muito mais rica do que as tipologias abstratas. No entanto, para se compreender, descrever a realidade, não se pode abrir mão de conceitos abstratos (BOBBIO, 2001).

Os pronunciamentos classificados como retórica da intransigência foram 56. Destes, dez (17,86%) podem ser enquadrados como tese da perversidade, 11 (19,64%) como tese da futilidade e 36 como tese da ameaça às instituições democráticas (64,28%)⁴¹. Desses números conclui-se que, no caso do Congresso brasileiro, predomina a tese da ameaça e não dos efeitos perversos, que segundo Hirschman (1992, p.117), nos eventos por ele analisado, foi a arma “mais popular e efetiva nos anais da retórica reacionária”.

Dentro da tese da ameaça, 19 pronunciamentos dizem respeito às movimentações sociais que podem desestabilizar as instituições (52,78% dentro da tese da ameaça), e 17 à ameaça à liberdade de expressão ou aos meios de comunicação (47,22% dos pronunciamentos classificados como tese da ameaça). Se formos considerar o número total de pronunciamentos que foram qualificados como retórica da intransigência brasileira, 35,71% dizem respeito à ameaça vinda da ação dos movimentos sociais, tolerada pelo governo de então. A tese é aplicada predominantemente ao MST. Este tipo específico de tese da ameaça é bem mais representativo do que o argumento dos efeitos perversos ou da futilidade. A tese da ameaça à liberdade de expressão ou aos meios de comunicação, no entanto, é quase tão representativa quanto a que se refere aos movimentos sociais.

⁴¹ O resultado dá mais do que 100% porque um pronunciamento aborda simultaneamente a tese da futilidade e dos efeitos perversos.

4.1 A tese dos efeitos perversos

Dez pronunciamentos utilizaram o argumento dos efeitos perversos. Especificamente sobre o Programa Fome Zero ou o Bolsa-família há sete pronunciamentos. É dito, pelas lideranças dos partidos de oposição na Câmara, que o primeiro não era “apenas um programa com mau gerenciamento e boa concepção”; mas “um programa com concepção errada e mau gerenciamento”, que estava jogando fora um trabalho que vinha “sendo feito de forma correta”. O Fome Zero seria “uma superestrutura”, que produzia “desperdício”, por exemplo, ao “transferir alimentos de um estado para outro”. Sugere que se fortaleçam os programas já existentes. Segundo a oposição, não havia “melhor programa de combate à fome do que o Programa de Merenda Escolar”, de modo que o mais correto a fazer era aumentar o valor recebido por criança e melhorar qualidade da merenda escolar. A mesma sugestão é feita para o Bolsa-Escola e o Bolsa-Alimentação. A oposição dizia-se preocupada ao ver “muito marketing, pouca gerência e pouca efetivação dos objetivos” (Jutahy Magalhães Junior, PSDB, 18/03/2003).

É dito que para cada real do Programa Fome Zero que chegava às famílias, “outro real é gasto na administração”. Ou seja: “Para se pagar 50 reais a uma família gastam-se 51 reais na macrocefalia administrativa que o governo arquitetou”, em “burocracia”. É trazida também uma pesquisa de opinião que diz que 69,2% dos brasileiros “dizem que o dinheiro arrecadado é mal utilizado”. Segundo a oposição, “o povo está certo”. E repete os números: “Gastam-se 101 reais para que 50 cheguem na ponta. Isso é ineficiência”. Diz que 62% “apóiam o Programa Fome Zero, mas trinta e poucos por cento, quase 40%, acham que os recursos para o Fome Zero estão mal aplicados” (José Carlos Aleluia, PFL, 21/10/2003).

A oposição diz que o Fome Zero seria “o principal programa de marketing do governo de marketing, porque não é para atender à população de fato”, e fornece outros números, diferentes dos citados acima: “de cada 10 reais desse programa, apenas 1 real seria pago à população”, ou seja, uma porcentagem imensa seria “taxa de administração, convênio, intermediação” (Jutahy Magalhães Junior, PSDB, 11/11/2003).

Mesmo na área social, o que deveria ser o forte do governo de então, existia “inoperância” e “ausência total de propostas”. O Fome Zero teria se mostrado “uma idéia oca, partindo de um diagnóstico errado, chegando a um sucesso efêmero e só de marketing. Produziu mais fiascos do que resultados”. Assim,

tentando inventar a roda, o governo esqueceu seus compromissos históricos, provocando retrocessos inacreditáveis. Um deles foi o aumento do trabalho infantil

em 50%, em 2003. Outro passo atrás foi o total abandono do saneamento, inclusive com a desativação do Projeto Alvorada, que havia realizado o maior investimento já registrado no setor no País. (Custódio Mattos, PSDB, 09/03/2004)

É feita uma denúncia de que “há quem tome dinheiro... do programa mais propagandeado do governo do PT, mais precisamente do Programa Fome Zero”. Diz que “desviar 800 milhões desse programa significa tirar 800 mil pratos de comida da mesa dos brasileiros” (José Carlos Aleluia, PFL, 25/05/2004).

Sobre o Bolsa-Escola (do governo FHC) em comparação ao Bolsa-Família, é dito que:

Enquanto aquela partia do princípio de que o programa não era assistencialista, mas visava obrigar a criança a se manter na escola e a família a realizar obrigações para garantir sua saúde, o programa de Lula passou por cima das exigências de contrapartida e distribuiu dinheiro a torto e a direito. (Alberto Goldman, PSDB, 22/02/2005)

Este argumento foi utilizado juntamente com o argumento da futilidade, dizendo que o Bolsa Família era o mesmo programa que o Bolsa-Escola e outros, porém, com o nome modificado.

É citada uma frase do Presidente aos prefeitos: “Vocês devem controlar o Bolsa-Família. Precisamos saber para quem estamos pagando”. Disso a oposição conclui que o Presidente confessou “que bilhões de reais estão sendo distribuídos sem nenhum tipo de controle”, e fala que em uma cidade, a maioria das famílias que estavam recebendo o Bolsa-Família morava na mesma rua, e que isso seria “absolutamente inexplicável” (Idem, 08/03/2005).

Em relação ao Programa Universidade para Todos, o Deputado diz que tem “divergências ideológicas com o governo” porque acha que ele “está se intrometendo indevidamente e acabará por elevar os custos para os alunos das escolas privadas e por não destinar recursos às escolas públicas”, sendo que a necessidade do país é “escola pública de boa qualidade” (José Carlos Aleluia, PFL, 01/12/2004).

Os últimos dois pronunciamentos falam genericamente dos programas sociais. É dito que o Orçamento não era “bem elaborado” e era “muito mal executado”, que o governo não estava investindo “em despesas da área social inclusiva”, mas “exclusiva”. Quer dizer, os programas aos quais o governo vinha dando prioridade não incluíam “todos os brasileiros”, embora incluíssem “um grande número da população”. O Executivo não vinha dando prioridade a segurança pública, nem a educação, nem a saúde (Idem, 16/12/2004).

A oposição diz, ainda, que “os programas sociais de transferência de renda cresceram em volume, porém sem controle ou avaliação, e seus resultados não podem ser apurados” (Alberto Goldman, PSDB, 03/05/2005).

Note-se que os pronunciamentos que utilizam o argumento dos efeitos perversos dizem respeito, principalmente, à forma pela qual estavam sendo gerenciados os programas sociais Fome Zero e Bolsa Família. Apenas um dos pronunciamentos fala da desvinculação dos benefícios sociais a contrapartidas relativas à educação e saúde, por exemplo. Argumentando na mesma direção, Santos (2006, p.100), dizia que

o fim da obrigatoriedade legal de manter os filhos na escola como um requisito indispensável para que a família seja beneficiária de recursos de programas sociais aponta para um certo desinteresse do governo Lula em romper as relações de clientela existentes historicamente entre o público-alvo das políticas sociais e os governantes de turno.

A exigência de contrapartida já constava na lei que criou o Bolsa Família, em 9 de janeiro de 2004, no Art.3:

A concessão dos benefícios dependerá do cumprimento, no que couber, de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) em estabelecimento de ensino regular.⁴²

No entanto, apenas em novembro de 2004 portarias interministeriais entre o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação dispuseram sobre as normas para o monitoramento das ações de saúde e educação que condicionam o recebimento do benefício⁴³. Até junho de 2006, por causa desse monitoramento, da revisão do cadastro das famílias para evitar duplicidade de pagamento e da sua atualização em função da melhoria da condição das famílias houve cancelamento de 562.351 benefícios do Bolsa Família (WEISSHEIMER, 2006).

A oposição parlamentar não utilizou a tese dos efeitos perversos, o argumento mais influente contra o Welfare State, para defender que “a assistência aos pobres serve meramente para gerar mais pobreza” (HIRSCHMAN, 1992, p.115-6), conseguindo encontrar coerência ao utilizar a tese da perversidade e da futilidade, como veremos a seguir, para tratar dos mesmos programas sociais. PSDB e PFL afirmaram que o Bolsa Família nada mais era do que a unificação dos programas sociais do governo anterior (futilidade), só que mal gerenciados (perversidade), retomando o discurso de que somente eles sabem como se gerencia os assuntos de Estado. Dizer que o Bolsa Família estimulava a preguiça e acabaria por gerar mais pobreza, neste caso, seria o mesmo que falar mal de seus próprios programas sociais, concebidos e implementados no segundo governo de FHC.

⁴² Lei n. 10.836. Art. 1. Disponível em: <<http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2004/10836.htm>>. Acesso em: 12/01/2008.

⁴³ Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu_superior/legislacao_e_instrucoes/portarias-1>. Acesso em: 12/01/2008.

4.2 A tese da futilidade

Onze pronunciamentos utilizaram o argumento da futilidade. Desses, seis falam que o governo Lula apenas modificou o nome dos programas sociais que já estavam em andamento no governo FHC:

milhões de brasileiros das grandes cidades, das periferias, acreditaram no marketing do Fome Zero e agora vêem que esse programa é simplesmente a unificação de todos os programas sociais de Fernando Henrique Cardoso, do governo do PSDB, e nada de novo tem a acrescentar. (Jutahy Magalhães Junior, PSDB, 21/10/2003)

É dito que “aparece certo programa com novo nome, que, na verdade, é o mesmo do governo anterior” (José Carlos Aleluia, PFL, 28/10/2003). A oposição fala, ainda, que a parte da população que apoiava o Programa Fome Zero era “exatamente aquela não beneficiada por ele”, por causa da publicidade. Os diretamente interessados estariam “frustrados”, porque não estariam “recebendo nada além do que os programas que já existiam”, “com nova roupagem, mas dentro da concepção do Bolsa-Escola, do Bolsa-Renda, do Bolsa-Alimentação, do Vale-Gás”, a herança positiva que o PSDB deixou (Jutahy Magalhães Junior, PSDB, 26/11/2003).

O Fome Zero só existiria, então, na publicidade, e suas ações eram os 17 programas do governo FHC que estavam sendo mantidos. Em relação a este programa também é dito que “a marca e a publicidade existem, mas mobilização, conscientização, participação, nada disso existe” (Idem, 11/02/2004).

Novamente é dito que o que teria mudado era só o nome do Bolsa-Escola e dos outros programas já existentes, que passaram a se chamar Bolsa-Família (Alberto Goldman, PSDB, 22/02/2005). A oposição defende que o Bolsa-Família é “legado” do governo FHC, “a junção de todos os programas de proteção social criados” por aquele governo. Lembra o Bolsa-Escola, que “promoveria a ascensão social por intermédio da educação”, o PETI, o Vale-Gás, e o Bolsa-Alimentação, que “transformaram-se no Bolsa-Família” (Jutahy Magalhães Junior, PSDB, 09/10/2006).

Dois pronunciamentos falam sobre a farmácia popular. Um diz que “a população pobre brasileira precisa de um programa de atendimento de saúde que lhe forneça o medicamento”, e que não faz sentido “a inauguração de duas farmácias” para o tamanho da população (José Carlos Aleluia, PFL, 08/06/2004). O outro fala que “o Presidente Lula é mais um cristão paternalista do que um agente anticapitalista”, que ele

esquece de fazer políticas sociais que incluam os brasileiros e faz políticas sociais excludentes, como por exemplo a tão falada Farmácia Popular do Brasil. Quem não tem dinheiro não compra remédio em farmácia popular. Pobre quer que haja remédio no posto de saúde.

A farmácia popular do Presidente Lula, só atenderia, “e mal, à classe média” (José Carlos Aleluia, PFL, 23/11/2004).

Quanto ao Primeiro Emprego é dito que “embora o governo tenha gasto 200 milhões de reais em publicidade”, apenas um jovem teria sido empregado pelo programa. É citado também um outro número: “estão dizendo que não é um, mas 400 empregos. Um ou 400, num país tão grande quanto o Brasil, onde se gastam 200 milhões de reais com propaganda!”. O pronunciamento termina dizendo que “o Primeiro Emprego e o Fome Zero estão no mesmo pé. São programas de propaganda, não são programas sociais” (Idem, 25/03/2004).

É mencionado um artigo intitulado “Atolou o Primeiro Emprego de Lula”, que diz “foi promessa, tornou-se lorota, terminou em vexame. [...] Enganar um garoto que acaba de sair do colégio é covardia”. O jornalista teria relatado “o único caso, até 1 mês atrás – depois o governo inventou outros –, de um cidadão que foi beneficiado pelo Programa Primeiro Emprego” (Idem, 28/04/2004).

Sobre o Programa Universidade para Todos (Prouni), é dito que “não há projeto para o ensino de 3º grau no Brasil”, que é apenas “uma tentativa de criar mais uma marca”, como teria sido o Fome Zero, “que virou zero”. Agora seria “o Universidade para Todos, que é uma expressão até errada porque, evidentemente, a universidade não vai ser para todos” (Idem, 01/12/2004).

Tentando deixar de lado a ilusão referencial, que faz com que as coisas ditas pareçam só poder ser ditas daquela maneira (ORLANDI, 2001), em lugar de dizer que Lula deu continuidade aos programas sociais de FHC, a oposição disse que aquele apenas os apresentava “com nova roupagem”, que apareceu “certo programa com novo nome, que, na verdade, é o mesmo do governo anterior”. A própria lei que criou o Bolsa Família, em 9 de janeiro de 2004, fala da unificação e continuidade dos programas:

O Programa de que trata o caput tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação – Bolsa Escola, instituído pela Lei n. 10.219, de 11 de abril de 2001, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA, criado pela Lei n. 10.689, de 13 de junho de 2003, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde – Bolsa Alimentação, instituído pela Medida Provisória n. 2.206-1, de 6 de setembro de 2001, do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto n. 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastramento Único do governo Federal, instituído pelo Decreto n. 3.877, de 24 de julho de 2001.⁴⁴

⁴⁴ Lei n. 10.836. Art. 1. Disponível em: <<http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2004/10836.htm>>. Acesso em: 12/01/2008.

Segundo Hirschman (1992, p.69-70), o problema da tese da futilidade é que em geral ela é proclamada muito cedo, desconsiderando “o aprendizado social ou o planejamento acumulativo e corretivo”. O argumento da futilidade não considera “*seus próprios efeitos sobre os acontecimentos* com suficiente seriedade”. Ela pode ser, então, auto-realizatória ou auto-refutatória. Auto-realizatória quando “as asseverações sobre a falta de sentido das mudanças e reformas pretendidas enfraquecem a resistência contra sua ulterior emasculação e até provocam seu abandono puro e simples”, ou seja, quando se argumenta que determinada proposta não vai trazer nenhuma real modificação e seus propositores acreditam nisto, deixando-a de lado. Auto-refutatória na medida em que “a própria tensão estabelecida pela alegação de futilidade cria as condições para novos esforços, mais determinados e bem informados, para alcançar uma mudança real”. Em outras palavras, é auto-refutatória quando as críticas fazem com que o projeto de mudança seja aprimorado e a mudança seja realmente realizada. No que diz respeito aos argumentos aqui utilizados em relação ao Fome Zero e o Bolsa Família, poderíamos dizer que quanto ao Fome Zero, tiveram algo de auto-realizatórios, pois o programa foi deixado de lado pelo governo, que passou a dar destaque ao Bolsa Família, sendo os argumentos relativos a este programa auto-refutatórios, já que o programa surgiu da união programas sociais iniciados no governo anterior, mas aumentou significativamente a quantidade das pessoas beneficiadas.

No caso das farmácias populares, que vendem alguns medicamentos bem abaixo do preço de mercado, a crítica quanto ao número de farmácias instaladas foi feita apenas no primeiro dia após o lançamento do programa, e depois cessou, tornando-se assim auto-refutatória, pois até maio de 2006, foram implementadas 147 farmácias populares em 112 municípios de 22 estados e outras 322 encontravam-se em processo de implantação. Quanto à crítica de que tais farmácias só atenderiam a classe média, não foram encontrados dados sobre a variedade e a quantidade de medicamentos existentes nos postos de saúde, distribuídos gratuitamente à população mais pobre. Apenas é disponibilizada a evolução dos gastos com medicamentos em geral pelo Ministério da Saúde, onde se incluem também os gastos com as farmácias populares⁴⁵.

No que diz respeito ao Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, consta na página o nome de mais de 4 mil jovens inseridos pelo programa⁴⁶. No entanto, se para a

⁴⁵ Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/painel_%20indicadores_do_SUS.pdf>. Acesso em: 26/01/2008.

⁴⁶ Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/pnpe/relacaojovens.pdf>>. Acesso em: 26/01/2008.

verba investida em publicidade e para o tamanho do país 400 empregos não fariam diferença, quatro mil também não fariam muita diferença.

Quanto ao Prouni, o programa não foi deixado de lado, mas fato é que não se trata de um programa que vá levar todos à universidade. No seu primeiro processo seletivo, ofereceu 112 mil bolsas e nos quatro anos seguintes pretende oferecer mais 400 mil, de acordo com as metas do Plano Nacional de Educação, “que prevê a presença, até 2010, de pelo menos 30% da população na faixa etária de 18 a 24 anos na educação superior, hoje restrita a 12%”.⁴⁷

Note-se que as questões econômicas não são tratadas nos pronunciamentos que utilizam o argumento da futilidade. Isto provavelmente porque, ao contrário da política tucana que “nos níveis federal e estadual se caracterizou por uma concepção do Estado derivada dos processos econômicos” (ROSENFELD, 2002, p.143), a concepção de Estado petista é derivada das questões sociais.

Ressalta-se, ainda, que no caso da futilidade, o PFL tem seis pronunciamentos e o PSDB, cinco, e no caso da perversidade, o PSDB tem seis pronunciamentos e o PFL, quatro. Como o PFL tem mais do que o dobro dos discursos do PSDB na “retórica da intransigência”, podemos dizer que o PSDB prefere utilizar as teses da perversidade e da futilidade, diferentemente do PFL, que investe mais na tese da ameaça, como veremos a seguir.

4.3 A tese da ameaça às instituições democráticas

Trinta e seis pronunciamentos utilizaram a tese da ameaça. Desses, 19 utilizaram o argumento da ameaça que os movimentos sociais podem trazer a instituições como a propriedade privada e 17 utilizaram o argumento da ameaça à liberdade de imprensa ou aos meios de comunicação em geral.

Segundo Hirschman (1992, p.107), “o domínio da tese da ameaça é mais limitado que o dos argumentos da perversidade e da futilidade”, pois “é preciso que exista memória viva de reformas, instituições ou realizações *anteriores* altamente apreciadas que possam, de uma maneira plausível, ser postas em perigo pela nova medida”. Hirschman diz também que países novos têm uma vantagem: “quando se tratar de dotá-los com, digamos, instituições de Welfare State, não será possível combater esse avanço em nome da preservação de uma

⁴⁷ Disponível em: <<http://prouni-inscricao.mec.gov.br/prouni/Oprograma.shtm>>. Acesso em: 26/01/2008.

tradição de democracia ou de liberdade individuais, posto que dificilmente existirá tal tradição” (HIRSCHMAN, op.cit., p.108). Para ilustrar esta idéia cita o caso da Alemanha de Bismarck que, “livre das amarras de uma forte tradição liberal”, “foi pioneira nas políticas de bem-estar social”. Pelo mesmo motivo, os ataques ao Welfare State teriam sido mais vigorosos na Inglaterra e Estados Unidos do que na Europa Ocidental continental, pois aqueles tinham uma tradição liberal mais forte. O estabelecimento de um conjunto abrangente de política sociais nesses países requer “circunstâncias excepcionais – tais como pressões criadas por uma depressão ou guerra” (Ibidem, p.111).

A propriedade privada que, segundo a oposição, estaria sendo ameaçada pelo MST, faz parte das instituições tradicionais brasileiras, permanecendo praticamente inviolável na história recente do Brasil. Já no que diz respeito à liberdade de expressão, sua reconquista, por ser ainda recente, está bastante viva na memória daqueles que foram diretamente afetados por ela, ou seja, pessoas envolvidas com a política e com os próprios meios de comunicação.

4.3.1 As ameaças à liberdade de expressão e aos meios de comunicação

Em 17 pronunciamentos aparece a tese da ameaça à liberdade de expressão ou aos meios de comunicação. O primeiro deles traz uma entrevista com Octávio Frias, do grupo Folha, em que se disse “receoso” em relação ao socorro especial para a mídia, a ser oferecido pelo BNDES, porque isso tenderia a interferir no setor. Disse ainda que o que interessava ao governo era “a mídia de joelhos”, uma mídia independente não interessaria a governo nenhum. Frias encerra a entrevista dizendo que não se pode “permitir que o governo use e abuse do BNDES, dos recursos públicos, querendo tornar submissa a mídia brasileira”. A oposição diz que, do mesmo modo que Frias, também se preocupa com a possibilidade de que essa “recuperação” se tornasse “um instrumento” para fazer com que a mídia passasse “a servir exclusivamente aos interesses dos que estão de plantão no Poder Federal”. O pronunciamento termina dizendo que o Congresso “não aceitará que a comunicação brasileira esteja a serviço exclusivamente da notícia oficial, gerada para atender os interesses do Planalto”, pois “a sociedade brasileira precisa conhecer o que é bom e o que é ruim no governo”. Isso faria parte da democracia, e o PFL queria “uma mídia que contribua para a democracia” (José Carlos Aleluia, PFL, 29/10/2003).

É dito que o governo “resolveu inspirar-se na democracia à moda chinesa e na cubanização do Brasil, propondo a expulsão do jornalista do The New York Times por ter publicado matéria que desagradava ao Presidente”. Lula teria dito “claramente” que não era “um democrata”. O PT não toleraria críticas. Lembra que o então Ministro e ex-Governador do Rio Grande do Sul Olívio Dutra, durante seu governo, teria tido “mais de 100 processos movidos pelo PT contra jornalistas”. A oposição informa que o correspondente do jornal The New York Times no Brasil era americano, mas casado com uma brasileira e com filho brasileiro, de forma que Lula estaria “expulsando o pai de um brasileiro”. A decisão do Presidente, por “não ter amparo no Constituição”, iria “perder na Justiça”. Lula, “de queridinho da imprensa internacional, que o via com bons olhos por ter sido operário e líder sindical, e pela qual foi recebido com carinho, recebendo tratamento além da sua capacidade”, teria passado a “vilão”. Ele teria prejudicado “sua imagem e a do País”. Quando fosse a qualquer lugar do mundo, iria “pesar em sua biografia o fato de ele, de forma ilegal, ferindo a Constituição, ter tentado banir do Brasil um jornalista”, “cassar o direito de um jornalista de exercer sua profissão”. Alguns jornalistas estariam “preocupados com a hipótese de não poderem mais exercer a profissão”, de sofrerem perseguições. Cita ainda a Prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, que “inconformada com os pífios resultados das pesquisas de rua realizadas pelo Rádio Jovem Pan”, teria entrado “com ação na Justiça para amordaçar essa emissora”. Encerra dizendo que “em todos os lugares, o povo está dizendo não à Marta, não ao PT e não à ditadura no Brasil” (José Carlos Aleluia, PFL, 12/05/2004).

Sobre a mesma questão, é dito que líderes da oposição se pronunciaram “em solidariedade ao governo e ao Presidente pelos termos acintosos e desrespeitosos” do artigo do The New York Times, mas que repudiavam “a insensata e arbitrária decisão do governo de expulsar um jornalista pelas opiniões expendidas em seu artigo”. Este governo estaria agindo “de forma desrespeitosa à instituição da Presidência da República e aos valores republicanos”. É lembrado que “algumas pessoas já foram expulsas do País por emitir opinião, mas no período de anormalidade democrática”. Segundo a oposição, “uma pessoa casada com brasileiro ou brasileira não é mandada para fora do Brasil nem se for criminosa”, muito menos “um jornalista que apenas escreveu um artigo”. Por causa disso, “toda a imprensa mundial” estava questionando “a solidez das instituições e da democracia no Brasil”. Seria preciso que o Presidente e seus assessores se contivessem e governassem “a República do Brasil como estadistas”, sem tomar “decisões pessoais de retaliação”, “sem base jurídica e contrária à democracia no Brasil” (Custódio Mattos, PSDB, 12/05/2004).

Em relação à proposta de criação de um Conselho Federal de Jornalistas, a oposição diz que serviria para “suspender e multar jornalistas, além de impedi-los de exercer sua profissão”, e de ser “inconstitucional, por atentar contra a democracia”, contra “a liberdade de imprensa”. A imprensa não poderia “ser amordaçada” por um governo que demonstrava “traços de autoritarismo”. Lembra do Estado Novo, que “deixou a lembrança amarga do Departamento de Controle”, do regime militar, que “deixou marcas amargas, com as páginas inteiras de jornais que saíam em branco”. Diz tratar-se de proposição “pior do que as ações que ocorreram no Estado Novo, compatível com o que foi praticado contra os meios de comunicação e cultura no regime stalinista, na União Soviética, e no regime ditatorial de Hitler, na Alemanha”. E pergunta como pode o Presidente, que construiu um partido utilizando-se da liberdade da imprensa, “além de querer amordaçar o Ministério Público e tratar com intolerância a Oposição”, propor a criação do Conselho Federal de Jornalismo, com “o propósito de amordaçar a imprensa, por intermédio dos sindicatos manipulados pelo governo”. A oposição diz que a sociedade “protesta contra a idéia de que exista no Brasil apenas a imprensa oficial, que atenda aos caprichos do Palácio do Planalto”. A simples tramitação desse projeto estaria trazendo a seguinte ameaça à imprensa: “tratem o governo bem, parem de fazer denúncias sobre corrupção no governo, senão aprovaremos um projeto que permita suspender os direitos de exercer a profissão de jornalista, bem como multar empresas de jornalismo”. Os jornalistas estariam condenando o projeto, que chegava a ser qualificado como “o conselho de Goebbels, chefe da propaganda nazista”. Segue dizendo que a Câmara não pode continuar “funcionando com a presença desse entulho autoritário tramitando nas Comissões”, dessa “tentativa de controle dos meios de comunicação, do jornalismo brasileiro”, que, aliás, “foi a responsável pela retirada de um Presidente da República, com o apoio do PT”. A imprensa seria “responsável pela preservação e pelo fortalecimento da democracia brasileira” e este projeto pretenderia “controlar e monitorar a imprensa, calar o jornalismo, impedir as denúncias e destruir o jornalismo investigativo” (José Carlos Aleluia, PFL, 11/08/2004).

A oposição fala novamente do jornalista que foi expulso do País, de “forma intolerante”, da proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo, “a fim de suspender o direito de exercer a profissão daquele jornalista que não agrada o PT, a CUT e Lula”, e diz que não votará nada enquanto esse “autoritário projeto” tramitar. Fala, também, do projeto do Ministério da Cultura, que pretenderia “controlar, supervisionar a cultura brasileira, o cinema, o audiovisual, a novela”, de forma que a novela não mais poderia falar do que não agradasse o governo (Idem, 18/08/2004).

Ainda sobre o projeto que pretendia “monitorar, fiscalizar, inibir, amordaçar, limitar, castrar a imprensa brasileira”, “pelegar o jornalismo, através da CUT, a central pelega do governo”, a oposição diz que “está sendo repudiado por toda a imprensa”. Fala também que o governo “quer controlar o cinema, quer fazer com que a sociedade brasileira fique toda submissa ao governo Lula” (José Carlos Aleluia, PFL, 24/08/2004).

É dito que não se pode “entregar o controle do jornalismo brasileiro à CUT, o braço sindical do governo”. O projeto do Conselho seria “fascista”, pois pretendia “controlar a imprensa, suspender o direito de os jornalistas exercerem a profissão, como, aliás, o Presidente da República quis fazer com o correspondente do jornal The New York Times” (Idem, 17/11/2004). Além disso, é dito que queriam “calar o sistema audiovisual brasileiro, com o projeto de lei que cria a Agência Nacional do Cinema, para tentar colocar o cinema a serviço do governo” (Idem, 23/11/2004).

A história democrática do Presidente não comportaria “instituições como o Conselho Federal de Jornalismo, que representaria instrumento semelhante aos criados na década de 30 por Stalin e Hitler, com a pretensão de estabelecer a imprensa oficial”. Cita ainda o projeto que “tenta controlar o audiovisual e o cinema” através da criação da ANCINAV, “o que seria uma agressão à televisão brasileira, ao cinema brasileiro e à criação brasileira”. Não seria admissível que só houvesse “arte oficial, imprensa oficial, cinema oficial, audiovisual oficial ou música oficial” (Idem, 15/12/2004).

A oposição fala de jornalistas que teriam sofrido “intimidação” durante o depoimento na PF, tendo seu direito de se manifestarem livremente “cerceado”, em razão das reportagens sobre o “dinheiro apreendido no processo de tentativa de compra de um dossiê fajuto, com o claro intuito de interferir nas eleições de São Paulo”. Recorda que “a liberdade de imprensa foi uma conquista da democracia”, e que o PT não conseguia “conviver com a crítica, com a investigação e com atitudes de liberdade”, o que causava “profunda preocupação nas pessoas que acreditam no valor essencial da liberdade da democracia e no direito de a imprensa se manifestar livremente”. Diz, ainda, que “a imprensa brasileira é livre”, e que “se ela é parcial ou tem posições partidárias, esse é um direito de quem publica, porque cada um publica o que quiser”. A oposição encerra o pronunciamento falando que espera “que fatos semelhantes não voltem a se repetir, pelo bem do processo de normalidade democrática” (Jutahy Júnior, PSDB, 31/10/2006).

A tese da ameaça em relação à liberdade de expressão ou dos meios de comunicação se concentrou no ano de 2004, quando os projetos que propunham a regulamentação dos meios de comunicação e da atividade jornalística começaram a ser discutidos. Nota-se que

invariavelmente qualquer tipo de regulamentação nesse setor é tratado como censura ou como uma prática autoritária. Aliás, a discussão do capítulo anterior se encontra de algum modo aqui representada, especialmente no que diz respeito ao caráter autoritário do governo, que estaria desrespeitando a Constituição ao propor tais projetos. Nessa situação, ao utilizar a tese da ameaça, a oposição conseguiu alcançar seus objetivos, conservando tudo como estava, pois a criação do Conselho Federal de Jornalismo e da Ancinav não foi levada adiante.

A tese da ameaça é mais utilizada nos pronunciamentos do PFL, sendo a diferença entre estes e os pronunciamentos do PSDB ainda maior no caso da liberdade de expressão e dos meios de comunicação, em que o PFL tem 15 pronunciamentos e o PSDB dois. No que diz respeito ao MST, como veremos abaixo, a diferença diminui um pouco: o PFL fez 13 pronunciamentos, enquanto o PSDB fez seis. No entanto, devemos levar em consideração que o ano de 2004, onde se concentram os pronunciamentos sobre a ameaça à liberdade de expressão ou dos meios de comunicação, foi um ano em que o PSDB fez muito poucos discursos. Talvez por isso a diferença caia em relação ao MST, já que não teve um único acontecimento ou uma única proposta do governo em relação ao movimento que concentrasse os pronunciamentos em um determinado ano. Outra explicação possível para o caso relacionado aos meios de comunicação, pode ser o número de deputados e senadores que possuem concessões de radiodifusão em um ou outro partido. No PSDB, seriam quatro deputados e seis senadores. No PFL, seis deputados e 10 senadores (LIMA, 2006, p.133-140)⁴⁸, ou seja, os políticos do PFL são mais diretamente interessados no fato de o setor continuar operando sem regulamentações mais precisas e atuais.

4.3.2 Ameaça dos movimentos sociais à democracia

Dos 19 pronunciamentos aqui classificados, o primeiro deles diz que uma reunião do PT “condenou a formação de milícias armadas por latifundiários, por entendê-las desafiadoras do Estado de Direito e estimuladoras de conflitos”. A oposição concordou que “as milícias são inconvenientes”, mas disse que o governo tinha “o dever de restabelecer a ordem e a paz

⁴⁸ No caso dos deputados, estes são concessionários diretos, ou seja, não foram feitos cruzamentos com nomes de parentes – marido/mulher, filhos(as) ou pais –, já o levantamento relativo aos senadores, mostra senadores ligados diretamente ou através de parentes a veículos de comunicação. No PT não há nenhum deputado concessionário direto, mas há dois senadores com vínculo na composição acionária da emissora (um com um primo e a outra com uma doadora de campanha).

nas cidades e no campo”. Quem estaria levando “intranqüilidade ao campo brasileiro” era o MST, e o governo se mostraria “omisso”. O presidente do INCRA, “ao ver destruídas instalações públicas, propriedade da União, afirmou que aquilo era normal”. Por isso, o MST não iria parar. Os produtores estariam parando de produzir e abandonando suas terras porque sabiam que o governo não era “capaz de cumprir a lei e assegurar a ordem” (José Carlos Aleluia, PFL, 19/03/2003).

Note-se que neste pronunciamento temos um exemplo de utilização do argumento da ameaça conjugado com a tese dos efeitos perversos, ou seja, o MST ameaçando e propriedade privada e gerando insegurança, geraria o efeito perverso de diminuir a produção agrícola. Esta situação pode ser observada, também, em outros pronunciamentos abaixo.

Desde janeiro as invasões estariam se multiplicando⁴⁹. A presença de trabalhadores sem terra à margem das estradas, segundo a oposição, colocaria “em risco as crianças, as famílias e as pessoas que trafegam no local, além de provocar desordem, baderna”. Há pouco tempo, trabalhadores rurais sem-terra teriam assaltado, saqueado e roubado cargas no Estado de Pernambuco, e invadido uma empresa de eletricidade, “supostamente reivindicando eletrificação rural”. A gravidade dos fatos estaria no fato de o Presidente, “que foi legitimamente eleito com o voto da maioria do povo brasileiro, ter dado as costas ao brasileiro que quer a ordem, que quer a preservação da Constituição e do direito de propriedade”. A oposição fala que o Presidente “jamais poderia ter colocado na cabeça o símbolo da desordem”, pois não teria “o direito de ofender a agricultura brasileira”, e pergunta-se: “Pode um Presidente da República demonstrar intimidade com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ao ponto de colocar um biscoito na boca de um dos seus líderes? Pode um Presidente da República aparecer com um boné do MST?” Responde que não pode, pois “tem de vestir a camisa do Brasil, a camisa dos brasileiros que o elegeram”. A oposição diz que não poderíamos “passar ao mundo e ao Brasil a idéia de que o Presidente apóia o descumprimento da lei e a afronta à propriedade privada”. O Presidente não poderia “dar as mãos ou pôr na cabeça o boné de instituições que invadem pedágios e propriedades públicas, destruindo-as”, porque “representa o Brasil e a sua Constituição”. O pronunciamento é encerrado afirmando que:

As Prefeituras já não suportam mais. Ontem, um Prefeito disse que fecharia a cidade, que tem mil habitantes na sede e que agora tem mais de 100 mil sem-terra acampados. E amanhã todos os jornais do Brasil e do mundo vão mostrá-lo usando o boné de um movimento que os grandes historiadores classificam como um

⁴⁹ Ver Tabela 2, p.92, sobre o número de ocupações ocorridas, anualmente, entre 1999 e 2006.

movimento de bandoleiros sociais e, não, um movimento social. (José Carlos Aleluia, PFL, 02/07/2003)

Neste mesmo dia, a outra liderança da oposição fala que o MST bloqueia rodovias, produz violência, e que seu líder diz que as “ocupações não vão parar”. O governo estaria omissivo, possibilitando “desordem na vida do campo” por causa de uma “concepção equivocada sobre a questão da terra”. Diz que

Na hora que o governo Federal aceitou que o INCRA e suas agências estaduais pudessem ser representadas por movimentos sociais, deixou de ter a capacidade de ser agente moderador, negociador, para adotar a postura de alguém que defende simplesmente uma parte.

A oposição menciona a MP n. 2.183, que pretendia controlar as invasões ao determinar que as áreas invadidas não pudessem ser “passíveis de reforma agrária”, e diz que o Ministro do Desenvolvimento Agrário teria aventado a possibilidade de modificá-la. Ao não cadastrar os invasores, o governo estaria dando sinal de que a invasão podia continuar, uma vez que a medida provisória não seria aplicada. Seria desejável que não houvesse “conflito e insegurança”, que o governo agisse “de acordo com a lei e com as normas institucionais”, que a lei fosse preservada e que o Estado de Direito fosse “de fato a norma do exercício do poder neste País”. Diz, ainda, que não é “a favor do radicalismo de proprietários que contratam milícias”, mas que também não se pode “aceitar que aqueles que têm terra, produzem e geram emprego se sintam inseguros em virtude da falta de ação do governo Federal”. Termina o pronunciamento defendendo a aplicação da MP para que se dê “um basta à desordem e à insegurança que prejudicam a vida de cidadãos livres, que desejam trabalhar, produzir e proporcionar tranquilidade para suas famílias” (Jutahy Magalhães Junior, PSDB, 02/07/2003).

O PFL diz que quer “investigar a violência no campo, o crescente número de invasões e de assassinatos, a eventual participação de membros do governo Lula no estímulo a invasões de propriedades privadas, produtivas ou não, e também o descumprimento de ordem judicial”. Alega que “nada além da mudança do governo poderia sugerir que o Brasil tivesse agora um recrudescimento da violência no campo”⁵⁰. Fala do Procurador-Geral da República, que “também tem de se submeter à lei e não pode estimular a invasão de terras, dizendo não constituir crime a invasão de terra produtiva”. A oposição não seria contra a reforma agrária, apenas não queria que se implantasse no campo “o desestímulo ao investimento”, que estaria ocorrendo no país “por falta de segurança nos investimentos” (José Carlos Aleluia, PFL, 09/07/2003).

⁵⁰ Dados sobre o número de mortes decorrentes de conflitos agrários também constam na Tabela 2, da página 92.

É lida uma notícia que fala de um repórter fotográfico baleado e morto “quando fazia uma reportagem sobre o terreno da Volkswagen”, “invadido por sem-teto”. É dito que o Presidente “prometeu à Nação o milagre do crescimento”, mas estava “favorecendo o milagre das invasões” e que “além de multiplicar as invasões do campo”, estava “trazendo as invasões para a cidade”. Lula teria “o dever de manter a ordem no País”. Não seria somente por causa dos juros altos, dos elevados impostos ou dos baixos investimentos que o Brasil não crescia, mas também porque os investidores não estavam “confiando no Brasil governado pelo Presidente Lula”. O pronunciamento é encerrado dizendo que “as mortes se multiplicam nos acampamentos forjados, construídos e estimulados pela participação do governo e de seus Ministros” (José Carlos Aleluia, PFL, 23/07/2003).

A oposição comenta uma declaração de João Pedro Stédile, um dos líderes do MST, que teria convocado “os colonos à luta”: “A luta camponesa abriga hoje 23 milhões de pessoas. Do outro lado há 27 mil fazendeiros. Essa aí é a disputa”. Stédile teria se perguntado: “Será que mil perdem para um? É muito difícil. O que nos falta é nos unirmos, para cada mil pegarem um. Não vamos dormir até acabar com eles”. Segundo a oposição, esta última frase não era “uma declaração isolada”, refletia “o espírito do governo, das autoridades do governo”. As invasões estariam também saindo da área rural e indo para a cidade de São Paulo, cujo Governador estava tendo “posição firme em defesa da legalidade, da propriedade e da ordem”. Já o governo Lula poderia “perder o ritmo da administração” se continuasse “permitindo e estimulando atitudes como a de Stédile”, que incita “à violência, à guerra civil” (Idem, 24/07/2003).

É dito que existia “um clima de insegurança com relação à postura adotada pelo governo” em relação aos sem-terra e aos sem-teto. Existiria, por parte destes movimentos, “uma ação clara e ostensiva de transgressão da lei”. Pela declaração do Presidente percebia-se que ele admitia “a possibilidade de transgressão parcial de normas”, o que seria um “absurdo jurídico”. O governo não publicava, “como determina a lei, no Sistema Nacional de Cadastro Rural, as áreas invadidas e o nome dos invasores”, os quais deveriam “ser excluídos do rol de possíveis beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária”. Segundo a oposição, durante a campanha eleitoral, Lula teria garantido ao MST que revogaria a MP que faz essa exigência, mas depois teria visto “que tal atitude seria insensata” e para não descumprir a promessa, não estaria “cumprindo o dispositivo legal”. As invasões não constavam no cadastro do INCRA, porque o INCRA estava “sob o domínio do MST”, e, portanto, não tinha “condições de aplicar a lei da maneira adequada”. A oposição diz, ainda, que invasões eram patrocinadas por Vereadores do PT. O governo do PT estimularia conflitos e criaria

“dificuldades para a ordem democrática e jurídica e para o Estado de Direito”. Encerra o pronunciamento dizendo que o povo brasileiro desejava “paz no campo, possibilidade de produzir” e um governo que lhe assegurasse “tranquilidade e segurança” (Jutahy Magalhães Junior, PSDB, 30/07/2003).

Outro pronunciamento diz que o MST prometia “mais invasões, como se resolvessem alguma coisa”. O governo não estaria “fazendo nada” e os fazendeiros não estariam mais investindo. A produção agrícola estaria começando “a sofrer com a desorganização provocada pelo MST, parceiro do governo e de Lula” (José Carlos Aleluia, PFL, 29/03/2004).

Fotografias publicadas em jornais mostravam “invasões do MST”, com cenas classificadas como típicas e deploráveis “de um país em desordem e de um governo que não honra compromissos”. É dito que o país que não era “levado a sério pelo governo”, pois uma das principais lideranças do PT beijou “na face o líder do MST”, que prometeu “um abril vermelho no Brasil”. Além disso, o Presidente teria resolvido “liberar dinheiro para o movimento, para alimentar a desordem”. É citada uma “invasão no sul da Bahia da propriedade da Veracel Celulose, projeto de 1,25 bilhão de dólares que pretende exportar 500 milhões de dólares por ano”. A oposição diz que “ninguém investe no Brasil porque não há confiança no governo”, e defende que a empresa era “ecologicamente equilibrada”, tendo “70 mil hectares de eucaliptos cultivados e 70 mil hectares de florestas preservadas”. Pergunta novamente: “Quem pode confiar no Presidente da República, que usa o chapéu do movimento que quer inviabilizar o País e seu governo?”. Dessa forma, o governo só entregaria “mais desemprego e mais cesta básica à população” (Idem, 06/04/2004).

O governo teria pagado passagens para Stédile ir a um evento. O líder do MST foi qualificado como um “fora da lei”, que promovia “o desrespeito à lei e a agressão ao direito à propriedade privada”. Com isso, o governo estaria “financiando a violência no campo”. É dito que

Milhares de pessoas já não podem morar em suas propriedades, porque além das invasões existem os assaltos, os furtos e os roubos à mão armada por mascarados que invadem em bandos as fazendas, estimulados pelo Sr. Stédile, por sua vez financiado pelo Ministério do Meio Ambiente. (Idem, 03/08/2004)

É argumentado que “as grandes dificuldades de crescimento das economias emergentes estão associadas à fragilidade das instituições” e que uma das instituições era “o princípio da liberdade da propriedade privada e da produtividade” (Idem, 25/08/2004), ameaçada pelas invasões e pela postura do governo.

A oposição diz que não havia motivo algum para que o MST, composto de “bandoleiros sociais”, invadisse “instalações de produção de energia, como a Companhia

Hidrelétrica do São Francisco”, e que seriam episódios como esses que fariam “aumentar o Custo Brasil e o Risco Brasil”. Fala que o povo brasileiro queria reforma agrária, mas não aceitava “a anarquia no campo promovida pelo MST”, que invadiu uma subestação e ameaçou “desligar a energia que supre todos os Estados do Nordeste,” pondo “em risco a produção nacional, o funcionamento dos hospitais, das cidades, a vida dos brasileiros do Nordeste”. A oposição diz que era inaceitável que o governo estimulasse o MST, um “empecilho para o desenvolvimento nacional”. Assim, “uma das maiores ameaças, um dos maiores obstáculos ao crescimento brasileiro” seria “o desrespeito à lei”. Encerra o pronunciamento dizendo:

Não podemos aceitar que o Brasil seja paralisado por um movimento, fora do controle do governo, que funciona com verbas públicas. [...] o MST faz mal ao Brasil, faz mal à reforma agrária e faz mal a quem acredita na propriedade privada, no investimento no campo e na produção rural. (José Carlos Aleluia, PFL, 10/11/2004)

Outro pronunciamento defende que a reforma agrária “tem relevância e urgência”, “mas não do modo como este governo faz: financiando de forma absurda o movimento dos sem-terra” (Rodrigo Maia, PFL, 05/10/2005).

É dito que o governo vinha permitindo uma “escalada de vandalismo”, através do MST e do Movimento das Mulheres Camponesas e da Via Campesina, que teria atingido “o ápice no Rio Grande do Sul”. O Executivo estaria sendo “leniente e passivo em sua ação para impedir arbitrariedades, abusos e crimes contra a propriedade privada”. O governo, que teria que “cumprir a lei, criar condições de investimento, produção e geração de emprego”, não se preocupava “com os investimentos privados e internacionais feitos no Brasil”. As invasões estariam disseminadas e seriam “ações deliberadas para corromper as instituições e fragilizar a legislação”. Enquanto o país recriminaria essas ações como antidemocráticas, o Presidente não dava “uma única palavra sobre esses atos”, o que estimularia “os movimentos que utilizam essa forma de ação a cometerem esses atos de forma continuada”. O governo Lula também não aplicava a lei, a MP criada no governo passado, que determinava estar “excluído do programa de reforma agrária quem invade terra, quem faz ocupação ilegal”. Por isso, seria evidente que o governo admitia, apoiava e estimulava invasões, dando “legitimidade a ações ilegais”. Os invasores teriam chegado “ao ponto de depredar um lugar de pesquisa”. Isso estaria ligado “a pessoas vinculadas ao PT”, “eleitoras do Lula”, “da sua base de apoio”. O governo tinha “de punir seus executores, excluindo-os de projetos de assentamento e de programas de créditos”, como mandava a lei. O Presidente se omitia “ante ações criminosas em áreas de plantio, produção e investimentos, as quais precisam de proteção de governo para

continuar gerando emprego, produção e riquezas para o País”. O PT e o governo teriam “posições dúbias sobre tudo”: “há o PT que está ao lado dos que depredam e o PT que finge que está condenando esse tipo de ação”. O Partido dos Trabalhadores teria dito, ao longo de sua trajetória, “que estimularia a reforma agrária da forma que fosse necessária – de forma democrática ou ilegal, ilegítima e arbitrária, ou vândala”, como estaria acontecendo. Teria sido essa a razão do aumento do risco-Brasil (Jutahy Magalhães Junior, PSDB, 09/03/2006).

O governo Lula não teria respeitado o dinheiro público e cumprido as leis, teria permitido a baderna e perdido a respeitabilidade. Este governo não teria “moral nem condições éticas de fazer comparação com qualquer governo na história do Brasil”. O episódio do MLST ocorrido na Câmara é classificado como “um ato de vandalismo praticado por pessoas acusadas inclusive de tentativa de assassinato”, “ligadas ao PT, da Executiva Nacional do PT”. Elas teriam tido “assento nas negociações com o Presidente Lula e não sofreram nenhuma sanção pelos atos criminosos que praticaram”. Esses movimentos seriam pagos com dinheiro público e teriam “todo o respaldo do governo”. O principal responsável pela ação ocorrida “esteve reunido com o Presidente”, o que estamparia a “responsabilidade do governo nessas ações”, e teria dito “depois de tudo o que aconteceu – depredação, violência e lesão corporal grave com risco à vida – [...] que não tinha nada do que se desculpar, porque veio reivindicar seus direitos de movimento social”. Bruno era “dirigente nacional do partido”. A oposição lembra também do episódio da Aracruz no Rio Grande do Sul, quando foi destruído seu centro de pesquisa pela “mesma turma de baderneiros”. Nessa situação também não teria havido “ação efetiva do governo do Presidente Lula para coibir as ações desses movimentos sociais vinculados ao PT”. Se o governo continuasse omissivo, haveria “ampliação dessas atitudes bárbaras”. Diz que o MST é sustentado pelo governo e tem apoio político deste, de modo que

Diante da certeza de que a legislação não é cumprida, de que não há punição, de que não há perdas de recursos, de que não há nenhuma ação efetiva do governo, praticam cada vez mais ações, com maior intensidade, para conseguirem mais visibilidade.

Lula não teria sido visto “condenando a barbárie”, apenas teria sido publicada “uma nota oficial”. O Presidente continuaria “conversando, negociando com eles e colocando na cabeça o chapéu dessa gente em todas as solenidades, enquanto teria o dever de exigir a punição dos culpados” (Idem, 07/06/2006).

Novamente tentando deixar de lado o esquecimento enunciativo (ORLANDI, 2001), que nos faz pensar que o que foi dito só podia ser dito com determinadas palavras, vemos que o que o MST e parte do governo qualificam de “ocupação” a oposição qualifica de “invasão”.

Christa Berger (1998, p.132), demonstra o significado que essas palavras trazem com elas. Na ação de “*Invadir* – existe um obstáculo (legal, no caso); este obstáculo é vencido; vencer significa, aqui, transgredir; a transgressão permite punição; o ato (*invadir*) é ilegal”. Já na ação de “*Ocupar* – não há obstáculo; trata-se de algo devoluto; não há transgressão; não pode haver punição; o ato é legal”. Ou seja, chamando-se as ações do movimento de *invasões*, remete-se a uma defesa da propriedade privada, defini-se o movimento como transgressor das leis e se endossa, de certa forma, a repressão. Optando por utilizar a palavra *ocupação*, como o então Ministro do Desenvolvimento Agrário fazia, sustenta-se o conceito de propriedade social da terra, fazendo, assim, com que a repressão ao MST fosse ilegal.

A Ouvidoria Agrária Nacional, órgão do Ministério do Desenvolvimento Agrário, disponibiliza os seguintes dados⁵¹:

Tabela 2 - Número de ocupações e de mortes decorrentes de conflitos agrários

Ano	N. de ocupações	N. de mortes decorrentes de conflitos agrários	N. de pronunciamentos realizados no período analisado
1995	145	41	-
1996	397	54	-
1997	455	30	-
1998	446	47	-
1999	502	27	-
2000	236	10	-
2001	158	14	-
2002	103	20	-
2003	222	42	9
2004	327	16	5
2005	221	14	1
2006	266	41	4

Fonte: Dados MDA, tabela construída pela autora.

Assim, o fato de quase metade dos pronunciamentos se concentrarem no ano de 2003 não possui relação com um maior número de ocupações no governo Lula, que ocorreram em 2004, mas alguma relação com o número de mortes em conflitos agrários, que foi o maior

⁵¹Disponível em: <http://www.mda.gov.br/arquivos/Relatorio_Ouvidoria_Agraria_5_2006.pdf>. Acesso em: 27/01/2008

neste ano. Entretanto, a diferença para o número de mortes no ano de 2006 é pequena (42, em 2003, e 41, em 2006), de forma que não parece ser isto que justifica o maior ou menor número de pronunciamentos da oposição, predominante do PFL, sobre esta questão. Deve-se considerar, também, que no ano eleitoral de 2006 a oposição deixa de privilegiar a Câmara dos Deputados como local de enunciação, pois de todos os pronunciamentos classificados como retórica da intransigência brasileira, apenas cinco foram feitos nesse ano.

No entanto, há de se levar em conta que o ano em que houve troca de governo foi 2003, e nesse ano, de fato, as ocupações quase dobraram, enquanto nos dois últimos anos do governo FHC, esse número vinha caindo, o que talvez justifique o maior número de pronunciamentos sobre o tema no primeiro ano do governo Lula.

Além disso, como os números de ocupações e de mortes apresentam grandes oscilações, não há como dizer que os governos de FHC ou que o primeiro governo Lula conseguiu lidar melhor com os conflitos no campo. Apenas podemos constatar que a violência no campo não está diretamente relacionada com o número de ocupações.

A questão agrária é muito complexa porque envolve o âmbito federal e estadual. Mesmo que exista um projeto nacional de reforma agrária, quem lida diretamente com as ocupações são as polícias militares dos estados, que podem ter um tipo de orientação para relacionar-se com os movimentos sociais diferente da adotada pelo governo federal. Estas questões precisariam ser levadas em consideração para podermos realizar uma análise mais profunda entre a utilização da tese da ameaça e os acontecimentos relativos à reforma agrária.

A opção do PFL por esse tipo de tese (utilizou-a em 28 pronunciamentos, enquanto o PSDB, em oito), pode ser associada à trajetória mais conservadora desse partido, que embora vote junto com o PSDB na maioria das vezes, adota um discurso diferente. Já o PSDB, por possuir uma concepção de capitalismo mais moderna e um discurso mais racional, opta pelo argumento da futilidade em relação aos programas sociais de Lula, em que sustenta serem os mesmos criados por eles com outros nomes, e aposta na tese dos efeitos perversos para dizer que esses programas eram mal gerenciados.

O próximo capítulo sintetiza as conclusões a que chegamos através da realização desta pesquisa.

5 CONCLUSÕES

A oposição brasileira de direita, apesar da importância do PMDB, partido-dobradilha que ao fazer parte da base de sustentação junto tanto a partidos de direita quanto de esquerda poderia reduzir a alternância de governo a uma semi-alternância entre centro-direita e centro-esquerda (SEILER, 2000), fez uma oposição para além dos parâmetros considerados razoáveis em governos democráticos contemporâneos. Como vimos no segundo capítulo dessa dissertação, o número de votações contrárias ao governo, segundo por Pasquino (1998), deveria variar entre 20 e 40%. No caso do primeiro governo Lula, este número ficou em 50,2%. Sem dúvida, a oposição foi grande, mostrando que, de forma alguma, foi assimilada ou cooptada pelo governo.

O PSDB e o PFL, pela primeira vez na oposição no âmbito federal, fizeram um discurso de desqualificação do adversário voltado quase exclusivamente para desconstruir, não o governo Lula ou o Presidente em si, mas o PT, partido que vinha crescendo nas preferências eleitorais, eleição a eleição, até 2002. A oposição focou-se na mudança que o partido teria sofrido após ter virado governo, principalmente, no que diz respeito à condução ética e transparente das atividades partidárias e governamentais. No entanto, não deixou de fazer alusões a outras mudanças referentes à política de juros, a reforma da previdência, aos aumentos salariais e pagamento da dívida com o Fundo Monetário Internacional. A oposição também tentou construir a imagem do primeiro governo de Lula como um governo autoritário, que praticava ações inconstitucionais e, além disso, partidarizava e aparelhava o Estado. O governo do PT, com o controle que teria sobre a Polícia Federal, a Controladoria Geral da União, a Caixa Econômica Federal, a Petrobras, etc., utilizaria estes órgãos com a finalidade de servir ao partido, desfazendo a linha que separa partido, governo e Estado.

No que diz respeito à “retórica da intransigência brasileira”, as teses da futilidade e da perversidade foram utilizadas para atacar os programas sociais do governo Lula, especialmente o Fome Zero e o Bolsa Família. Após as críticas sofridas pelo Fome Zero, de que tinha uma concepção ruim, partia de um diagnóstico errado e era estrategicamente difícil de colocar em prática, este programa foi de certa forma posto de lado pelo governo e, em seu lugar, foi colocado o Bolsa Família. A oposição conseguiu dar coerência à utilização conjunta dessas teses ao argumentar que este programa nada mais era do que a unificação dos programas de FHC (futilidade), mal gerenciados, porque gastavam muito com a administração e porque não tinham controle sobre quem o recebia (perversidade). Provavelmente por uma

questão de lógica, a oposição não utilizou o discurso de que o esse tipo de programa social estimulava a preguiça e gerava mais pobreza, pois assim estaria criticando os programas que ela mesma havia criado no governo anterior.

Dos treze pronunciamentos que trataram dos programas mencionados, nove foram sobre o Fome Zero, realizados principalmente no ano de 2003, mas também em 2004. O Bolsa Família, no entanto, foi alvo de uma das teses de Hirschman somente em quatro pronunciamentos, sendo três em 2005 e apenas um no ano eleitoral de 2006, sendo que esse argumentava que o programa era “legado” do governo FHC. O fato de não haver qualquer pronunciamento que tratasse do Bolsa Família utilizando a tese da perversidade no último ano do governo provavelmente se deu em função da percepção geral de que se tratava de um bom programa social.

O Programa Universidade para Todos também foi tema da retórica da intransigência brasileira, tanto com a utilização da tese da perversidade, ao dizer que iria acabar por encarecer o ensino superior privado e diminuir o investimento nas universidades públicas, quanto com a utilização do argumento da futilidade, ao dizer que, de qualquer forma, não levaria todos à universidade, sendo apenas a tentativa de criar mais uma marca a ser aproveitada pela propaganda do governo, como teria sido o Fome Zero.

Foram abordados, ainda, através da tese da futilidade, dois outros programas: o Farmácia Popular e o Primeiro Emprego. No que diz respeito às farmácias populares, foi dito, primeiramente, que elas existiam em número irrisório. Posteriormente, foi dito que não atendiam aos pobres, faixa da população que não pode pagar pelos seus remédios, mesmo que disponibilizados com descontos. Assim, as farmácias populares acabariam por beneficiar a classe média, ao contrário do que ocorreria se mais remédios fossem oferecidos gratuitamente em postos de saúde. Quanto ao Programa Primeiro Emprego, foi argumentado que, para o tamanho do país, o número de empregos gerados não era significativo.

As questões econômicas não são tratadas nos pronunciamentos que classificamos como relativos ao argumento da futilidade. Isto provavelmente porque, ao contrário da política do PFL e PSDB, que se caracterizou por uma concepção do Estado derivada dos processos econômicos, a concepção de Estado petista é derivada das questões sociais. As questões econômicas, no entanto, tem algum lugar no discurso de desqualificação do adversário, onde é dito que o PT modificou muito suas idéias e posicionamentos em vários assuntos, como se viu no capítulo 3.

Os pronunciamentos que utilizaram uma dessas teses (futilidade e perversidade), somados, não chegaram ao número ao número de pronunciamentos da oposição que se

utilizaram da tese da ameaça. Na realidade, o número de pronunciamentos que utilizou o argumento da perversidade (10 pronunciamentos) ou o argumento da futilidade (11 pronunciamentos) foi quase o mesmo, não havendo nenhum destaque semelhante ao que Hirschman havia encontrado para o argumento dos efeitos perversos.

Em relação à ameaça à liberdade de expressão e aos meios de comunicação em geral, os pronunciamentos versaram principalmente sobre a tentativa de expulsão do correspondente do New York Times, a proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo e a proposta de criação da Ancinav. PFL e PSDB disseram que o governo queria cassar o direito dos jornalistas de exercer a profissão, que ele queria censurar, “amordaçar”, controlar a imprensa e a produção cultural do país, torná-las oficial, transformando o jornalismo investigativo em propaganda do governo, para que só se falasse do que o agradava. Isto poderia ocorrer também com as novelas, o cinema, a arte e a música nacional. A oposição argumentou que este governo não conseguia conviver com a crítica e intimidava repórteres para impedir denúncias, para que a imprensa não pudesse fiscalizar o poder. Como estas coisas aconteciam em ditaduras, as instituições brasileiras estariam sendo questionadas. Nesses pronunciamentos, em vários momentos, é retomado o discurso de desqualificação do adversário tentando construir a imagem do governo como um governo autoritário.

Fazendo uma análise mais quantitativa, esta argumentação da ameaça à liberdade de expressão e aos meios de comunicação foi encontrada em 17 pronunciamentos e o destaque para esse tema talvez esteja relacionado ao número de deputados e senadores vinculados a alguma concessão de radiodifusão que estes partidos possuem. O PFL fez bem mais pronunciamentos (15, enquanto o PSDB fez somente dois) e tinha mais deputados e senadores concessionários de veículos de radiodifusão (16 ao todo, contra dez do PSDB e dois do PT). Note-se ainda que os dois pronunciamentos realizados pelo PSDB não diziam respeito ao Conselho Federal de Jornalistas nem à Ancinav, mas ao episódio do correspondente do New York Times e à maneira como a Polícia Federal agiu com os jornalistas que fizeram reportagens sobre o dinheiro apreendido na tentativa de compra de um dossiê que supostamente tinha o intuito interferir nas eleições de São Paulo. No entanto, antes de afirmar que a questão da regulamentação dos meios de comunicação não foi um dos temas de interesse do PSDB, temos que levar em consideração que 2004 foi um ano em que a liderança desse partido fez muito poucos pronunciamentos.

A análise por anos demonstra também que no ano eleitoral de 2006, a oposição deixou de privilegiar a Câmara dos Deputados como local de enunciação, pois dentro dos 56 pronunciamentos classificados como retórica da intransigência, apenas cinco foram realizados

neste ano. Também nos pronunciamentos que classificamos como o “modo petista de governar”, em 2006 somente foi feito um dos 32 pronunciamentos. Apenas no que diz respeito à corrupção e a mudança do PT este ano apresentou um número maior, 19 pronunciamentos de um total de 89, mas mesmo assim, trata-se de uma média inferior à dos outros anos.

Quanto à tese da ameaça que os movimentos sociais faziam à instituição da propriedade privada, principalmente o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, mas também o movimento dos sem-teto, ela foi a mais utilizada de todas as teses. A ameaça viria do fato de que o governo era omissivo, não punia o MST, não cumpria a lei que garante o direito de propriedade privada, não assegurava a ordem, fazia críticas apenas protocolares ao movimento, apoiava e até financiava o movimento. Além disso, teria dado a ele ou a seus simpatizantes o comando do Incra e do Ministério do Desenvolvimento Agrário. A ligação entre o MST e PT seria tamanha que aquele possuía integrantes na Executiva Nacional deste. Tudo isso gerava insegurança e fazia com que o produtor rural parasse de produzir e os investidores não confiassem no Brasil. Estes argumentos foram utilizados em 19 pronunciamentos, 13 feitos pelo PFL e seis pelo PSDB. Aqui aparece muito claramente o apego à autoridade e à ordem da direita brasileira, apontada por Singer (2002), e a posição da esquerda de contestar a autoridade repressiva do Estado sobre os movimentos sociais.

Como poderia se esperar pela trajetória dos partidos da oposição, o discurso de defesa do governo anterior, através dos programas sociais que havia criado, foi feito mais pelo PSDB, partido do Ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, enquanto que o discurso mais conservador, de defesa da propriedade privada, ficou mais a cargo do PFL.

Talvez a explicação para o discurso da oposição se focar mais nas questões éticas do que nas teses que compõem a retórica da intransigência deva-se ao fato de que a valoração da corrupção é sempre negativa, de modo que falar sobre ela invariavelmente contribui para deslegitimar o governo. Falar sobre programas, propostas e atitudes de um governo, utilizando a retórica da intransigência, traz consigo o risco de ter o efeito contrário, ao manter em discussão assuntos que podem ser avaliados positivamente pelo eleitorado, e acabar por legitimar o governo em questão.

Uma hipótese a ser explorada quando o PT e seus aliados voltarem a ser oposição é testar se a contrapartida da retórica reacionária, ou seja, a retórica progressista, estará presente no discurso desses partidos. A sugestão de deixar este estudo para o futuro e não buscá-lo durante os governos de Fernando Henrique Cardoso é justamente porque, assim, pode-se

endossar ou não a idéia aqui defendida de que, apesar de deslocamentos partidários, há direita e esquerda no Brasil.

Seguindo-se essa idéia, em vez de procurar a tese da ameaça no discurso de uma oposição de esquerda, procuraríamos o argumento do *apoio mútuo* ou a *tese do perigo iminente*. No primeiro caso, enquanto que o argumento da ameaça busca mostrar conflito entre uma proposta de reforma com as realizações anteriores, os progressistas concentrar-se-iam “nas razões pelas quais uma reforma nova e outra antiga terão uma interação positiva e não negativa” (HIRSCHMAN, 1992, p.126). O segundo tipo de argumento mostra os progressistas mais preocupados com os *perigos da inação*. Um exemplo que ilustra esta tese é o Reform Bill de 1867, em que se argumentou que “na ausência de uma reforma, as massas recorreriam a formas de protesto infinitamente mais perigosas do que o voto para a ordem estabelecida”. Assim, “*não aprovar o Reform Bill, ao invés de aprová-lo, é que foi apresentado como um perigo para a lei, a ordem e a liberdade*” (Ibidem, p.127).

O contrário da tese da futilidade seria a pretensão progressista de ter a história a seu lado. Enquanto a futilidade confere *estabilidade* ao mundo social, seu inverso advoga uma lei do *movimento*, que garantiria que o mundo está se movendo na direção desejada. Ou seja,

se a essência da tese “reacionária” da futilidade é a *invariância*, como uma lei natural, de certos fenômenos sócio-econômicos, seu equivalente “progressista” é a afirmação da existência de um movimento para frente, ou *progresso, também com caráter de lei*. (Ibidem, p.131)

A futilidade das chamadas leis do movimento consistiria, então, “na tentativa de mudar ou impedir a operação dessas leis” (Ibidem, p.132). No entanto, estaria na mão dos homens a possibilidade de se trabalhar para a aceleração das mudanças e a diminuição dos seus custos.

Quanto à contrapartida da tese da perversidade, os progressistas tendem a “atirar a cautela para o alto”, estar “sempre dispostos a moldar e remoldar a sociedade”, e não ter “nenhuma dúvida quanto à própria capacidade de controlar os acontecimentos” (Ibidem, p.133). Em algumas circunstâncias pode-se invocar “a situação de crise desesperadora em que se encontra o povo” e argumentar que “a velha ordem precisa ser derrubada e uma nova ordem reconstruída do nada, *não obstante* quaisquer conseqüências contraproducentes que disso possam resultar” (Ibidem, p.135).

Em alguns poucos pronunciamentos, no discurso do PFL e PSDB relativo às denúncias de corrupção no primeiro governo Lula, além de terem utilizado a *tese do perigo iminente*, dizendo que a não instalação das CPIs é que colocaria a governabilidade do País ou a sua já enfraquecida democracia em risco, também utilizaram de alguma forma a “invocação

da crise desesperadora” para poder deixar de lado qualquer cautela nas denúncias e investigações de membros do governo.

A julgar pelo histórico da política do Brasil, pelo que Singer (2002) apontou como sendo a diferença entre direita e esquerda no país, e considerando os resultados aqui encontrados, que apontam para o predomínio da tese da ameaça sobre a tese dos efeitos perversos e da futilidade, possivelmente a tese mais utilizada pela esquerda seria a do perigo iminente.

REFERÊNCIAS

ALDÉ, Alessandra; MENDES, Gabriel; FIGUEIREDO, Marcus. Imprensa e eleições presidenciais: natureza e consequência da cobertura das eleições de 2002 e 2006. In; LIMA, Venício A. de. **A mídia nas eleições de 2006**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

ALDÉ, Alessandra. **A construção da política**: cidadão comum, mídia e atitude política. Tese (Doutorado em Ciência Política). 2001. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, UCAM, Rio de Janeiro, 2001.

ALBUQUERQUE, Afonso de; DIAS, Marcia Ribeiro. Propaganda política e a construção da imagem partidária no Brasil. **Civitas**, Porto Alegre, v.2, n.2, dez. 2002. p.309-326.

ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

BAQUERO, Marcello. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda**: razões e significados de uma distinção política. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. **Opinião Pública**, v.11, n° 1, 2005. p.147-168.

BERGER, Christa. **Campos em confronto**: a terra e o texto. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

CARREIRÃO, Yan de S. e KINZO, Maria D'Alva G. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). **Dados**, v.47, n°1, 2004

CÉSAR, Benedito Tadeu. **PT**: a contemporaneidade possível base social e projeto político (1980-1991). Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião**: o novo jogo político. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

DEBRUN, Michel. **A conciliação e outras estratégias**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DIAS, Marcia Ribeiro; PÉREZ, José Manuel Santos (Orgs.). A esperança venceu o medo? [Apresentação]. In: **Antes do Vendaval**: um diagnóstico do governo Lula antes da crise política de 2005. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

DINIZ, Eli. Empresário, Estado e Democracia: uma avaliação dos dois primeiros anos do governo Lula. In: DIAS, Marcia R.; PÉREZ, José Manuel S. (Orgs.). **Antes do Vendaval**: um diagnóstico do governo Lula antes da crise política de 2005. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do voto**: democracia e racionalidade. São Paulo: Sumaré/ANPOCS, 1991.

FIGUEIREDO, Marcus. Mídia, mercado de informação e opinião pública. In: GUIMARÃES, César; JÚNIOR, Chico. **Informação e democracia**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2000. p.39-46.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GIACAGLIA, Mirta, A política e subjetividade no pensamento de Ernesto Laclau. In: RODRIGUES, Léo Peixoto; MENDONÇA, Daniel de (Orgs.) **Ernesto Laclau e Niklas Luhmann**: pós-fundacionismo, abordagem sistêmica e as organizações sociais. Porto Alegre: EDIPUCRSI, 2006.

GIDDENS, Anthony. **Para além da Esquerda e da Direita**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GROHMANN, Luís Gustavo Mello. **O veto presidencial no Brasil: 1946-1964 e 1990-2000.** Tese (Doutorado em Ciência Política). 2003. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, UCAM, Rio de Janeiro, 2003.

HIRSCHMAN, Albert O. **A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça.** São Paulo: Companhia das letras, 1992.

HIRSCHMAN, Albert O. **As paixões e os interesses.** Argumentos políticos a favor do capitalismo antes do seu triunfo. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HUTCHEON, Linda. **Teoria e política da ironia.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

LIJPHART, Arend. **Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: crise política e poder no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso.** 3. ed. Campinas: Pontes; Editora da UNICAMP, 1997.

MAINWARING, Scott; MENENGUELLO, Rachel; POWER, Timothy. **Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ano 10, n. 29, 1995, p.5-34.

MARQUES, J. Luiz. **Rio Grande do Sul: a vitória da esquerda.** Petrópolis: Vozes, 1998.

MEDONÇA, Daniel. A teoria do discurso de Laclau e Mouffe: em direção à noção de significante vazio. In: **Barbarói: Revista do Departamento de Psicologia / UNISC**, n.18, jan./jun. 2003. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 2003.

MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. Laclau e Luhmann: um diálogo possível. In: RODRIGUES, Léo Peixoto; MENDONÇA, Daniel de (Orgs.) **Ernesto Laclau e Niklas Luhmann: pós-fundacionismo, abordagem sistêmica e as organizações sociais.** Porto Alegre: EDIPUCRSI, 2006.

MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil**: contribuição ao estudo da formação brasileira. Rio de Janeiro: Saga, 1965.

MICHELS, Robert. **Os partidos políticos**. São Paulo: Senzala, 1979.

MOORE JR., Barrington. **As origens da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa: Edições Cosmos, 1975.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Multipartidarismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

NICOLAU, Jairo Marconi. Disciplina partidária e base parlamentar na Câmara dos Deputados no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). **Dados**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 4, 2000.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PASQUINO, Gianfranco. **La oposición**. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso**: Estrutura ou acontecimento. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

PETIT, Pere. A esquerda petista, os intelectuais e o governo Lula. In: **Antes do Vendaval**: um diagnóstico do governo Lula antes da crise política de 2005. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Com a palavra o senhor Presidente José Sarney**: ou como entender os meandros da linguagem do poder. São Paulo: Hucitec, 1989.

PINTO, Céli Jardim. Tendências do discurso brasileiro atual: os limites dos discursos das soluções milagrosas. IN: BAQUERO, Marcello (Org). **Cultura política e democracia**: os desafios das sociedades contemporâneas. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994.

PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso**: introdução à análise de discursos. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

PORTO, Mauro. A crise de confiança na política e suas instituições: os mídia e a legitimidade da democracia. In: Baquero, Marcello (org.). **Condicionantes da consolidação democrática**: ética, mídia e cultura política. Porto Alegre: Ed da Universidade/UFRGS, 1996.

RADMANN, Elis Rejane Heinemann. **O eleitor brasileiro**: uma análise do comportamento eleitoral. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2001.

REIS, Fábio Wanderley; CASTRO, Mônica Mata Machado de. Democracia, civismo e cinismo. Um estudo empírico sobre normas e racionalidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo. vol. 16, n. 45, 2001. p.25-46.

ROSENFELD, Denis L. **PT na encruzilhada**: social-democracia, demagogia ou revolução. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. As imagens de Lula Presidente. In: FAUSTO NETO, Antônio; VERÓN, Eliseo [Orgs.] RUBIM, Antônio Albino. **Lula Presidente**: Televisão e política na campanha eleitoral. São Paulo: Hacker; São Leopoldo, RS: Unisinos, 2003. p.43-64

SAMUELS, David. Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato. **Dados**. Rio de Janeiro. vol.40. n.3., p.493-535, 1997.

SANTOS, Fabiano. Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-99. In: BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli; SANTOS, Fabiano. **Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo**: a desconstrução da ordem corporativa e o papel do Legislativo no cenário pós-reformas. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. As possibilidades das metodologias informacionais nas práticas sociológicas: por um novo padrão de trabalho para os sociólogos do século XXI. **Sociologias**. Porto Alegre: ano 3, n.5, jan./jun. 2001, p.114-146.

SANTOS, Fabiano. Partidos e Comissões no Presidencialismo de Coalizão. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 45, n. 2, 2002, p.237-264.

SANTOS, Hermílio. Política social no governo Lula: dilemas e labirintos. In: **Antes do Vendaval**: um diagnóstico do governo Lula antes da crise política de 2005. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **O paradoxo de Rousseau**: uma interpretação democrática da vontade geral. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

SINGER, André Vitor. **Esquerda e Direita no eleitorado brasileiro**: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SEILER, Daniel-Louis. **Os partidos políticos**. Brasília: UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do estado, 2000.

SCHMITT, Hermann; HOLMBERG, Sören. Political parties in decline? In: KLINGEMANN, Hans Dieter; FUCHS, Dieter. **Citizens and the state**. Oxford: Oxford University Press, 1995. p.95-133.

TAVARES, José Antônio Giusti (org.). **Totalitarismo tardio**: o caso do PT. 2.ed.. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000.

TEIXEIRA, Alex Niche; BECKER, Fernando. Novas possibilidades da pesquisa qualitativa via sistemas CAQDAS. **Sociologias**. Porto Alegre: ano 3, n.5, jan./jun. 2001, p.94-114.

TELLES, Helcimara de Souza. Centro, direita e esquerda nas eleições para a Câmara dos Deputados: uma análise longitudinal dos resultados eleitorais. In: **Antes do Vendaval**: um diagnóstico do governo Lula antes da crise política de 2005. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

WEBER, Maria Helena. Imagem Pública. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Comunicação e Política**: conceitos a abordagens. Salvador: Edufba, 2004.

WEBER, Max. A política como vocação. In: **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2005.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa Família**: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

ANEXO A

**TABELA COMPARATIVA DA VOTAÇÃO DE LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA NOS
SEGUNDOS TURNOS DAS ELEIÇÕES DE 2002 E 2006**

UF	Candidato	%/Válidos (2002)	%/Válidos (2006)
AC	LUIZ INACIO LULA DA SILVA	59,942	52,362
AM	LUIZ INACIO LULA DA SILVA	69,883	86,802
AP	LUIZ INACIO LULA DA SILVA	75,514	70,400
PA	LUIZ INACIO LULA DA SILVA	52,655	60,122
RO	LUIZ INACIO LULA DA SILVA	55,564	55,328
RR	LUIZ INACIO LULA DA SILVA	65,555	38,506
TO	LUIZ INACIO LULA DA SILVA	54,033	70,268
AL	LUIZ INACIO LULA DA SILVA	43,606	61,447
BA	LUIZ INACIO LULA DA SILVA	65,695	78,082
CE	LUIZ INACIO LULA DA SILVA	71,783	82,379
MA	LUIZ INACIO LULA DA SILVA	58,483	84,632
PB	LUIZ INACIO LULA DA SILVA	57,018	75,010
PE	LUIZ INACIO LULA DA SILVA	57,067	78,483
PI	LUIZ INACIO LULA DA SILVA	60,732	77,323
RN	LUIZ INACIO LULA DA SILVA	58,635	69,727
SE	LUIZ INACIO LULA DA SILVA	57,499	60,157
DF	LUIZ INACIO LULA DA SILVA	62,257	56,956
GO	LUIZ INACIO LULA DA SILVA	57,077	54,781
MS	LUIZ INACIO LULA DA SILVA	55,141	44,984
MT	LUIZ INACIO LULA DA SILVA	54,464	49,692
ES	LUIZ INACIO LULA DA SILVA	59,357	65,543
MG	LUIZ INACIO LULA DA SILVA	66,447	65,192
RJ	LUIZ INACIO LULA DA SILVA	78,971	69,687
SP	LUIZ INACIO LULA DA SILVA	55,387	47,739
PR	LUIZ INACIO LULA DA SILVA	59,221	49,249
RS	LUIZ INACIO LULA DA SILVA	55,836	44,647
SC	LUIZ INACIO LULA DA SILVA	64,140	45,466